

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E CATORZE:** =====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Auditório da Escola Superior Aveiro Norte, em Santiago de Riba-Ul, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação da ata nº 9;* =====

===== **Ponto dois:** *Regimento da Assembleia Municipal – Aprovação;* =====

===== **Ponto três:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30 de setembro de 2014 – Apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *3.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programa Orçamental para o ano 2015 – Aprovação; =====
3.2. Aprovação/ autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – 1.a), 1.b) e 2.;* =====

===== **Ponto seis:** *Mapa de Pessoal para o ano 2015 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2015;* =====

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração com vista ao alargamento do âmbito de atuação e alteração da composição da Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências – Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização da “Queima das Fitas de 2015” e do “Rapagão – Festival de Tunas Masculinas da*

Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ”, eventos integrados no Plano Anual de Atividades da Associação Académica – Aprovação; =====

*===== **Ponto dez:** Acordo de cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar 2013/ 2014 – Retificação da transferência de verbas para a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; =====*

*===== **Ponto onze:** Contratos de cooperação para a cedência das instalações desportivas a celebrar com os Agrupamentos de Escolas: Soares Basto; Dr. Ferreira da Silva, Loureiro e Ferreira de Castro – Aprovação; =====*

*===== **Ponto doze:** Contratos de cooperação para a cedência das instalações desportivas a celebrar com: Clube Desportivo de Cucujães; Escola Livre de Azeméis; Grupo Cultural e Recreativo de Ossela e Associação Recreativa e Cultural de Loureiro – Aprovação; =====*

*===== **Ponto treze:** Protocolos de colaboração financeira celebrados com a Freguesia de Fajões – Revogação; =====*

*===== **Ponto catorze:** Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail – Autorização; =====*

*===== **Ponto quinze:** Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Real Clube Nogueirense, para melhoramento das instalações e infraestruturas desportivas - Aprovação e assunção de compromissos plurianuais; =====*

*===== **Ponto dezasseis:** Exercício do direito de preferência quanto à transmissão de ações resultantes da opção de venda da participação no capital social da ERSUC no âmbito do processo de reprivatização da EGF – Apreciação e ratificação da opção de não exercício do direito de preferência; =====*

*===== **Ponto dezassete:** Proposta de redução em 60% do pagamento de Taxa de Ocupação Mensal das Lojas I a X do Mercado Municipal – Aprovação; =====*

*===== **Ponto dezoito:** Proposta de suspensão (e substituição) do valor da variável ml/mês na fórmula de cálculo da Taxa de Ocupação do Espaço Público do regulamento anterior – Aprovação; =====*

===== **Ponto dezanove:** *Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios Terras de Santa Maria – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de sinalização horizontal – Marcação de linha amarela na Rua de Faria de Baixo, Freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de sinalização vertical e horizontal para passagem de peões sobre-elevada na Rua de Samil, Freguesia de S. Roque – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Proposta de criação de quatro lugares de estacionamento na Rua do Alto das Casas, Freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Proposta de postura de trânsito na Freguesia de Cesar – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Locação operacional de duas viaturas de nove lugares homologadas para transporte de crianças, sem opção de compra – Assunção de compromissos plurianuais – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Aquisição de serviços para gestão dos espaços florestais e respetiva assessoria técnica – Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel Alves da Costa Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, José Domingos Campos da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== **Ausência dos Membros:** Helena Maria Dinis dos Santos, do Partido Socialista (PS). =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Nuno Ricardo Fernandes Pires; Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Maria Helena Soares de Oliveira Lestre; Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Ana Raquel Simões Teixeira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.=====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== Eu pedia o favor de se irem sentando, para darmos início a esta sessão da Assembleia. Muito boa tarde a todos. Executivo, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Membros da Assembleia Municipal, um cumprimento muito especial a todos. Encontramos aqui no Parque do Cercal, que é o Polo da Universidade de Aveiro, uma das obras emblemáticas de Oliveira de Azeméis. Nós tivemos a ideia de fazer aqui esta sessão para, de certo modo, a Assembleia Municipal se congratular e prestar uma homenagem a esta magnífica obra e que muito vem ajudar e relançar Oliveira de Azeméis. E portanto, agradecer ao professor Martinho de Oliveira, pela disponibilidade desta sala para esta sessão da Assembleia Municipal. Encontra-se fora, não se encontra entre nós, mas de qualquer maneira os nossos agradecimentos. Vamos pois iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia e nesse sentido, eu dava a palavra ao Deputado José Lourenço. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente, Secretários, Executivo, Vereadores, colegas, público, comunicação social. Trago novamente a esta Assembleia um tema abordado por mim na sessão do passado dia 27 de junho, relacionado com a requalificação da Feira dos Onze. Senhor Presidente, nessa altura, o Senhor referiu que as obras seriam uma realidade muito em breve. Mas, que é um facto, é que decorrido cinco meses, tudo está na mesma. Mas este processo, não tem cinco meses, já remonta ao início de 2013 em que foram cortadas todas as árvores daquele espaço emblemático. Já nessa altura o Senhor Vereador Isidro Figueiredo

referia que, - ainda no decorrer do mês de março de 2013, - um novo espaço poderia começar a renascer. Foi lavrado um projeto para o local, cuja definição recebeu um contributo da própria sociedade civil. Mas, entretanto, o que se seguiu foi um conjunto de desculpas: com falta de verbas; as condições climatéricas, etc..., etc.... Senhor: Basta de desculpas. A dimensão do investimento não justifica este atraso. Os oliveirenses já deviam há muito estar a usufruir deste espaço, sobretudo quando temos tanta escassez deste tipo de respostas na nossa cidade. Senhor Presidente, termino da mesma forma como terminei na referida assembleia: “Um bom Presidente é o que cumpre com a sua palavra.” Por isso, reforço a questão: Para quando a concretização deste projeto e cumprimento das promessas feitas aos oliveirenses? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Campos, do PSD. =====

===== Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, caros colegas. Felizmente, em Oliveira de Azeméis temos muitos motivos para nos orgulharmos e temos muitos motivos de orgulho em variadíssimos domínios, são várias as áreas em que somos destaque pela positiva a nível nacional e até internacional. Algumas destas áreas são do domínio privado, mas outras são do domínio público e estão sobre gestão do nosso município. Tenho tido a oportunidade e o privilégio de, publicamente, ir dando ênfase a uma dessas áreas que é hoje uma referência a nível nacional: Falo do setor educativo em Oliveira de Azeméis. Tem sido extraordinário o trabalho feito pelos Agrupamentos de Escolas e pelo Município que têm envolvido a comunidade escolar, particularmente os pais e encarregados de educação e que tem resultado no estabelecimento de parcerias com resultados francamente positivos e reconhecidos a nível nacional, no que diz respeito ao combate ao abandono escolar, ao desenvolvimento de projetos pedagógicos relevantes e ao sucesso dos alunos visível em vários estudos e também no atlas da educação, que é publicado pelo Conselho Nacional da Educação. Foi derivado a este reconhecimento, que, repito, nos orgulha, o Município de Oliveira de Azeméis foi convidado em conjunto com um restrito número de Municípios para iniciar um processo de descentralização de competências o chamado: «Programa Aproximar a Educação». Esteve bem, o Executivo camarário, em efetuar várias reuniões com os Diretores de Agrupamentos, Presidentes de Conselhos Gerais, que são órgãos eleitos por professores, pais, pessoal não docente e comunidade e que são representativos dos respetivos agrupamentos, Associações de Pais, Presidentes de Junta, entre outros. De destacar também a este prepósito e no âmbito da abertura do ano letivo, a realização, em setembro, de um seminário na EBS Ferreira de Castro sobre a descentralização de competências. Este é um processo em construção iniciado em maio e que resultou na apresentação de uma proposta de contrato interadministrativo de delegação de competências apresentado ao município em 20 de outubro passado. Esta proposta de contrato, distribuída em Executivo camarário, foi também entregue aos Agrupamentos, através

dos seus representantes, para poder ser discutida e para que possam ser feitas propostas de melhoria, tendo em conta que este deve ser sempre um processo participado com toda a comunidade educativa. Este projeto-piloto que concretiza a descentralização de competências para o Município, que até agora estavam restringidas ao ensino pré-escolar e ao primeiro ciclo, alargando-o ao ensino secundário em áreas como o serviço administrativo, pessoal não docente, infraestruturas e planeamento estratégico, será certamente uma mais-valia. Estou certo que, como bem tem sido referido publicamente, vai trazer mais competências às escolas reforçando a sua autonomia permitindo ganhos de escala uma maior eficiência, uma maior proximidade, uma melhoria constante na boa gestão dos dinheiros públicos e uma maior adequação à realidade local do ensino secundário. Permitirá, estou certo, fazer ainda mais e ainda melhor com os mesmos recursos financeiros. No entanto, e no âmbito deste processo negocial, tem feito muito bem o Município, tal como tem sido anunciado publicamente, em não abdicar de alguns princípios fundamentais, para que este contrato possa de facto vir a ocorrer. Desde logo e de uma forma muito clara, o de não querer a transferência nem a gestão dos professores e por conseguinte não aceitar, repito, não aceitar qualquer ganho, seja ele do ponto de vista financeiro, à custa do despedimento de professores. A posição do Executivo camarário, de que só assinará o contrato se o Governo mantiver a gestão de professores sobre a sua tutela, é de realçar. Mas faz igualmente bem em pretender que lhe seja garantido o respetivo envelope financeiro correspondente ao que o Ministério da Educação tem afetado ao município nos últimos anos. Porque estou certo e repito mais uma vez, é possível, juntando o muito que a autarquia já afeta ao setor da educação com o que o estado já transferia, fazer mais e melhor sem aumentar a despesa global. Outros princípios que o Município não quer abdicar, são: O apenas aceitar a transferência do pessoal não docente desde que fiquem salvaguardadas todas as garantias de direitos contratuais, carreiras e progressões deste pessoal; Que seja revisto também o diploma que define os rácios de funcionários por escola, suprimindo lacunas da atual legislação. E no caso concreto das EBS de Fajões e de Cucujães fique salvaguardada a necessidade de obras de reabilitação, feitas pelo Estado ou com financiamento do novo Quadro de Apoio, antes de serem transferidas para o Município. Em todo este processo o Executivo tem exigido, publicamente, e de uma forma muito firme, o reforço do papel e das competências do Conselho Municipal da Educação. Sobre esta matéria e não obstante o ruído e a contra informação que por vezes alguns teimam em querer potenciar, importa acima de tudo de uma forma muito serena e competente, como tem sido feito pelo Executivo, esclarecer e informar devidamente os agentes educativos envolvendo-os sempre na tomada da decisão. Pois, tenho a certeza que não se assinará nenhum cheque em branco acautelando sempre os interesses do Município de Oliveira de Azeméis e, muito particularmente, os nossos alunos. É para eles que devem convergir todos os esforços no combate ao abandono e pelo sucesso educativo preparando-os para vencer os desafios do futuro. Estamos certos de que os pontos que atrás elenquei vierem a ser concretizados: O contrato que venha a entrar em vigor será muito importante para Oliveira de Azeméis e coloca-nos num patamar acima da generalidade dos

outros municípios do que ao setor do educativo diz respeito, porque sabemos da capacidade de gestão já demonstrada e reconhecida, a nível local e nacional, em matéria de educação por parte do Executivo camarário. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me que cumprimente todas as pessoas presentes nesta Assembleia. Na última Assembleia Municipal foi aqui aprovada por unanimidade uma proposta, apresentada pelo deputado Carlos Costa Gomes, do PSD, no sentido de ser criada nesta Assembleia uma comissão de estudo para apresentarem propostas no sentido de minimizar e reduzir a sinistralidade no atual traçado do IC2 em Oliveira de Azeméis. É de enaltecer esta iniciativa, a qual acolheu de facto a envolvimento e sensibilidade de todos. De facto este troço é por demais sinistro. Na verdade, existem alguns pequenos gestos que, poderemos tomar em linha de conta, para ajudar a combater este drama. Hoje trago aqui um exemplo, um pequeno gesto que pode contribuir, e muito, para a redução deste flagelo e aumento da segurança rodoviária. Estou a falar da falta de iluminação, nos nós de ligação de Oliveira de Azeméis e Santiago de Riba-Ul: Onde existem várias luminárias e poucas, mesmo muito poucas, lâmpadas acesas; Conteí, no troço de Oliveira de Azeméis, no nó de saída de Oliveira de Azeméis, apenas três lâmpadas acesas. Ora, se elas lá foram colocadas: É porque se justificavam. Mas, na verdade, este cenário prolonga-se, pelo menos, há dois anos. Não sei qual a entidade responsável pela manutenção das luminárias e das lâmpadas. Mas não podemos fazer de conta que não é connosco. É de facto connosco, pois então. Pelo menos contribuir com pequeno gesto de informar a quem de direito e exigir a reposição das mesmas para o normal funcionamento e assim devolver aos automobilistas a sua segurança quando transitam neste troço. Senhor Presidente da Câmara: peço-lhe, por favor, a sua pronta intervenção. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Cordiais saudações a todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O assunto que trás cá, é um assunto de extrema importância para todo o Concelho de Oliveira de Azeméis e trata-se de redes de água e saneamento. Eu não vou fazer história, mas lembrar apenas que em 2009 o PSD prometeu que em 4 anos iríamos ter as redes de água e saneamento a 100%: Isso, não aconteceu. Resolveu no dia 05 de julho de 2013 assinar um contrato com a Indaqua de concessão das redes. Depois de muitos alertas: Foi uma opção. Infelizmente os problemas com esta concessão vão começando a aparecer. O Senhor Presidente da Câmara, como é sabido, está atento às redes sociais, por

ventura vai fazer memória de uma situação que eu vou trazer aqui e que foi pública nas redes sociais: Trata-se de um município de uma das freguesias do nosso Concelho, município esse que eu não vou identificar, nem sequer vou identificar essa freguesia, mas que, em 26 de julho de 2014 e posteriormente em 19 de agosto de 2014, com legitimidade enviou à Indaqua um pedido: “Venham por favor ligar as redes de água e saneamento”. Só apenas em novembro, 25 de novembro, lhe foi respondido pela Indaqua, com um e-mail, com o teor que eu vou ler aqui para todos os presentes, passo a citar: “Excelentíssimo Senhor: Verificamos que devido a um problema informático no formulário de contactos no sítio da internet WWW.indaqua.pt, a comunicação efetuada por Vossa Excelência só foi rececionada pelos nossos serviços no dia 31 de outubro, pelo que, desde já, apresentamos as nossas desculpas. No seguimento da exposição de Vossa Excelência, a qual mereceu a nossa melhor atenção, vimos informar do seguinte: Cumpre-nos informar que a partir do dia 01 de março a Indaqua – Oliveira de Azeméis é a sociedade responsável pela gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais no concelho de Oliveira de Azeméis, em conformidade com o estabelecido no contrato de concessão, celebrado em 05 de julho de 2013, com o Município de Oliveira de Azeméis na qualidade de concedente. Reportamo-nos à comunicação de Vossa Excelência de 26 de julho de 2014 e 19 de agosto de 2014, tendo em conta que o plano de investimentos da concessionária que rege a execução das redes públicas do concelho de Oliveira de Azeméis, não está previsto a execução de ampliação de rede pública de abastecimento de água e drenagem de águas residuais no local da sua habitação. Cabe aos proprietários dos edifícios, se assim o entenderem, custear a construção da extensão das redes de água e residuais. Mais se informa que a rede de distribuição de água e águas residuais se encontra a cerca de 45 metros do limite sul da propriedade de Vossa Excelência. Ao dispor para esclarecimento de qualquer dúvida; Com os melhores cumprimentos.” Fim de citação. Eu apenas tenho a dizer que: Fui identificar esta casa. E constatei que não é uma casa que esteja distante de outra povoação; Está completamente integrada, e eu até me atrevo a dizer: que será dentro do centro da freguesia; que tem habitações de um lado, tem habitações do outro, tem habitações em frente; e tem as redes a 45 metros. Senhor Presidente duas perguntas, muito simples: Eu sei que este município enviou um e-mail à Câmara a manifestar o seu descontentamento. Por ventura o Senhor terá tido acesso a esse email? E então as perguntas são estas, muito claras: Quando é que vai responder ao município? E quando é que este município vai ter as redes de água e saneamento? Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Manuel José, do PS. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. O Município de Oliveira de Azeméis tem vindo a negociar, desde o final do ano letivo

passado, com o Governo o Programa Aproximar a Educação. Este processo, que deveria ser transparente e fundamentalmente partilhado com todos os parceiros e com os representantes das forças políticas do concelho, tem promovido a desconfiança e naturalmente reações por parte das comunidades escolares e em particular por parte da comunidade docente que vê com preocupação o desenrolar dos acontecimentos, sem que haja a clareza que se exige a algo que terá um forte impacto no nosso futuro coletivo. Não surpreendem portanto desenvolvimentos como os ocorridos esta semana, quando os docentes e outros elementos da comunidade educativa promoveram uma manifestação e a entrega de um documento, com cerca de 450 assinaturas, contra esta intenção, entregue ao Senhor Vereador. Contesta-se: Além da desresponsabilização do estado na função social e educativa, com um consequente desequilíbrio nacional; A concentração nas autarquias de um vasto conjunto de competências das áreas de políticas educativas, da administração das escolas e agrupamentos, organização curricular, pedagógica, administrativa e da gestão de recursos incluindo humanos. O município poderá vir a definir os conteúdos, metodologias, atividades e a avaliação das componentes curriculares locais, podendo também contratar docentes para projetos específicos de base local. A este respeito, importa analisar factos anteriores: Em abril de 2012 foi publicada uma avaliação sobre a delegação de competências do poder central nas autarquias, ao abrigo do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, a qual salienta um conjunto de pontos fracos que, por não terem sido devidamente acutelados, impediram uma grande parte dos municípios de corresponder de forma positiva às responsabilidades que aceitaram receber. Por isso, não é de estranhar que a esmagadora maioria de municípios com contratos estabelecidos anteriormente a nível de competências não queiram, neste momento, avançar para o Programa Aproximar a Educação, pois dada a sua maior abrangência exigirá ainda mais das autarquias podendo mesmo tornar-se um grave problema a nível de encargos financeiros, visto que a delegação de competências incide de forma mais profunda sobre mais áreas de atuação. Urge, por todos estes motivos e porque este deve ser um processo em que deve haver um amplo envolvimento da comunidade local, promover um debate público alargado, sem receios, ouvindo e analisando as diversas perspetivas dos vários agentes, já que este não é um assunto geométrico e possuiu imensas zonas cinzentas. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia deve este órgão tomar conhecimento urgente dos documentos que estão a ser negociados e deve ser promovido de forma diligente uma Assembleia Municipal temática sobre o assunto que merece uma reflexão aprofundada e exaustiva, tendo em conta as implicações futuras desta decisão. Muito obrigado.

===== Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito: “Quero dizer, ao deputado Manuel José, que tomei boa nota a sua sugestão”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Executivo, colegas da assembleia, comunicação social, funcionários da autarquia. Eu, hoje, venho falar um pouco de Cucujães. Nós, como somos humanos, temos tendência que perante uma coisa que é feia, tantas vezes olhamos para uma coisa feia que de repente ela até se torna bonita e nós continuamos com uma coisa bonita, lindíssima, quando na realidade ela continua feia. Cucujães tem lá dois monumentos, que vou referir, (monumentos: passe o sarcasmo): Temos o NAC, uma associação cultural, que tem um vasto palmarés de trabalho de vitórias e de títulos; tem uma sede que é um esqueleto que lá está, ao alto, aberto, assim há cerca de uma década. Porquê? Porque é que está daquela maneira? Depois, temos aquilo que pomposamente foi considerado e chamado – Anfiteatro ao Ar Livre: Anfiteatro ao Ar Livre que: porque é que aquilo deve estar assim daquela maneira, tanto já se falou? Das duas, uma: ou aquilo é implodido e o espaço é devolvido e plantamos lá relva novamente, ou, então, se faz uma inauguração daquela obra, como obra megalítica ou coisa parecida e põe-se lá umas estátuas dos promotores; Ou, então, temos uma solução para aquilo. O próprio Senhor Presidente da Câmara também está envolvido nisto porque o Senhor Presidente lembra-se que, há mais de cinco (5) anos, fez lá o lançamento da sua campanha eleitoral nomeadamente, até prometeu que o comboio ia andar mais depressa entre outras coisas. Portanto, resultado: Com o tempo que passou o comboio, está na mesma, não anda mais depressa, tem mais ferrugem e aquela obra mais ferrugem tem. Aquilo é uma vergonha. Quanto à sede do NAC: Por um lado, nós somos capazes de lançar foguetes ao trabalho ali desempenhado mas, por outro lado, aquela obra está um esqueleto. O que é que se passa? Qual é o problema? Além disso o NAC vai ocupando instalações provisórias, que são da Misericórdia de Cucujães e que a Misericórdia também precisa dessas instalações para ampliar a sua atividade. O senhor Vice-presidente da Câmara Ricardo Tavares como eu, (que somos também irmãos na Misericórdia), sabemos perfeitamente disso. Portanto: Qual é o problema? É que Cucujães não tem peso político? Não é verdade. Há mais de dez anos (10) que no Executivo municipal 40% do Executivo são de Cucujães. Senhor Presidente: temos que olhar muito sério para Cucujães. Trago aqui estes dois exemplos, que são o exemplo perfeito da natureza humana. Aquilo que é feio e tantas vezes olhamos para o que é feio que de repente se torna bonito. Não devemos continuar assim. Muito obrigado. =====*

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Aproveito para saudar, os Senhores membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente, Secretários municipais, Vereadores, funcionários municipais, comunicação social, público presente. Dizer-vos que é um prazer grande, também, estarmos aqui nestas instalações da Câmara Municipal mas através protocolo cedidas à Universidade de Aveiro. Ainda ontem, na própria Reitoria da Universidade de Aveiro, numa*

cerimónia presidida pelo Senhor Reitor professor Manuel Assunção uma vez mais esta escola foi falada como uma escola com perspectiva de futuro naquilo que diz respeito a apostas curriculares do ponto de vista da Universidade. O professor Martinho, não está cá, ele teve muita pena e pediu para mudarmos a data da Assembleia Municipal porque, queria estar, queria fazer uma visita guiada às instalações aos Membros da assembleia municipal. Mas, razões que se prendem com o nosso calendário, isso era manifestamente impossível. E portanto ficou combinado numa próxima oportunidade visitarmos novamente o Parque do Cercal e, então, o professor Martinho poder mostrar as salas de aulas, os laboratórios e todo este espaço magnífico que a Universidade de Aveiro tem potenciado e tem, e isso deixa-nos naturalmente satisfeitos, perspectivas para o futuro. Só para terem uma noção, se não sabem: Mas, do ponto de vista das candidaturas no ensino politécnico na Universidade de Aveiro, esta escola teve na altura das candidaturas, as vagas forma ocupadas por primeira escolha, ou seja, as vagas disponíveis foram totalmente ocupadas. E a explicação que a Universidade de Aveiro dá para essa situação, nomeadamente o Senhor Reitor e por perguntas colocadas e feitas a esses alunos que ocuparam esta escola, é o levado índice de empregabilidade. Como sabem, - o futuro a deus pertence. Mas o histórico da casa tem criado naturalmente bons índices de empregabilidade e daí a procura desta escola. Há, também, naquilo que são as novas ofertas educativas em termos de ensino superior, nomeadamente os cursos de curta duração, os CETS e outras novos cursos que estão neste momento a vigorar há, também, uma aposta da Universidade de Aveiro nesta escola durante ensino diurno e ensino noturno. E portanto em boa hora apostamos na construção desta infraestrutura e na parceria, virtuosa, que temos com a Universidade de Aveiro. Dar-vos nota que, também nesta escola, fruto da articulação, pioneira, talvez, com a comunidade empresarial, a própria sede da Associação Empresarial de Oliveira de Azeméis vai transferida também para este edifício por verdadeiramente haver este triângulo virtuoso entre a Autarquia, comunidade empresarial e Universidade que tão bons frutos têm dado ao município de Oliveira de Azeméis. Quanto às questões concretas e à questão que o Senhor deputado José Lourenço colocou. Dizer que o concurso da Feira dos Onze vai ser lançado ainda durante o mês de dezembro. Portanto, mês de dezembro é para a semana, durante o próximo mês o concurso será lançado e a obra será concretizada no mais rápido espaço de tempo. Quanto á questão colocada pelo senhor deputado José Campos eu entroncava e respondia também ao Senhor deputado Manuel José, ambos falaram no “Aproximar a Educação”, falaram de ser uma oportunidade para Oliveira de Azeméis. Depreendi, da intervenção do senhor deputado José Campos, um maior otimismo nesse processo, umas maiores reservas por parte do senhor deputado Manuel José. Mas, deixem-me dizer-vos que, nós devemos olhar para este “Programa Aproximar” como uma oportunidade. Dizer que o Município de Oliveira de Azeméis não está nada comprometido neste processo. E, eu julgo que, em boa hora, o Município de Oliveira de Azeméis foi selecionado, no conjunto de municípios, para o “Programa Aproximar a Educação”. Não está, no “Programa Aproximar a Educação”, quem quer. Aliás, nós conhecemos alguns municípios que já manifestaram vontade e, reuniram no ministério da

educação, que gostavam de estar neste processo de descentralização e não foram aceites. E portanto dos municípios selecionados, nem todos ainda decidiram ou, se calhar, ainda nenhum decidiu se aceitam ou não aceitam as condições. E por isso, é que, seguramente que, o município de Oliveira de Azeméis não será exceção nesta matéria, esta será uma das questões amplamente discutidas com a comunidade: Com a comunidade política e com a comunidade educativa. Só para a título de informação: Porque este é o tal trabalho de background, trabalho de Backoffice que é feito e não é tornado público. Ainda ontem, durante toda a manhã, no Agrupamento de Escolas de Fajões, estiveram os cinco Presidentes (não são as nem os, são os cinco Presidentes) dos Agrupamentos, cinco Presidentes dos Conselhos Gerais e o Senhor Vereador da Educação; E estiveram toda a manhã a discutir o assunto, a alínea a alínea, a partir pedra, para que possamos em primeiro lugar, na comunidade com que tem responsabilidades, na comunidade educativa; Posteriormente cada escola partilhar com a sua comunidade, com os seus professores, com os funcionários, com os pais. E este é um processo que deve ser participado, naturalmente, deve ser um processo alvo de discussão, mas não deve ser um processo nada ideológico. Rigorosamente nada ideológico. Esta é uma oportunidade. O Município de Oliveira de Azeméis em nenhuma circunstância assinou um cheque em branco ou se comprometeu de olhos fechados com o “Programa Aproximar a Educação”. Aliás, nós fomos do primeiros a dizer que não queríamos ter a gestão dos professores. E houve municípios que disseram que queriam ter a gestão dos professores. Recordo que Óbidos, - foi público, portanto não estou a dar nenhum segredo: Óbidos disse – Nós, queremos gerir os professores. E o Município de Oliveira de Azeméis disse: - Nós, não queremos gerir os professores. Portanto não deixa de ser irónico que, nas redes sociais, nos blogs da área da educação, a minha cara e a cara do professor Isidro tenha sido colocada a circular e por baixo, simpaticamente, a dizer: “Qual destes dois vai despedir os professores?”. Não deixa de ser, também, algo irónico que, sendo uma matéria de tanta responsabilidade, nas escolas circulem panfletos, feitos pelos sindicatos, onde isto são claramente manifestos de contra informação, onde dizem aqui coisas que não são verdade; E portanto tentam confundir. Nós temos toda a vontade em esclarecer. E portanto, quando o senhor deputado Manuel José sugere ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que faça uma assembleia municipal temática sobre a matéria: Ouça, com certeza. Não é por falta, de discussão, de informação que nós não havemos de encontrar boas soluções. Agora, não vamos é aqui ter princípios ideológicos. Não podemos é: Sermos a favor a da descentralização, à segunda, quarta e sexta e ser contra a descentralização, à terça, à quinta ou ao sábado. Ou, não podemos andar: Vamos descentralizar para as juntas de freguesia; Vamos descentralizar para isto, vamos descentralizar para aquilo; E quando o Governo quer descentralizar para os municípios: Nós, aqui d’el-rei, aqui não, na educação não. Porque o Governo também quer descentralizar na área da saúde e na área da segurança social. E, posso-vos dizer, com toda a frontalidade e com toda a verdade, que o Município de Oliveira de Azeméis não foi contactado no processo da descentralização nem na área da saúde, nem na área da segurança social e foi na área da educação. E tem uma razão. E é uma razão que nos

orgulha. É porque nós temos trabalhado bem na área da educação. E o segredo: não é da Câmara Municipal; o segredo está nas escolas, está nos professores, está nos Diretores dos Agrupamentos que têm feito um trabalho extraordinário. Vocês lembram-se quando foi para fazer a diminuição do número de Agrupamentos? Ouça, discutimos com toda a gente e chegamos à solução dos cinco Agrupamentos. Hoje, funcionam bem. Mas, ouça, é uma solução que ainda não está fechada no Ministério da Educação; Eles ainda querem fazer outras mexidas nos Agrupamentos. Nós, por exemplo, se entrarmos no processo do “Aproximar a Educação” já não vai haver mexidas nos Agrupamentos. Isso foi já uma das garantias que o Senhor Vereador Isidro Figueiredo conseguiu do Ministério. É que nos municípios onde há o “Programa Aproximar a Educação,” - não se sabe quantos é que vai haver, se são dez, oito, quinze, - não vai haver mexidas nos Agrupamentos. Não se pode estar a fazer experiências e depois estar a mexer nos Agrupamentos. Agora, nada nos garante que isto não possa acontecer nos outros municípios. Aliás, é vontade e temos também recebido essa informação, que há vontade de voltar a mexer nessa matéria. Portanto, aqui, não há nenhum dogma, não há nenhuma birra, não nenhum capricho, há uma oportunidade que nós devemos analisar. Estar à frente, ser dos primeiros tem coisas boas e tem coisas más. E portanto, nós devemos estar satisfeitos por termos sido selecionados. Mas vamos naturalmente discutir, internamente e depois vai haver um momento para decidir. Agora, meus caros, como em tudo na vida: Não é preciso estarmos todos de acordo; A maioria se estiver de acordo: Isto é o funcionamento da democracia, como é evidente. Portanto, nós iremos discutir, abertamente, sem ocultar nada a ninguém, dando a informação dentro daquela que também nos vai chegando. E, como vos disse, - ainda ontem durante uma manhã o Senhor Vereador Isidro Figueiredo esteve com os professores a trabalhar nessa matéria. E a seu tempo, quer em reunião de executivo, quer em assembleia municipal, quer nas escolas, esta discussão vai ser feita. Portanto, isto não vai ser feito nas costas de ninguém, não é feito contra ninguém, é feito numa perspetiva de melhorarmos a questão do ensino e isto ser uma oportunidade. E, como vos disse: - é motivo de satisfação termos sido selecionados. Quanto á questão colocada pelo senhor deputado Jorge Pereira. Senhor deputado, naturalmente, nós estamos cá para darmos as informações, mas eu julgava que fosse do conhecimento do senhor deputado Jorge Pereira que fruto da intervenção da Troika em Portugal houve medidas de redução de despesas nomeadamente na iluminação pública, em todo o país, não foi só em Oliveira de Azeméis e portanto em todo o lado houve por parte da EDP em colaboração com os municípios, com as freguesias, as próprias freguesias muitas delas selecionaram alguns pontos onde se podia diminuir o tempo de horas das luzes acesas - o acederem-se mais tarde e apagarem-se mais cedo, isto feito sempre de acordo e com a cooperação de todos; Há sítios na cidade e em freguesias onde está, luminária sim, luminária não; Naquelas luminárias que têm duas hastes uma está ligada a outra está desligada; temos vindo a transformar muitas destas lâmpadas antigas em lâmpadas destas novas com estas novas tecnologias led, que consomem muito menos e dão muito mais luz, temos mais ruas já na cidade com essa tecnologia. Temos objetivos a atingir sobre essa matéria, temos uma candidatura a

fundos comunitários em discussão no valor de 500 mil euros sobre essa matéria da redução da poupança de energia e também na questão dos fluxos energéticos. Mas dizer, eu tomei boa nota daquilo que disse. Vou perceber se foram desligadas em concertação ou se foram desligadas por livre autoria da EDP porque isso acontece muitas vezes. Aliás, eu já aqui uma vez disse, e até fui mal interpretado e não percebo porquê: - mas, não é fácil; não é nada fácil trabalhar com a EDP. Esta coisa dos monopólios é uma coisa muito complicada. As câmaras municipais, todas elas, têm inúmeras dificuldades em trabalharem com a EDP. E nós não somos exceção. Deixe-me dizer-lhe que e vou procurar dar-lhe essa mesma informação, mas informar-lhe que: Nós tomamos boa nota e iremos marcar uma reunião, logo que haja novidades relativamente à sinistralidade do IC2. Nós tivemos uma reunião prévia, Executivo municipal, com a Diretora de Estradas de Aveiro e do Porto, engenheira Ângela Sá, no dia 11 de novembro e só não reunimos ainda o Grupo da Assembleia Municipal porque aguardamos por um documento que a senhora engenheira (Ângela Sá) ficou de nos fazer chegar relativamente ao piso do IC2. As Estradas de Portugal acham que nos troços de Oliveira de Azeméis há, neste momento, problemas no pavimento. Não é buracos, mas há outro tipo de deterioração e o Jorge até conhece essa situação bem – fruto da sua atividade profissional. Por vezes a estrada parece aparentar estar excelente: E não está. As Estradas de Portugal estão sensibilizadas, também para a elevada sinistralidade e preocupadas e estão disponíveis para encontrar soluções que minimizem a sinistralidade. Não o querem fazer sem antes concluírem essa inspeção ao pavimento. E, portanto, logo que essa inspeção ao pavimento seja feita: Nós vamos reunir a Comissão que saiu desta Assembleia Municipal para, então, sim, nós podemos avançar com propostas e com soluções para evitar que essas situações aconteçam. Foram abordados mais dois assuntos nessa reunião com as Estradas de Portugal, já que a senhora diretora veio ao Município de Oliveira de Azeméis: Um que se prende com o cruzamento na Ponte de Cavaleiros – ali naquela zona da Margonça – Santiago Riba-Ul, que é o corte para Cucujães e também é uma zona de elevada sinistralidade e nós achamos: nós não somos peritos nem técnicos, mas achamos que uma rotunda ali tem espaço para se fazer e reduz significativamente os acidentes que lá ocorrem, que infelizmente são muitos, mas felizmente não têm sido com grande impacto. Mas temos de procurar minimizar e reduzir. A senhora engenheira (Ângela Sá) também mostrou abertura, no âmbito da sinistralidade rodoviária, de poder também ali fazer uma intervenção; E uma que tem a ver precisamente com o assunto que falou: Colocação de postes e de luminárias no nó de acesso quando se sai da autoestrada, em Estarreja, no primeiro nó, quem sai da autoestrada, corta à esquerda para Loureiro e se lá passarem aquilo é uma escuridão total – não tem luz. E portanto a luz está um bocadinho mais abaixo na estrada de Loureiro. Portanto, nós sensibilizamos as Estradas de Portugal para que eles pudessem também eletrificar. Porque, depois, se reparam, no acesso á autoestrada, na variante, depois, todos os nós de acesso têm muita luz: o de Contumil; o de Loureiro e também mais à frente o de Travanca. Portanto, nós fizemos saber à senhora engenheira (Ângela Sá) que sentíamos a necessidade de fazer isso. Quanto à intervenção do senhor deputado Nuno de Jesus. Nós recebemos o mail que o senhor

deputado fez menção. Posso dizer que na segunda-feira o Senhor Vice-presidente tem uma reunião com o Dr. Eduardo Marques da Indaqua e um dos assuntos que vai ser falado é a forma de responder da Indaqua como respondeu a esse munícipe. Nós não concordamos com aquela resposta. Aliás, aquela resposta, não concordamos com ela e vai ter que ser alterada. Dizer-lhe também que: há um plano de investimentos e de execução de obras da Indaqua, conforme bem se recordam: foi discutido em sede de Assembleia Municipal. E o senhor deputado Nuno de Jesus disse que não queria aqui fazer revistação de todo o processo: É verdade que o contrato de concessão está assinado e portanto é uma concessão que, neste momento, temos em Oliveira de Azeméis a exemplo de daquilo que acontece em muitos outros concelhos do país. Mas, o plano de investimentos é de seis (6) anos. E posso-vos dizer que: ainda há uma forte possibilidade mas, como sabem e foi também bastante discutido, a própria Indaqua tem de ser autora dos projetos e vai naturalmente sempre assumir a contrapartida nacional; ainda há possibilidade de aproveitar verbas disponíveis deste quadro comunitário de apoio. Não são verbas do PO Regional. São verbas do POVT e portanto verbas disponíveis no ciclo da água. Mas, como vos digo, não está nada fechado e portanto não vale a pena estarmos aqui falar sobre isso, porque não está fechado. Logicamente, se falhar a contrapartida dos fundos comunitários do QREN, teremos a oportunidade do Portugal 2020. Agora, há uma coisa que os senhores podem ter a certeza, e o Senhor Vereador Ricardo Tavares tem acompanhado isto com bastante assiduidade, os projetos estão todos a serem feitos. Estes não são projetos fáceis; projeto da ETAR; projeto das redes de água; o projeto dos emissários. E portanto, só se podem fazer candidaturas se tivermos projetos, não se podem fazer candidaturas sem projetos. E portanto esse trabalho está a ser feito. E posso-vos dizer também que o trabalho de componente política também tem vindo a ser feito ao longo dos últimos meses e possivelmente ainda até ao final do ano, apesar de estarmos já quase a entrar em dezembro, podemos ter boas novidades sobre essa matéria mas, enquanto não estiver preto no branco, não vale a pena estar aqui a falar sobre elas. Mas dar-lhe nota da preocupação: Eu não conheço o munícipe, naturalmente, mas, se o Nuno de Jesus conhecer o munícipe, dizer-lhe que ele vai ter resposta relativamente á carta que enviou à Câmara Municipal. Senhor deputado Pinto Moreira, dizer-lhe o seguinte: Relativamente á questão do NAC senhor deputado Pinto Moreira, ainda esta semana os Últimos (que é também uma associação) também esteve na Câmara Municipal a dizer: Também queremos uma sede e precisamos de uma sede. Senhor deputados Pinto Moreira a Câmara Municipal também tem apoiado o NAC e eu vou-lhe fazer chegar a relação dos apoios ao NAC: apoios ordinários e apoios extraordinários. Agora, nós não nos podemos substituir ao NAC, não é? Nem aqui é a assembleia geral do NAC. E, portanto, nós cá estaremos para dar o nosso apoio. E posso-lhe dizer que, se Cucujães, por exemplo, tivesse sido, aqui há uns anos, catalogado, como outras freguesias do nosso município, como território, com ruralidade e pertencesse à ADRITEM: Seguramente que o NAC já tinha a sede feita, já a tinha inaugurado e portanto não havia problema nenhum. Agora, nós temos de perceber quais são as fontes de financiamento. Não compete à Câmara Municipal pagar as sedes às associações. Portanto, a

sua pergunta? Eu compreendo-a, mas tem que a fazer em sede de assembleia geral do NAC. Nós, cá estamos para apoiar. Cá estamos para apoiar e não falhamos no apoio. Aliás, todas as candidaturas que foram feitas para a ADRITEM, sedes e outras coisas tiveram uma participação da Camara Municipal em 30%. Portanto seguramente que o NAC terá também a participação. Ainda recentemente visitei a sede do NAC, essa sede que diz – provisória, estive com o senhor Correia e com o senhor António Pinho, julgo que agora, já não eles os dirigentes, voltou a ser uma associação juvenil e parece que são outra vez jovens dirigentes. E seguramente que nós cá estamos para apoiar e vamos apoiar, senhor deputado Pinto Moreira, não tenha a menos das dúvidas relativamente a essa matéria. Agora, não nos impute a nós, Camara Municipal, a responsabilidade da sede do NAC estar como está. Isso não é justo também faze-lo. Mas, como lhe digo – conte com o apoio da Câmara Municipal para resolver esse problema e outros que o NAC tem, nomeadamente instalações desportivas. Quanto ao Anfiteatro ao Ar Livre: Isso também já é uma coisa que vem antes de este Executivo chegar à Câmara. Que é: Estava-se a construir um Anfiteatro ao Ar Livre e, depois, a meio da construção desse Anfiteatro ao Ar Livre, construiu-se um Anfiteatro fechado mais abaixo. O senhor deputado não fez referência na sua intervenção mas que o senhor deputado conhece bem. Bastava não ter feito o Anfiteatro fechado que o Anfiteatro ao Ar Livre já estava mais do que resolvido e tinha sobrado dinheiro de certeza absoluta. Agora, são opções de quem cá estava e de quem lá estava e nós respeitamos naturalmente. E aquilo que eu falei já com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães, senhor Simão, é que uma das grandes preocupações que ele tem é resolver esse problema. O senhor deputado Pinto Moreira concordará connosco: Ninguém fica satisfeito em ver aquilo naquele estado. E, portanto, vamos em conjunto procurar soluções. Agora, temos de procurar financiamento. Meu caro, isso aí não vale a pena: Porque nós não podemos à segunda, quarta e sexta estarmos a pedir sempre investimento e à terça, quinta e sábado estar a dizer é preciso reduzir a dívida. Portanto, nós temos que perceber como é que conseguimos fazer este equilíbrio. E, felizmente, nós temos conseguido fazer: investindo e tendo também reduzido a dívida do nosso município. Como disse, e tenho que o dizer aqui, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem insistido com a Câmara Municipal para encontramos uma solução. Que eu acho que é desejada por todos, não é? Aquilo como está. Não está bonito. Não está bonito, não oferece segurança, estimula outras coisas perversas. Aliás, o Senhor Presidente da Junta, não é segredo, ainda há pouco tempo, numa reunião, me contou que tinha visto lá umas coisas feias e que não gostava de continuar a ver. E, naturalmente, se nós andarmos com aquilo para a frente, nós e a junta de freguesia, essas coisas deixam de acontecer. Portanto, conte também com o nosso empenho, para encontrar uma boa solução para essa situação. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Manuel José, do PS. =====

===== *Senhor Presidente de Câmara, enfim, deu a entender que a minha intervenção estaria repassada de algum dogma ideológico. O Senhor Presidente de Câmara, enfim, é um político muito mais experimentado do que eu, enfim, - e tudo é ideológico -, e sabe que esta descentralização tem a ver com o guião da reforma do estado, como saberá melhor do que eu, que este governo pretende implementar. Em relação ao dogma ideológico: Não se percebe então porque é que o Município não aderiu em 2008 à descentralização na altura, tendo, como sabe, 104 municípios aderido a esse programa. Muito obrigado.* =====

===== *Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor deputado Manuel José, deixe-me dizer-lhe, com todo o respeito, eu acho que o senhor fez aí uma grande confusão: Eu, em nenhum momento disse que o senhor era contra a descentralização. Nem acredito que seja. Com toda a sinceridade. Conhecendo o seu pensamento, do ponto de vista da educação, não acredito que seja contra a descentralização. Agora, temos de ver tudo e mais alguma coisa, certo? Aí estamos completamente de acordo. E vamos discutir isto até á exaustão. Eu não quis dizer que havia uns que eram a favor outros que eram contra, ou que o José Campos era a favor e que o Manuel José era contra. Não disse, nem penso, isso. Eu acho que estas soluções, partilhadas, discutidas são positivas. Se chegarmos á conclusão que vale a pena apostarmos na descentralização: É a pensar nos alunos, nas crianças, no futuro do nosso concelho, do ponto de vista do educativo, isso é que é a nossa preocupação. Agora, que fique claro: Não estamos aqui, nem para fazer o frete ao Governo. Senhor deputado Manuel José deixe-me dizer-lhe isto, que é assim: Quando eu falei na questão da ideologia tem a ver com o pensamento sobre a educação; Porque, repare, os sindicatos: Eu sou sindicalizado, portanto apresento já o meu registo de interesse; Mas, os sindicatos utilizaram, aqui, arditosamente, uma palavra que foi – municipalização. Sim. Não é verdade que haja municipalização da educação, em nenhuma circunstância. E, depois, para lhe dizer que não há aqui nenhuma questão do ponto de vista partidário e que há muitas câmaras do Partido socialista que estão neste processo. Muitas câmaras do Partido Socialista.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte: “Senhor deputado: Estão a dar uma informação. Não é correto estar agora aí a fazer frente.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção.* =====

===== *Portanto, senhor deputado Manuel José, como imagina, neste processo e o senhor sabe, há as câmaras estão envolvidas e há muitas câmaras que são do Partido Socialista e que*

estão envolvidas neste processo e que também estão a discutir e estão a apresentar propostas, está a câmara de Águeda, está a câmara de Matosinhos, que eu me lembre. Mas, há mais. E não foram escolhidas só câmaras do PSD, nem coisa que se pareça. E não pense que nos vamos aqui fazer qualquer frete ao governo. Se nós tivermos de dizer que não: Dizemos que não. Não há problema nenhum; Ninguém se zanga. Agora, é uma oportunidade que podemos discutir. Se for bom para o Município, se for bom para a nossa comunidade educativa: Vamos em frente. Se percebermos que é mau: Acabou – ninguém se zanga. Certo? Portanto, não há problema nenhum. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, caros Vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores. Há um mês atrás, dediquei a minha intervenção ao recém-implementado Novo Mapa Judiciário. De lá para cá, com um período de cerca de dois meses de funcionamento deste novo esquema, creio não estar longe da verdade se referir que, em Oliveira de Azeméis se tem vivido uma situação de estabilidade e ajustamento suave à nova realidade, quer por parte dos agentes judiciais quer por parte dos utilizadores dos respetivos serviços. Vamos notando, contudo, que se fazem ouvir vozes discordantes, sobretudo por parte daqueles concelhos que gostariam de ter acolhido algumas das valências que foram preservadas para a nossa terra. Exemplo disso é a recente entrevista da Presidente da Ordem dos Advogados de S. João da Madeira. Lê-se no “Diário de Notícias” do passado sábado que, e cito: “a representante dos advogados locais critica a saída de valências de S. João da Madeira para Oliveira de Azeméis, cujas condições são” - mantenho a citação: - “horríveis.”. Continua dizendo, e passo a citar novamente: “ Se, além do Tribunal do Trabalho, Oliveira de Azeméis vai ficar com os processos de pequena e de média Instância, com as Execuções e com o Tribunal do Comércio como é que vai poder albergar todos estes tipos de processos com as instalações físicas que tem?” – Fim de citação. Estamos convictos que a configuração final do Mapa Judiciário não terá sido alheia à ação empenhada e concertada dos agentes locais de Oliveira de Azeméis, nomeadamente a Câmara Municipal e os agentes judiciais. Estamos igualmente convictos que este cenário, não representando uma satisfação plena para os interesses de Oliveira de Azeméis e para as legítimas aspirações dos oliveirenses, se aceita pelo esforço de aproximação que foi manifestado pela Senhora Ministra da Justiça e pelo espírito de solidariedade que caracteriza Oliveira de Azeméis e os oliveirenses. Recordo, e encaro com toda a naturalidade, a intervenção do líder da Bancada do Partido Socialista, Dr. Carlos Afonso, quando, há onze meses atrás, veio a esta tribuna manifestar a sua preocupação de discordância e preocupação com o cenário que então se afigurava de perdas substâncias de competências e de recursos por parte do Tribunal de Oliveira de Azeméis. Então dizia, e passo a citar: “Que vantagens trás, para Oliveira de

Azeméis, seus cidadãos e seus empresários, este novo modelo? Nenhumas. Pelo contrário, vai afastar a proximidade dos oliveirenses e dos empresários locais do Tribunal de Oliveira de Azeméis. Os oliveirenses irão suportar maiores custos nas deslocações para os Tribunais que irão substituir os que lhe pertenciam.” E continuava na sua intervenção: “ Os oliveirenses veem diminuídos os seus direitos constitucionais. A melhor prenda para os oliveirenses é que esta reforma do Mapa Judiciário nunca entre em funcionamento, para assim continuar a manter o Tribunal de proximidade.” E concluía na sua intervenção: “É dever do Município pugnar pela continuação da relevância dos Tribunais de Concelho e criar condições para a sua dignificação.” - Fim de citação. Cremos que, menos de um ano volvido, este conjunto de reivindicações apresentadas pelo senhor deputado Dr. Carlos Afonso, foi amplamente satisfeitas. E cremos que, este caderno de encargos que passou à Câmara Municipal, foi exemplarmente cumprido. É pois com fundamentada surpresa que ouvimos hoje um silêncio ensurdecador sobre esta matéria por parte do PS (Partido Socialista) Oliveirense. Os silêncios como não falam, obrigam à interpretação. Pergunto: Como é que devemos interpretar, o silêncio do Partido Socialista, a respeito dos resultados que o novo Mapa trouxe para Oliveira de Azeméis? É importante também que os oliveirenses conheçam o seu significado. Significará um reconhecimento mudo pelo bom trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na defesa do direito constitucional dos oliveirenses de acesso aos Tribunais? O facto do cenário inicial ter acabado francamente melhorado, pela intensa negociação levada a cabo pela Câmara Municipal e pelos agentes Judiciais em defesa da continuação da relevância dos tribunais do nosso concelho, gerará algum desconforto ao Partido Socialista por não poder aplicar sobre ele a estratégia comunicacional do – quanto pior, melhor? Ouvimos que a Câmara Municipal terá assegurado, ao Ministério da Justiça, a disponibilização de um novo espaço que viabilizasse o funcionamento do novo Tribunal de Comércio e de Execuções. Questiono por isso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se esta informação é real? E, se sim, qual é o encargo mensal assumido pela autarquia para a sua concretização? Mas, questiono também, desde já, a Bancada do Partido Socialista e o Dr. Carlos Afonso em particular, por favor, partilhem connosco e com os oliveirenses se entendem como bem empregue este novo, eventual, encargo assumido pela Autarquia, ou se entendem que seria preferível preservar os cofres da Autarquia, desta nova despesa, abrindo mão destas novas valências? Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia de Oliveira de Azeméis, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Excelentíssimos Vereadores, Membros desta Assembleia e Presidentes de Junta, público e comunicação social. Com a Lei 75/2013 avançamos mais um pouco com o reforço das competências das juntas de freguesia ou, pelo menos, clarificamos e oficializamos de forma mais concreta o que muitas freguesias já faziam há

anos. As freguesias são, como sempre se diz por aí, a primeira porta de entrada no Estado para resolução dos nossos problemas coletivos e são elas que amortecem numa primeira fase. Assim sendo, o recente entendimento do legislador que permitiu passar mais competências, são a prova inequívoca que o trabalho nas freguesias tem sido bem feito na sua generalidade e merece ser bastante respeitado. Mas o degrau que agora subimos ainda não é aquele que se exigia, pois continuam a faltar meios humanos e financeiros para melhorar o serviço que fazemos às populações. As Juntas de Freguesia, não pretendem ser “Mini-Câmaras”, pretendem saber simplesmente com o que contam e conhecer com equidade e transparência os meios ao dispor para trabalhar. E, a esse nível, tem existido progressos positivos, nos últimos tempos. Os Acordos de Execução que trago hoje a esta tribuna, para informação ou balanço, a todos os Membros desta Assembleia, tentam responder, em parte, a algumas das nossas preocupações. Pretendo fazer uma análise objetiva do que se passou neste primeiro ano de mandato sobre este assunto, que apesar de tímido, é um avanço que foi negociado em alguns pontos e comunicado noutros. Agora que o processo está praticamente concluído, apercebemo-nos todos que demoramos tempo de mais a perceber como finalizar este documento. E a comprovar este facto, o tempo que todos demoramos a entregar o documento dessas necessidades à Câmara Municipal, sem sabermos bem que modelo utilizar e o que lá escrever, comprova que algumas juntas tiveram dificuldade nessa entrega e todas as que o entregaram fizeram-no não seguindo um caderno de encargos uniforme e orientador. Foi um trabalho que acabou por não servir de base a quase nada do que foi discutido ou acordado. Fica este ensinamento para futuro. Por esse motivo, perdemos o ano de 2014, quanto à adequação para a oficialização das novas competências, como ao financiamento inerente. Para distribuir oitocentos mil euros (800.000,00€) pelas freguesias e colocar em documento as exigências da Lei, talvez tenha sido tempo demais. Numa primeira fase, ou seja, entre Outubro de 2013 e Março de 2014, a Câmara Municipal estudou o enquadramento para a elaboração destes acordos; No início de Abril foi pedido a todas as juntas de freguesia que até ao dia 30 desse mês fosse entregue um documento em que consta-se a indicação sobre um conjunto de competências de diversos domínios que através de indicação da Lei 75/2013 podem passar para as Juntas de Freguesias se as negociações assim o plasmarem em acordo final. Nomeadamente: – Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; – Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; – Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; – Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados; – Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; – Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea e); – Controlo prévio, realização de vistorias e fiscalização. Quanto aos recursos humanos, discutidos nesta negociação, fomos simplesmente informados que os mesmos contemplam a “cedência” de 2 funcionários a cada freguesia, sendo que no caso dessa impossibilidade terá lugar a transferência de duzentos e cinquenta euros (250,00€) por mês, ou seja, as freguesias que atualmente não possuem

funcionários da Câmara Municipal destacados, vão receber quinhentos euros (500,00€) por mês e as que têm, por exemplo, três (3) perderão um funcionário. Sobre este assunto, em sede de negociação particular, a Junta de Freguesia de Loureiro referiu que este critério é disforme em relação à dimensão das freguesias, dos quilómetros de estradas, do conjunto de infraestruturas, entre outras. O número igual de dois (2) funcionários encontrado para cada freguesia não respeita o critério do FFF e prejudica algumas freguesias. Sabemos que uma das alíneas deste ponto da negociação refere que “O número de trabalhadores afetos à freguesia poderá ser alterado, por acordo, caso venha a demonstrar-se necessário para o cabal exercício das competências legalmente delegadas.” De facto, precisamos de rever este critério para futuro pois todas as Juntas de Freguesias precisam de atualizar e ajustar de forma efetiva o número dos seus funcionários. Não podemos ter mais competências e prestá-las bem sem equipas motivadas e adequadas a cada realidade territorial. E sobre este assunto, atendendo às notícias dos últimos dias que dão nota das preocupações do Sr. Provedor de Justiça sobre os contratos com o IEFP, denominados de Contratos Emprego-Inserção e Emprego-Inserção +. Deveríamos fazer todos uma reflexão sobre a forma abusiva como alimentamos o emprego precário, sem qualidade, sem vínculo e sem expectativas. Em Loureiro, tenho dois (2), por exemplo. É-nos pedido a todos um olhar mais humano para esta situação. Depois são distribuídos os meios financeiros conhecidos no mapa, que não vou estar aqui a citar. Este novo enquadramento legal vai exigir ainda mais às freguesias e pede-se por isso à Câmara Municipal que apoie burocraticamente, para que, esta passagem de competências seja um ganho efetivo para as populações. Além do que aqui já referi, e ainda sobre as reuniões tidas até agora, é compromisso da Câmara Municipal continuar a proceder às podas nas freguesias, a disponibilizar alguma massa asfáltica para conservação de vias e o compromisso para estudar ainda, a entregar de alguns materiais de construção. Quanto maior for a ligação entre todos os atores políticos melhor respeitamos os oliveirenses e fazemos que o nosso concelho se destaque dos concelhos vizinhos. Os últimos atos eleitorais têm demonstrado que o eleitorado, cada vez mais exigente e atento, consegue perceber melhor a boa gestão pública e começa a ter a clarividência necessária para que, se for isso o que melhor serve os interesses num dado momento, não votar no seu partido, votando cada vez mais em quem pensa além dele. Resumindo e concluindo, pode-se dizer que estes acordos de execução são a possibilidade que nos foi apresentada para ficarmos melhor que em anos anteriores e que as competências impostas por via da Lei 75/2013, com os Recursos Humanos emanados de uma indicação da Câmara Municipal e com os meios financeiros possíveis pela contingência orçamental do nosso município são a realidade permissível. Estamos agora melhores que no mandato passado, não esquecendo para reflexão de todos que a nível de transferências financeiras do município para as freguesias, estamos piores que há 10 anos atrás. Todos juntos e em diálogo permanente, presumo estarmos disponíveis para tornar no futuro estes acordos ainda melhores e mais condizentes com a dimensão e importância do nosso concelho. De salientar ainda que em próximas conversas para compromissos tão importantes deverá ser o poder político a negociar

um com o outro e, nesse ponto, admito que teria sido melhor que o Sr. Presidente da Câmara tivesse estado nas reuniões que aconteceram com cada Junta de Freguesia, uma questão também a melhorar para futuro. E assim foram os Acordos de Execução. Mais freguesias, melhores serviços para um concelho que se pretende unido e inovador, servidor das novas exigências das populações. Não tenho dúvidas, que é o que todos procuramos atingir. Obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Pedro Paiva, do PS.=====

===== Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, caros colegas, público, jornalistas, funcionários da câmara. Antes de ir á minha intervenção, se possível, gostaria de fazer três notas. Uma primeira nota, sem dúvida alguma, para enaltecer esta obra que aqui foi feita. Num primeiro aspeto na requalificação da área que foi feita. Num segundo aspeto, o destino que lhe foi dado: Correto. E num terceiro aspeto na importância que tem para o Concelho a nível geral. Espero, também, que a obra que foi iniciada neste espaço não termine por aqui. Penso que ainda existe um restante espaço para requalificar, o palacete, e espero que a obra continue e não fique esquecida. Uma segunda nota é para parabenizar o nosso colega Costa Gomes, pelo estudo brilhante que fez. Sem dúvida alguma que nos tem habituado e, cada vez mais, a mim pessoalmente surpreendeu-me de facto pelo estudo aprofundado que fez sobre esta temática, espelhou, e espelhou que nem um pintor, perfeccionismo, com muito perfeccionismo sem dúvida alguma esta realidade. Uma terceira nota. E, nesta nota, a título individual, não vinculando como é óbvio o Partido Socialista, em resposta ao colega deputado Rosa: Eu denoto no seu discurso, um discurso forçado. Um discurso, estudado, sem dúvida alguma empenhado mas, de um verdadeiro antropólogo, se me permite, com o devido respeito, que foi ao passado, tentar pesquisar naqueles pequenos factos alguns factos, tentar chegar a uma teoria, a uma conclusão. Agora, se me permite a minha opinião e se me permite a minha posição pessoal, eu digo: O Senhor Presidente Hermínio está cá. - Senhor Presidente, os meus parabéns. Nesta questão da justiça, o Senhor Presidente foi o melhor dos presidentes aqui dos Concelhos á volta; - Arrasou com eles todos. E estou a dizer isto sinceramente. Sem dúvida alguma que isto globalmente temos de aceitar e temos de reconhecer: - Fez um ótimo trabalho. Como o fez? Provavelmente, poderemos deduzir que, sem dúvida alguma, se deve às boas relações que tem com a Ministra. E de facto temos que deduzir. E, pessoalmente, enquanto profissional, enquanto advogado, dou os meus agradecimentos pessoais, acho que fez um bom trabalho. Isso aí, que não haja cá dúvidas que depois não venham dizer que não sei reconhecer ou que não reconheço. E, atenção, sensibilizo para dois aspetos: Primeiro Ponto: Uma coisa é a Reforma. A Reforma que foi prevista pelo Governo. E sem dúvida alguma que foi imposta a todos nós. Oliveira de Azeméis perdeu objetivamente: Eramos um Tribunal de Circulo e deixamos de ser Tribunal de Circulo; Eramos uma Comarca, por assim dizer, de primeira categoria e passamos para uma Comarca

de segunda categoria. E é de facto, e na minha perspectiva, e daquilo que eu depreendo do discurso do PS aquilo que nós repudiamos. Uma Comarca como Oliveira de Azeméis que em certas situações, a nível de processos e, em termos de exemplo, em termos de processos dos maiores, acima de 30.000,00€, era a segunda Comarca a nível do distrito que tinha mais processos. Perdemos essas competências e essas valências. E de facto é isso que o PS reclama e isso que o PS de facto se debate. Mas, digo novamente, isso não tira o brilhantismo, não tira o esforço que eu, pessoalmente, reconheço ao Senhor Presidente. Esse é o primeiro aspeto da Reforma que, de facto, queria salientar. O segundo aspeto é a implementação da Reforma. E de facto toda a gente reconhece quem está no meio, há aqui muitos colegas que estão no meio, advogados, de um lado e do outro, e mesmo que não sejam atualmente advogados tem cônjuges que são advogados, sabem perfeitamente, e até o próprio ministério já reconheceu, que sem dúvida alguma, que a aplicação da Reforma: não foi má; foi péssima. E que, ao presente momento, ainda estamos a sofrer consequências. Ao presente momento isto não está resolvido, ou seja, todos nós sabemos que, é uma situação que vai demorar a ser resolvida, vai demorar um ano, dois anos dependendo das situações. Mas não é algo que se resolve ao fim de 60 dias, nem tal poderá ser aceite. O próprio Ministério já vem de facto a reconhecer essa situação, todos reconhecem de facto essa situação. Houve de facto uma má aplicação da Reforma. Isso é unanime. É aceite. De facto, essa própria Reforma em si até criou um mal-estar dentro do próprio Governo e criou não muita simpatia com a Ministra da Justiça que desde há muito os críticos e até mesmo do próprio partido vêm dizendo e alegando para, pronto, se reformar do cargo. Nesse pressuposto e nesse sentido, de facto, a Reforma foi muito mal implementada. E, de facto, ainda estamos a sofrer essas consequências e vamos sofrer essas consequências. Se quiserem casos concretos: Convido-vos; E tenho lá exemplos. Acabando as notas, passarei agora á minha intervenção e peço imensa desculpa pelo incómodo ou por alguma palavra mal dita ou que de facto não tenha sido respeitoso. O ditado já é antigo: “quando acabamos é quando devíamos estar a começar.” O mesmo princípio se aplica à nossa gestão autárquica: No final do ano é que deveríamos estar a preparar o Orçamento. Infelizmente, não dispomos de “Moiras” (tecediras do destino), para a realização do Orçamento. E este tende a refletir as nossas melhores expectativas e desejos. Em todo o caso, não deixo de me sentir um patrício, um ser privilegiado, atento á minha qualidade de membro desta Assembleia, embora que menor na discussão do Orçamento do Município. O munícipe, esse ser abstrato e desconhecido, mais não passa do que um conceito na discussão do mesmo. Na verdade, questiono-me se efetivamente o munícipe, esse ser invisível e nada omnipresente, tem noção da sua própria existência e razão suficiente para compreender essa palavra tão cara e que se designa por Orçamento. Concretizando: No momento em que discutimos o Orçamento Municipal é essencial refletirmos na sua estrutura e, acima de tudo, na forma de participação dos cidadãos na criação e formulação do mesmo. No presente capítulo, tanto a nível como internacionalmente, desde alguns anos que tem vindo a ser implementada a prática do Orçamento Participativo. Sendo já comum em muitos municípios Portugueses a existência do mesmo, inclusive no distrito de

Aveiro, nomeadamente S. João da Madeira e Ovar. No caso concreto de S. João da Madeira tanto na Câmara Municipal como na situação da Junta de Freguesia. Para os que desconhecem o conceito de Orçamento Participativo o mesmo consubstancia-se numa participação ativa e direta por parte dos munícipes na tomada de decisões e escolha de projetos tendo por base os recursos dos Municípios. O exemplo mais conhecido deste modelo e que tem vindo a ser usado, é o caso em que os municípios destinam verbas concretas do seu orçamento a projetos apresentados e votados pelos cidadãos. Ora, num tempo, em que os cidadãos cada vez mais se afastam dos temas políticos e dos órgãos decisores e em que os recursos públicos são cada vez mais escassos, é essencial criar projetos que impliquem a mudança de paradigma. As experiências de participação dos cidadãos na criação direta dos orçamentos municipais tem vindo a revelar uma maior aproximação dos cidadãos à vida política. E, como tem vindo a ser divulgado nos meios da comunicação social, os municípios que aderiram já aos orçamentos participativos não tão só têm vindo a continuar com os mesmos, ano após ano, como têm vindo a aumentar as verbas sujeitas ao Orçamento Participativo. Desde alguns anos para cá, que o PS, através dos seus Vereadores, tem vindo a reclamar a criação do orçamento participativo. Tendo vindo a criação do mesmo a ser negada pelo Executivo. Questionamos: Para quando a criação do Orçamento Participativo? A negação na criação do mesmo consubstancia manter afastados os nossos munícipes da vida pública. Assim sendo, o Orçamento Participativo deve tornar-se uma realidade em Oliveira de Azeméis. O Orçamento Participativo em Oliveira de Azeméis deve tornar-se numa das componentes centrais da estratégia do Município no reforço do envolvimento dos cidadãos das dinâmicas de governação do concelho, promovendo assim uma melhor adequação das políticas municipais às necessidades e aspirações dos cidadãos. A implementação de um Orçamento Participativo deverá visar o reforço da participação dos munícipes e através dos seus contributos aproximar o processo do Orçamento das reais necessidades dos cidadãos. Devemos configurar para Oliveira de Azeméis um projeto em que os cidadãos decidam diretamente, através de votação, até ao limite de uma parcela a determinar, quais os projetos a incluir na proposta de Orçamento e Plano de Atividades da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. A submeter, como é lógico, à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. O Orçamento Participativo não é uma moda passageira mas sim uma componente da democracia atual e que deverá ser implementado no nosso Município. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Muito boa noite. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, senhores funcionários aqui presentes. Antes de mais gostaria de dar aqui uma palavra e, desde já, retribuir o agradecimento pela forma como

analisou e lisonjeou a obra que aqui foi entregue. O meu obrigado pelo reconhecimento. Mas, tudo isto é um trabalho que não é só meu, é um trabalho como devem compreender de muitas pessoas que colaboraram também nesta pesquisa e neste retrato - este espelho 10 anos desta obra. Depois, queria também dizer ao senhor deputado Jorge Pereira, e o Senhor Presidente acabou por responder também a essa questão. O facto de trazer aqui a questão da Comissão para a questão da IC2. Que, de facto, não estamos parados, estamos a trabalhar e agradeço essa sua preocupação também como membro da Comissão para levar por diante este projeto. Penso que é muito importante para as vidas que se perdem nesta estrada e no concelho de Oliveira de Azeméis. E portanto não vou referir aqui aquilo que o Senhor Presidente da Câmara já referiu mas tinha a noção que tivesse conhecimento destas démarches que se têm feito. Mas, a minha intervenção, Senhor Presidente, prende-se com uma questão que eu diria que é querida aqui no concelho de Oliveira de Azeméis. E, se me permitem, gostaria que nós aqui em Oliveira de Azeméis sentíssemos hoje o orgulho também que o povo alentejano, hoje, esta a sentir após ter sido aprovado como património imaterial da humanidade o cântico tradicional alentejano (Cante Alentejano). Isto, porquê? Porque o concelho de Oliveira de Azeméis, - e perante a intervenção que eu venho aqui fazer, é de facto um concelho que deveremos também, não digo que os outros não o sejam -, é um concelho com uma atividade intensa ao nível cultural, ao nível tradicional, ao nível social, ao nível do desporto e eu gostaria também, como eu aqui muitas vezes já referi esta atividade intensa, que outros colegas aqui na Assembleia fizessem esse reconhecimento. E, é importante que nós saibamos ter orgulho, hoje, que o povo alentejano tem por ter chegado e ter atingido isto que é o património imaterial. Para nós, até pode não ter muito significado. Mas isso só demonstra autoestima que cada um de nós deve ter pelas nossas localidades e por aquilo que se vai fazendo nas nossas terras. Isso sem dúvida, em cada uma das freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis todos os dias, todas as semanas, todos os meses há alguém a trabalhar para a cultura, há alguém a trabalhar para o desporto, há alguém a trabalhar para as questões etnográficas, há alguém a trabalhar para a gastronomia e que, muitas vezes, nós nem damos por ela e nem damos o devido valor. Eu, só numa nota muito breve, daquilo que refiz da última Assembleia até hoje: Nós tivemos neste tempo, não passa muito mais de dois meses, ao nível de teatro nós tivemos aqui grandes intervenções. Eu apenas só lembraria, por exemplo: o FESTOLA; o GOTA também teve uma intervenção e continua a ter de há muitos anos a esta parte no concelho de Oliveira de Azeméis; lembraria também o Teatro do Curval que reiniciou a sua atividade e está a ter um papel muito preponderante também em toda atividade e naquilo que o teatro representa para o concelho. Eu chamaria, aqui, a atenção, também, para a questão da ação social e trazia aqui à colação um evento que movimentou todas as juntas de freguesia que foi o “Inter-Famílias” e, havia aqui uma osmose, não era osmose, aliás, havia aqui quase ligação entre os mais idosos e as crianças onde a participação foi intensa, onde tivemos aqui um Ministro no nosso concelho. Eu chamava por exemplo, também aqui, hoje, uma coisa que é tão importante para nós que é, a gastronomia. Oliveira de Azeméis ganhou o prémio da “Terra da Culinária”. E, portanto, são feitos importantes que nós devemos

admitir. E para não da música. Eu estive recentemente numa entrega de diplomas, no concelho de Oliveira de Azeméis, aos melhores alunos. E, de referir, que todos os melhores alunos e que receberam o prémio tinham atividades extracurriculares, nomeadamente, muitos deles, a música, mas também o desporto. Também outro tipo de intervenção. Isso quer dizer que o currículo oculto, ou melhor, o currículo paralelo que nós fazemos em relação á nossa vida em relação ao currículo escolar é importantíssimo. E de referir que estas atividades, que ao longo dos meses se vem fazendo, aqui, em Oliveira de Azeméis, é importante. Eu referia também outra ao nível do desporto: OPEN DE AZEMÉIS, que vai tendo credibilidade, que vai tendo relevo a nível nacional. Ainda há poucos dias soubemos que, ao nível dos Campeonatos de Ralis, Oliveirenses ganharam e foram Campeões. É preciso trazermos isto par elevar a nossa autoestima enquanto Oliveirenses. É importante que todos nós também saibamos reconhecer isto. Nós falamos do saneamento; Falamos de questões importantes e que fazem falta ao concelho; Mas é preciso também elevar esta autoestima que o concelho de Oliveira de Azeméis o faz. Eu lembrava também a criação ao nível da cidadania. Eu lembrava o espaço do cidadão que vai ser criado e que vai, dos mil espaços que vão ser realizados, ter também impacto no concelho de Oliveira de Azeméis. Eu chamaria, aqui, também, a esta sessão, a visita importante ao concelho de Oliveira de Azeméis como é o Bispo D. Ximenes Belo, um Prémio Nobel da Paz, a vir discursar aqui para os nossos jovens para também inculir esta dimensão social e esta dimensão cultural que promover a Paz. E também não podia deixar de referir ao nível cultura, uma associação que muito tem feito, e desculpem-me se estou a falar em nome pessoal, mas não podia deixar de trazer aqui a esta Assembleia também o XVI Aniversário da Associação de Cultura e Desporto de Cesar – Villa Cesari. Uma associação que muito tem feito para Oliveira de Azeméis. É uma associação que muito tem contribuído por a Câmara. Mas também temos de dizer: A Câmara tem contribuído muito, não só com a associação que eu estou aqui a falar, mas porque ela é uma aniversariante e mais uma vez realçar o papel fundamental, não principal, mas fundamental que a Câmara tem no apoio às associações. Eu gostava, ainda, de referir também e não me esquecer de alguém muito importante que tem feito um trabalho notável ao nível da etnografia, nomeadamente ao nível do folclore e que todos nós admiramos, creio que não há ninguém nesta sala que não admire esta Senhora, D. Isabel Maria Calejo. E que em tempo oportuno, e que apoio também na substancialidade da proposta, que esta Câmara Municipal, que esta Assembleia Municipal, leve a proposta que o Senhor Presidente da Assembleia já fez saber, ou pelo menos a intenção, de levar esta senhora que o país, não só o concelho mas também o país a reconheça pelo papel importante que teve e que tem ao nível do folclore das tradições. Eu lembro por exemplo, e é da própria Isabel Maria Calejo que nasce uma das confrarias, aquela que representa, a Confraria das Papas de S. Miguel. Portanto há aqui um sem número de atividades que nós devemos, contudo, realçar, não só a nível cultural. Eu aqui desfiei mais de 10 atividades diferentes ao nível cultural e social. Mas há uma muito importante e é essa também que anima a nossa atividade, é a atividade económica. Nós tivemos um jovem empresário, que eu considero jovem, o Luís Onofre que recebeu a Comenda da Ordem

de Mérito Empresarial. Oliveira de Azeméis não se destaca só pela cultura, como sabemos. Mas é um concelho cultural ativamente, basta olhar por exemplo para agenda do programa cultural do Caracas, (sabemos que precisa de uma intervenção), mas que, continuamente tem uma atividade intensa e muitas vezes nós não damos valor. E portanto, também, na atividade económica, Oliveira de Azeméis é conhecida ao mais alto nível neste empresário jovem. E portanto nós também temos de trazer, para aqui, para esta Assembleia estes reparos e é por isso que no desfiar deste rol de atividades neste mesmo Concelho. Mas ainda mais importante é realçar a capacidade criativa, recreativa destes homens e mulheres que todas as semanas, todos os dias, todos os meses desenvolvem atividades. É importante dizer, sem qualquer margem para dúvida, que: Oliveira de Azeméis é um concelho multicultural, é um concelho intercultural, é um concelho transcultural, é um concelho, que eu diria, inter-dinâmico, pluricriativo e pró-ativo, que nós, aqui, em Oliveira de Azeméis, devemos aprender a reconhecer como um concelho dinâmico ao nível da cultura, ao nível da ação social, ao nível da saúde, ao nível destas áreas sociais que tanto importam e tão bem fazem ao próprio concelho e a cada um de nós que nele vivemos e saibamos também reconhecer estas atividades, que muito desenvolve também a pessoa humana. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, funcionários, imprensa. Eu antes de me atrever a apresentar o assunto que me aqui trás, que é um voto de reconhecimento e louvor, vou – me atrever a fazer uma notazinha ao António Rosa. É assim: Eu penso, se a memória não me falha, que em devido tempo houve uma comissão para apresentar soluções, sugestões, tendo em conta aqueles problemas que se estavam a apresentar sobre o Tribunal, sobre as perdas de Tribunal; Eu penso que houve uma comissão na altura para tratar do assunto. Assim como, agora, há uma comissão para tratar do assunto de criar melhores condições na IC2. Eu penso que, no fim, só uns tirarem proveito e autossatisfação do trabalho feito por todos: Eu penso que se nomeia uma comissão é para todos trabalharem. Se calhar não é assim muito, muito bonito. Penso que era bom quando há uma comissão, que o reconhecimento fosse para a comissão toda. Se bem que, também reconheço e é muito natural e é uma obrigação que o Senhor Presidente da Câmara tenha tido uma preponderância mais acutilante, mais incisiva, mais persuasiva. Tudo isto está certo. Mas, quando há comissões, acho que e eu penso, se bem me lembro que houve uma comissão na altura para tratar do assunto. Agora, aquilo que me trás aqui, por uma questão de justiça, queria fazer um enquadramento: É uma coisa simbólica. Queria fazer uma homenagem aos proprietários e beneméritos que decididamente contribuíram para a implementação desta estrada do Cercal que até aqui nos trás. Hoje há aqui uma Escola espetacular. Mas, para que isso acontecesse, outros antes de nós

contribuíram. E é assim: Antes desta via, os habitantes do norte do concelho, particularmente do norte e centro de S. Roque, careciam de uma ligação digna a Oliveira de Azeméis potenciando o seu afastamento à sede do Município. Quando em sede de PDM conseguimos fazer valer a sua pertinência, pois esta estrada é muito importante para S. Roque mas também é para Oliveira de Azeméis. O então Senhor Presidente da Câmara, Senhor Ângelo Azevedo, lançou o desafio: “Façam a estrada”; “Mas, não contem nem com um centavo para os terrenos.” Aceitei o desafio. Pois, não estava previsto qualquer candidatura. Com a candidatura, no entanto, a pressão tornou-se mais fácil por um lado, mas por outro complicou porque deste modo os particulares não tinham acesso, como não têm, a construir como reivindicavam. Logo, as pessoas que eram convidadas a cederem terreno: Davam o terreno, a troco de nada, ou melhor, literalmente, davam o terreno só em proveito do bem comum. Era esse o desafio. Foram três anos de luta. Tratava-se de convencer os proprietários de 40 parcelas, que correspondiam algumas delas a vários herdeiros. A maioria foi dizendo que sim, convencida que estava que a estrada era impossível e que nunca se faria. Contudo, quando viram as máquinas no terreno, alguns desdisseram-se e quiseram aproveitar-se, outros aproveitaram-se mesmo. Assim, com sentimento de gratidão, queria render homenagem a todos que honraram a sua palavra e nos incentivaram à construção desta via do Cecal e, destes, destaque, simbolicamente, mas com veemência mesmo, o senhor Albertino Bastos e o senhor Domingos Freitas da Costa, são cidadãos daqui do Outeiro, que muito nos incentivaram e muito contribuíram para que esta estrada fosse possível. Queria também aproveitar a oportunidade para, a pedido de vários utentes e várias famílias que por aqui transitam a pé para a Escola Ferreira de Castro e agora para a ESAN e para outros destino, que o Senhor Presidente da Câmara providenciasse a implementação de passeios e de iluminação da estrada. Já pareceram nesta estrada, no mínimo, que eu saiba, duas pessoas, uma que ia a pé e o outro de bicicleta. É uma das prioridades, que incluímos na nossa lista, de cinco que nos foram solicitadas. Portanto, faz parte das nossas prioridades. Portanto, se for possível, Senhor Presidente, eu penso que isto não se constrói de um dia para o outro mas, eram bom que esta estrada do Cercal, esta via do Cecal que agora tem uma preponderância muito grande para a comunidade envolvente, fosse iluminada e beneficiasse de passeios. Senhor Presidente, fica o apelo. Muito obrigado. Voto de reconhecimento e louvor: A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida nas novas instalações da ESAN, em 28 de novembro de 2014, manifesta-se grata e reconhecida aos proprietários e beneméritos que generosamente disponibilizaram e doaram os terrenos necessários para a implementação da Estrada do Cercal, contribuindo decisivamente para a maior aproximação dos cidadãos do norte do concelho ao seu município, facultando, ainda, a acessibilidade e implementação de infraestruturas de progresso e desenvolvimento de progresso e desenvolvimento de que é primeiro exemplo a Escola Superior Aveiro Norte. Portanto, isto é uma proposta da Junta de Freguesia de S. Roque. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Boa noite, Senhor Presidente e respetiva Mesa. Eu vou só responder ao Dr. António Rosa. Porque, o PS mantém integralmente aquilo que disse há 11 meses, pelos princípios que efetivamente nessa altura foram enunciados e que se mantêm: Primeiro - Princípio de proximidade deixou de o ser na íntegra; Segundo – O Tribunal perdeu efetivamente valências. Ao contrário daquilo que veio aqui dizer, hoje, os cidadãos oliveirenses, se quiserem tratar do seu divórcio, têm que ir a S. João da Madeira; Se quiserem regular as responsabilidades parentais, vão ter que ir a S. João da Madeira. Antigamente: Tinham aqui, o Tribunal de Oliveira de Azeméis era competente. O senhor se na sua atividade tiver um problema com uma dívida de 50.000,01€, vai ter que ir para Santa Maria da Feira resolvê-lo. Quando anteriormente resolviam-se aqui em Oliveira de Azeméis. Se forem à sua propriedade e se o roubarem: Antigamente, o arguido era julgado em Oliveira de Azeméis. Agora, é julgado em Santa Maria da Feira. Ou seja: Isto não é perder valências? É. Portanto aquilo que foi dito há 11 meses, em que os cidadãos de Oliveira de Azeméis perderam proximidade com o Tribunal e com o acesso à Justiça, é verdade porque vão ter que se deslocar. Nesse princípio, o PS mantém integralmente e é contra o Mapa Judiciário nos moldes em que ele estava criado porque efetivamente alterava aquilo que era um paradigma que já vinha dos anos 60 e 70, que era a proximidade dos cidadãos ao Tribunal e não agora os cidadãos terem de andar à procura do Tribunal. Portanto isso mantém integralmente. O Senhor Presidente da Câmara e os agentes judiciários trabalharam efetivamente para que o Tribunal de Oliveira de Azeméis não ficasse empobrecido. Porque a primeira versão das competências que o Tribunal ia ter, era efetivamente uma vergonha para os oliveirenses e para este Concelho. E portanto, foi com base nisso que se tentou minorar os problemas e essa falta de aproximação aos cidadãos oliveirenses. Quanto á questão das instalações: É evidente que é do meu conhecimento que efetivamente a Câmara sempre se disponibilizou para não inviabilizar qualquer valência para o Tribunal. Portanto sempre se disponibilizou para que o Tribunal tivesse as condições mínimas ou adequados para que houvesse dignidade dos cidadãos que vão lá e de quem lá trabalha. Portanto aquilo que efetivamente aconteceu, é que: O Tribunal foi efetivamente prendado com 40 ou 60 mil processos e era necessário ir aloja-los nalgum sítio. Portanto, nesse aspeto, a Câmara cumpriu aquilo que tinha prometido que foi disponibilizar instalações de forma a poder receber esses processos. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD.* =====

===== *Telegraficamente só duas ou três notas. Em primeiro lugar: Para dizer ao Senhor Amaro que, sabe que tenho grande consideração por si de há muito tempo e, quando o ouvi a*

iniciar a intervenção estava convencido que viesse ser o porta-voz da bancada relativamente à posição que há pouco eu estimei e a questão que coloquei. Entretanto, foi esclarecida pelo Dr. Carlos Afonso. E portanto irei lá a seguir. Percebi que foi porta-voz, sim, talvez de alguma mensagem extraviada que se referisse a uma qualquer outra Comissão. Que me recorde, não foi criada no âmbito desta Assembleia Municipal com qualquer Comissão. E portanto, não tendo sido, foi a desproposito a questão que creio que tentou colocar aqui em discussão relativamente a essa Comissão. Não sendo essa a Comissão a que se referia, todo o outro trabalho da Câmara Municipal em conjunto com os restantes agentes sociais estiveram sempre presentes na minha intervenção e obviamente que o reconhecimento tem de ser a toda esta estrutura que trabalhou, articuladamente e bem, no sentido de melhorar a solução final. Relativamente à intervenção do Dr. Carlos Afonso: Honestamente, e eventualmente um defeito da minha interpretação e compreensão; Eu creio que, enfim, realçou sem responder a nenhuma das minhas questões, realçou a vertente do copo meio vazio de todo este processo. Evidentemente, o que é um facto é que há 11 meses atrás tínhamos um cenário, aparte do espírito da lei que obviamente esse permaneceu. Mas a verdade é que, a posição em que Oliveira de Azeméis se apressava a estar nessa altura e aquela em que chegou em 01 de setembro deste ano, era substancialmente diferente, manifestamente diferente: As competências do Tribunal são diferentes; mas substancialmente diferentes. Tanto mais que, e eu não sou jurista, obviamente, e portanto o drible desses argumentos de facto não serei a pessoa indicada para isso, mas pela minha audição da intervenção do Dr. Pedro Paiva, creio que não haverá aí alguma sintonia relativamente ao trabalho, porque ele disse-o em nome pessoal, que o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente da Câmara foi exemplar. Portanto, seguramente, alguma coisa, ganhamos, de substancial, que mereceria o reconhecimento. Muito obrigado. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Senhor António Luís da Fonseca e Grifo - Primeiro Secretário. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Secretário da Assembleia Municipal. Eu vou procurar dar duas ou três notas, relativamente a questão desta discussão sobre o Tribunal. Para efetivamente dar nota que uma coisa é, a nossa posição política, relativamente a quem tem competência para reformar o Mapa Judiciário. Não somos nós; É o Governo e a Assembleia da República; E, portanto, neste caso concreto, o Governo decidiu reformar o Mapa Judiciário. Vamos, a seu tempo, fazer a avaliação se é para melhor ou se é para pior. Ainda é cedo. Podemos dizer e acho que estamos de acordo, que o arranque do ponto de vista operacional, o famoso “Citius”, não correu bem. Não correu bem em Oliveira de Azeméis, não correu bem em todo o país e toda

a gente percebeu. E eu não tenho conhecimentos para dizer se já esta a correr melhor ou se está tudo bem. Não tenho. Constatei efetivamente que as coisas não correram bem em nenhum sítio, em nenhum “Citius”- já agora. Essa é a questão do Mapa Judiciário no seu todo, portanto, a Reforma. E nós fomos confrontados com a Reforma. Efetivamente houve uma primeira versão que era muito negra para Oliveira de Azeméis. A partir desse momento da primeira versão, o Município não numa perspetiva de Comissão, como o Senhor Presidente Amaro Simões tinha dito, mas numa concertação com todos os agentes, ou seja, nós reunimos com a Ordem dos Advogados de Oliveira de Azeméis, reunimos com os Magistrados do Ministério Público, com os Magistrado Judiciais e com os funcionários. Porque, naturalmente, estávamos preocupados porque a primeira versão, essa sim, era altamente preocupante naquilo que diz respeito às valências, as competências do Tribunal de Oliveira de Azeméis, reduzia, se bem se lembram, Oliveira de Azeméis a dois Juízes. E, portanto, depois, obviamente, houve muito trabalho e houve a auscultação com todos os agentes em Oliveira de Azeméis. Mas houve trabalho em todos os municípios: Nos municípios onde o Tribunal ia ser encerrado; Onde o Tribunal ia ganhar valências, onde ia perder; Portanto houve movimentações junto do Ministério da Justiça e houve efetivamente muitos quilómetros de Oliveira de Azeméis a Lisboa e houve muitas conversas por telefone. Porque, a segunda versão e a versão final é, - e ai temos todos de reconhecer -, muito melhor, muito melhor do que aquela que tinha sido a primeira versão. Deixem-me, no entanto, dizer-vos uma coisa: Basta seguirmos e nós somos, todos, pessoas interessadas e seguimos com atenção aquilo que se passa à nossa volta; E senhor deputado Carlos Afonso far-me-á justiça e o senhor é uma pessoa muito atenta, que há aqui uma coisa que não percebo que é: Quando lemos a imprensa regional de S. João da Madeira, da Feira, de Arouca, de Castelo de Paiva, de Espinho, de Vale de Cambra e quando olhamos as atas das assembleias municipais destes municípios em todas elas é dito que o Tribunal de Oliveira de Azeméis: Ganha; - “Mas porque é que isto foi para Oliveira de Azeméis”; Aliás, a Senhora Delegada da Ordem dos Advogados de S. João da Madeira, não se cala um segundo com isso. E, deixem-me dizer-vos que, isso me deixa preocupado. E queria aqui transmitir à Assembleia Municipal. Porque, nós devemos mostrar muita coesão relativamente a esta matéria, a reforma do mapa judiciário não está absolutamente fechada, porque foi dito pela própria Ministra que iam ser feitas afinações, correções, etc..., etc... e portanto, nós devemos todos enquanto responsáveis Autárquicos de Oliveira de Azeméis, independentemente das nossa profissões e dos nossos partidos, devemos ter um comportamento à Oliveirense para manter ou se possível até reforçar as valências do Tribunal de Oliveira de Azeméis. Porque o senhor deputado Carlos Afonso disse que: se o senhor deputado António Rosa se quiser divorciar: Tem que ir a S. João da Madeira. Mas o senhor deputado também sabe, que não há uma sala disponível no Tribunal de Oliveira de Azeméis e para ter novas valências teve que ser feito um upgrade e tivemos de andar a procurar outros espaços em Oliveira de Azeméis. Porque também lhe garanto, ó senhor deputado, e sou eu que lhe estou a dizer, não vou divulgar conversas privadas, porque são privadas, mas tenho confiança consigo para lá fora lhe explicar tintim por tintim o que

aconteceu relativamente à Família e Menores. Certo? E há uma opção que recaiu sobre S. João da Madeira e podia ter recaído: “o Dr. António Rosa para se divorciar ter que ir a outro sítio”. Está a ver, como o senhor sabe. Ouça: E se, houvesse espaço em Oliveira de Azeméis, “o Dr. António Rosa se quisesse divorciar-se, divorciava-se em Oliveira de Azeméis”, aposto consigo a quanto quiser. A quanto quiser. Olhe, tenho aqui uma testemunha que ouviu a conversa. E portanto, a quanto quiser. E levo-o ao sítio certo e à pessoa certa para lhe dizer isso. Não interessa, porque já foi. Agora o que importa naturalmente é salvaguardar e eu registo, que é assim: É importante nós trabalharmos para salvaguardar aquilo que temos, certo? Porque, nos outros municípios há movimentos para continuar a mexer com isto, certo? E portanto, eu acho que nós, enquanto órgão político e nós temos dados muitos exemplos, na área da saúde noutras áreas, temos dado muitos outros exemplos de como com a nossa coesão, com a nossa união nós conseguimos resolver e ganhar positivamente relativamente a outras questões: Este é um bom caso onde nós estamos, como sabem, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira disputaram até ao último minuto com a Universidade de Aveiro a implementação desta escola lá. E nós conseguimos, em boa hora, fruto de um trabalho extraordinário do ponto de vista de concertação político partidário, com a ajuda da Associação Empresarial do concelho de Oliveira de Azeméis, que na altura foi decisiva também neste processo. E hoje estamos aqui todos naturalmente satisfeitos e a querer que esta Escola cresça. Nesta matéria, na área da justiça nós vamos ter de continuar a trabalhar e vamos ter de continuar atentos a este processo e o senhor deputado Carlos Afonso sabe bem disso. E ouviu, como eu ouvi, na tomada de posse dos Senhores Juízes, o Senhor Juiz da Comarca de Aveiro, o Senhor Dr. Juiz Paulo Brandão a dizer (estava a falar para os juízes): “Eu não vou agora dizer se isto é bom se isto é mau; É a reforma que temos; Compete (virado para os juízes) às Senhoras aos Senhores agora fazer o melhor que podem; E nos sítios para ondem vão vamos todos fazer o melhor.” E naturalmente que nós temos trabalhado em articulação com o Tribunal de Oliveira de Azeméis e temos criados condições. Posso-vos dizer, em princípio temos condições para levar à próxima reunião de câmara porque recebemos, no passado dia 19, do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça uma minuta e portanto a oportunidade seguinte é a próxima reunião de câmara; Ainda estamos aqui em termos de afinação e salvaguardar alguns pormenores relativamente á, como disse o senhor deputado Carlos Afonso, imediata disponibilização de instalações para a instalação das novas valências; E portanto, como eu disse, é um processo que está em curso e que nós devemos naturalmente manifestar sempre a nossa pertinência política e estarmos atentos e vigilantes, porque nada está definitivamente garantido. Acho que aí, nesta matéria, é um trabalho que temos todos continuar a fazer. O senhor deputado Rui Luzes Cabral fez uma intervenção interessante sobre a Lei 75/2013. Nós andamos sempre a aprender, todos. Vou-lhe já dizer uma coisa que faltou: Faltou uma matriz. Ou seja, quando nós lançamos o desafio às juntas de freguesia para nos mandarem aquilo que pedimos; Nem todos mandaram e Nem mandaram no mesmo ritmo e, portanto, talvez se tivesse sido definido uma matriz, tipo uma coisa sistematizada. Mas, também era a primeira vez que estávamos a tratar daquilo. E deixem-

me dizer-vos que pelos estudos que fizemos dos outros municípios, há municípios que já corrigiram, aqueles que quiseram andar mais depressa já corrigiram o que fizeram porque perceberam que fizeram mal. Não quer dizer que aquele seja um trabalho perfeito, mas eu li e o Rui Luzes Cabral também disse que era um trabalho construtivo e que também todos temos a capacidade e a possibilidade de o melhorar. Porque é uma efetiva descentralização. E aquilo que queremos é essas transferências também as Juntas de freguesia. A questão dos recursos humanos, é uma questão muito sensível. E se calhar a Lei 75/2013, não resolveu. Mas, nós também temos a possibilidade de fazer chegar ao legislador sugestões para agilizar esses procedimentos. Porque os senhores presidentes de junta, e o processo ainda não está concluído, vai ser concluído, naturalmente, ainda com conversações individuais e depois já num registo com todos à volta da mesa, mas há uma questão que nós fizemos e temos esse registo e podemos partilha-lo, que é: Nós inquirimos os funcionários operacionais, um a um, dizendo-lhes objetivamente se queria ir ou estava disponível para ir para uma Junta de Freguesia. Porque, perante a legislação que temos, dos recursos humanos nós não podemos obrigar o funcionário a) ou b) a ir trabalhar para a Junta a) ou b). E nenhum presidente de junta quer, seguramente, na sua junta a trabalhar ninguém contrariado. Não quer. Isto é como tudo na vida, uma pessoa contrariada, não dá jeito. E portanto nós tivemos de encontrar uma solução e um critério, como qualquer critério nunca é um critério 100% justo nem nunca satisfaz ninguém. Eu, estou a olhar ali para cima para o José Santos – Presidente da Junta de Ossela, que nunca concorda com os três FFF (Fundo Financiamento Freguesias) (ponto final, paragrafo). Não vale a pena a gente convencê-lo. Ele nunca concorda, mas depois é solidário. É um critério. Por acaso a maioria concorda. Ele, não concorda. Fica solidário. O critério dos dois funcionários e da questão de ter ou não ter e haver uma compensação financeira foi um critério que nós encontramos para minorar aqueles que não têm. Agora, está não é uma solução estática, é uma solução dinâmica. E portanto, conforme o Senhor Presidente disse, hoje, há relações institucionais com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Mas não quer dizer que amanhã não haja um outro programa, não haja outra possibilidade de as próprias juntas de freguesia recorrerem diretamente com apoio da Câmara a outras coisas que, podem não ser do Instituto de Emprego, podem ser de outros mecanismos da Segurança Social ou outras situações. Portanto esta situação não é: Está resolvida, acabou, não se fala mais nisso. Não. É verdade que se assina assim. Mas depois, nós não fugimos, nem vamos: Acabou. Não vamos fechar as negociações, como sabem estas coisas mantêm-se em aberto. Agora, não há dúvida nenhuma que estamos, hoje, é verdade e eu reconheço, melhores do que o estávamos no passado. E, a possibilidade de melhorar. Aliás, nós estamos a equacionar a questão da cooperação técnico naquilo que diz respeito a engenharia e arquitetura porque, vocês, tendo mais competências, também têm a necessidade de recorrer do ponto de vista técnico. E portanto para não haver aquela: - A quem é vão recorrer? – Então, falam com o Presidente; depois, o Presidente fala com o Vereador; o Vereador, fala com o Chefe de Departamento; o Chefe de Departamento fala com...; Ouça, se nós tivermos um gabinete com engenheiros e arquitetos que está ali para trabalhar para as

Juntas de Freguesia: Senhores Presidentes - os senhores vão lá falar e tratar; E depois, é uma questão de priorizar e de opção política e aí, sim, opção do executivo de acordo com aquelas que forem as prioridades das Juntas de Freguesia. A mesma coisa, como o Rui disse, na questão dos materiais. Portanto, os materiais é uma perspectiva que nós depois vamos ter ver. A situação do betuminoso e do alcatrão, na minha modesta opinião, e julgo que na vossa, foi uma coisa que correu bem. Portanto, podemos replicar, sempre com transparência, todos à volta da mesa, para distribuir, com todos a ver como é que se distribuiu, que é para não haver desconfiança e dizer: que este é mais amigo; ou este é mais simpático; ou este é mais isto; ou este é mais aquilo. Mas acho que a Lei 75/2013, não é uma lei perfeita porque não há leis perfeitas, mas de alguma forma veio ajudar. E como os nossos contratos de execução também não são perfeitos, é como todos, não é? Agora, são melhores do que outros e nós procuramos corrigir algumas asneiras que tinham sido feitas noutros municípios. Achamos que, depois, não sendo isto estanque, vamos naturalmente afinar sempre a máquina. Porque, não tenham dúvidas da nossa vocação descentralizadora, nós também não queremos descentralizar na educação e depois não queremos descentralizar para as juntas. Portanto acho que é conhecido o nosso pensamento sobre a matéria. Uma notinha só, o Rui disse que se melhorou as transferências para as Juntas de Freguesia, mas há dez (10) anos as Juntas de Freguesia tinham mais. Pois tinham. Mas também a nossa dívida era de 56 milhões de euros e hoje são 30 milhões. Portanto, nós temos que perceber que, eu não tenho aqui os dados para saber se as juntas tinham mais ou não tinham, há aqui um esforço de dotar as freguesias de mais meios financeiros. É sempre aquela coisa: “é sempre pouco para quem recebe e é sempre muito para quem entrega”. A nossa perspectiva é que estes 800 mil euros, que não são 800 mil euros, são mais do que 800 mil euros. Mas, também com a questão dos materiais, com a questão das empreitadas de maior dimensão, naturalmente, depois, chegamos ao fim do ano e percebemos que foi muito mais do que esses 800 mil euros e vamos ver se o Rui, depois, vem cá para o ano a dizer: Afinal, já foi superior aos últimos dez (10) anos. Quanto á intervenção do senhor deputado Pedro Paiva e já falo também na questão do senhor Amaro, porque falaram do Parque do Cercal. E naturalmente que esta via que aqui temos foi feita na altura pelo executivo presidido pelo Comendador Ângelo Azevedo e em boa hora esta via foi feita. Aliás, como sabem, a própria estrutura do PDM fala da aproximação das freguesias ao centro da cidade e por isso é que nasceu também a Via do Nordeste, por isso é que nós queremos continuar a Via do Nordeste IV Fase e por isso há também em previsão futura a Via do Sudoeste e outras vias para aproximar as freguesias e havia aqui uma grande dificuldade destas freguesias, nomeadamente S. Roque, Cesar, Fajões, Carregosa e Macieira de Sarnes. E portanto, eu também acompanho na questão dos proprietários, na generosidade dos proprietários na libertação dos terrenos, não é fácil conseguir essa matéria numa extensão tão grande. Mas dizer-lhe que a nossa preocupação é, permanentemente dotar esta via de melhores condições. Os postes da EDP já estão colocados da rotunda, lá de cima, do Rufino, até aqui ao Parque do Cercal. É um esforço financeiro grande que estamos a fazer. Naturalmente que queremos melhor a segurança da via. Nós não tivemos

oportunidade, - por razões também que se prendem com a propriedade dos terrenos, nós tivemos várias soluções, há aqui muita gente que sabe -, para melhorar a entrada, reduzir a perigosidade da entrada do Parque do Cercal. Nós tivemos equacionado: A primeira versão era uma rotunda, mas tínhamos de ir buscar terreno ao lado direito, quem desce, e não foi possível fazer-se isso; Portanto, tivemos de procurar uma outra solução; E, até de acordo também com a GNR, a própria GNR já nos deu um conjunto de sugestões e de opiniões para evitar que haja aqui acidentes nesta via. Também dizer-vos que, não sei se é por estra cá a Universidade a própria GNR já instalou aí o radar fixo de controlo de velocidade nesta descida, porque as pessoas passam aqui com muita velocidade para um lado e para o outro e, portanto, é preciso ter cuidado. Mas, dizer-vos que a nossa preocupação é melhorar. Agora que vos dei esta indicação da iluminação, vamos também iluminar a entrada do Parque do Cercal até ao edifício. Portanto se repararem, agora á saída não vai ter muita luz. Esse também é um investimento nosso que vamos efetuar e também já esta contratualizado coma EDP. Eu acompanho, também, ainda, na intervenção do senhor deputado Pedro Paiva, relativamente á obra que, hoje, nos é, aqui, oferecida feita pelo professor Costa Gomes e do que depende do pelouro da Senhora Vereadora Gracinda Leal nós assinalámos, esta semana, dez (10) anos do Centro de Apoio Local ao Imigrante e julgo que foi de forma muito digna com a publicação deste livro que espelha bem esse trabalho desenvolvido nos últimos dez (10) anos. Quanto á questão do Orçamento participativo. Eu não tenho nada contra. Certo? E, se calhar, até para o próximo ano podemos dar o primeiro passo nesse sentido. Não estou a dizer que não pense nisso, etc..., etc. Não. Agora, eu entendo é para o Orçamento participativo, nós precisamos de ter as contas bem equilibradas que é para poder alocar uma verba que pode depois crescer. O senhor deputado deu nota que isto corre muito bem. Não corre muito bem em todos os lados. Às vezes também há problemas, em Guimarães houve um circo dos diabos sobre isso. Aliás, foi feita uma participação, porque parece que houve viciação das votações. Agora, eu acho que, é um mecanismo de participação, nós temos de estimular a participação dos cidadãos. E, esta é uma forma de o fazer. Acho que podemos, sinceramente, não vejo porque não. Como disse, se nós conseguimos equilibrar as nossas contas, no próximo desafio orçamental, nós podemos ter uma verba alocada ao orçamento participativo e colocar à votação dos oliveirenses e os oliveirenses decidirem a onde é que se alocam essas verbas municipais. De princípio, não tenho nada contra. Agora, temos de ter as contas equilibradas. Eu perguntava ao engenheiro Joaquim Jorge: É verdade que o PS já apresentou várias vezes na reunião de Câmara. Eu até lhe perguntei assim: “Mas este ano não apresentaste? – Não me lembrava. E ele disse: “ Não, não apresento.” Não significa que não tenha apresentado no passado. Aqui, não precisamos de andar à procura do pai da ideia. O que precisamos é naturalmente se virmos que há condições financeiras para o fazer, fazemos. Não tenho nenhum problema. Não aqui nenhum constrangimento relativamente a essa matéria. E julgo que relativamente ás intervenções do senhor Amaro eu já fiz referencia e à professor Costa Gomes é só ter que naturalmente reconhecer a intensa atividade que tem acontecido no Município de Oliveira de Azeméis e ai

estamos todos de parabéns. Por isso é que se costuma dizer que «Azeméis é Vida e as coisas acontecem». Muito obrigado. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.=====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== Penso que já não há mais intervenções. Já tivemos um período de “Antes da Ordem do Dia” bastante alargado. Temos agora, aqui, dois votos de reconhecimento e louvor e que eu passo a ler, (o primeiro que já foi lido pelo Senhor Presidente da Junta de S. Roque): ==

===== Voto de louvor e reconhecimento: “ Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida nas novas instalações da ESAN, em 28 de novembro de 2014, manifesta-se grata e reconhecida aos proprietários e beneméritos que generosamente disponibilizaram e doaram os terrenos necessários para a implantação da Estrada do Cercal, contribuindo decisivamente para a maior aproximação dos cidadãos do norte do concelho ao seu município, facultando, ainda, a acessibilidade e implantação de infraestruturas de progresso e desenvolvimento de progresso e desenvolvimento de que é primeiro exemplo a Escola Superior Aveiro Norte.” ==

===== Colocado à votação o voto de louvor e reconhecimento apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade.=====

===== Voto de congratulação apresentado pela Bancada do PSD: “Pela atribuição da Comenda ao oliveirense Luís Onofre que muito se tem distinguido, por mérito próprio e que corporiza a dinâmica e o espírito de unidade que impera na indústria do calçado oliveirense. Estilista de renome nacional e internacional é hoje uma referência, reconhecida pelo Senhor Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, com a atribuição da Comenda da Ordem do Mérito Empresarial, Classe de Mérito Industrial, que a todos nos orgulha.” =====

===== Colocado à votação o voto de congratulação apresentado, foi o mesmo aprovado por unanimidade.=====

===== Voto de pesar apresentado pela Bancada do PSD: “Um voto de pesar pela morte do oliveirense José Carlos Osório, oriundo de uma família tradicional e grande benemérita de Oliveira de Azeméis.” =====

===== Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Carlos Osório, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou a sua intervenção:* =====

===== *Encerrado que está o período de “Antes da Ordem do Dia”: O PSD gastou 23 m e 54 s; O Partido Socialista usou 36 m e 37 s; O CDS/PP gastou 10 m. Vamos pois dar início ao período da “Ordem do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== **Ponto um:** *Votação da ata nº 9;* =====

===== *Presente para aprovação a seguinte ata: n.º 9 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.09.2014;* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 9 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.09.2014, foi aprovada por maioria com duas abstenções.* =====

===== **Ponto dois:** *Regimento da Assembleia Municipal – Aprovação;* =====

===== *Presente para aprovação o Regimento da Assembleia Municipal, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer:* =====

===== *Eu tenho aqui uma proposta que é o seguinte: “Os elementos da Comissão de elaboração do Regimento, eleitos na Assembleia Municipal, propõem que o “Ponto dois” seja retirado devida à apresentação do mesmo, bem como a desajustamentos, omissões e outros pormenores de relevo para a dignificação do documento.” Assinado pelos quatros membros que fazem parte desta Comissão.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia propôs a retirada o ponto dois da Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto três:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Eu aproveitava até porque as cadeiras estão vagas e pedia ao Dr. Carlos Maia, ao Dr. Nuno Gomes e Dr. Figueiredo que se sentem nas cadeiras que estão aqui ao meu lado, venham para aqui se faz favor, vamos entrar na discussão do Orçamento. Senhor Presidente, como é normal nesta fase a informação é distribuída e, portanto, estou disponível para dar os esclarecimentos que puder e for capaz de dar em sede de Assembleia Municipal relativamente à matéria que foi distribuída.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30 de setembro de 2014 – Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, a Assembleia Municipal tem competência para apreciar o acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro, portanto o chamado – PAEL, as coisas estão a correr dentro daquilo que é efetivamente previsto e por isso é também o trazemos e o enviamos às autoridades respetivas, onde fazemos o reporte da dívida a 30 de setembro de 2014, onde temos, também, os pagamentos em atraso a 30 de setembro de 2014. Dizer que a execução económica, nessa mesma data, gere um superavit de 4.365.400; Ou seja, 92.3% do superavit previsto no PAEL para o ano de 2014 que como sabem é de 4.730.838 e portanto nós geramos um superavit a 30 de setembro de 4.365.404. E portanto temos vindo a diminuir, neste caso,*

quer a dívida total, quer a dívida de empréstimo a longo prazo, o endividamento líquido, a dívida a fornecedores. Temos também um prazo médio de pagamentos de 41 dias. Portanto, cumprindo com aquela que é objetivamente a missão do PAEL. E portanto, basicamente, Senhor Presidente, eram estes os grandes números. E, portanto, é um ponto de apreciação e de informação que temos do ponto de vista legal apresentar à Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão, do PS e António Rosa, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente. É um sucesso. Parabéns, Senhor Presidente. Temos de facto de acabar com essa estratégia comunicacional do quanto pior melhor. É um sucesso ter uma dívida para pagar. É um sucesso ter um Plano de Saneamento Financeiro. É um sucesso ter um Plano de Apoio á Economia Local. É um sucesso passar de uma dívida de 15 milhões para uma dívida de 46 milhões. É um sucesso ter juros para pagar. É um sucesso, depois disso, ter que contrair mais um empréstimo de 1,2 milhões de euros. É um sucesso que esse empréstimo seja exactamente para a mesma coisa: pagar dívidas. É um sucesso pagar ainda mais juros. É um sucesso andarmos entre os municípios mais endividados do país. Até é um sucesso ser dado como exemplo de más práticas nesta matéria. Meus senhores, - vamos lá a ver se nos entendemos: Pagar dívidas e cumprir obrigações, nada tem de meritório; Tem tido de facto muito de panfletário, mas de meritório: não tem nada. Estamos obrigados e assumimos compromissos e temos consequências muito sérias. Mas continua a ser um sucesso. Até as consequências são um sucesso. É um sucesso termos níveis de investimento médio nos últimos anos de pouco mais de 5 milhões de euros. É um sucesso achar-se que ter superávits com níveis de execução de 80% é um sucesso. É um sucesso ter taxas de cobertura de água e saneamento que nos colocam nos antípodas do país. É um sucesso ter-se feito uma concessão a privados, supostamente, para resolver este problema. É um sucesso ter-se feito uma concessão que não obriga a aumentar a rede instalada. É um sucesso ter um presidente que continua a dizer o contrário. É um sucesso ver que desde o início da concessão ainda nada mudou. É um sucesso ver que nos próximos anos será igual. É um sucesso ver que os níveis de investimento, enfim, também serão iguais. Como dizia numa outra Assembleia Municipal - é cansativo: Uns, a dizerem que é só sucessos; Os outros, a tentarem mostrar o contrário. Quem paga dívidas cumpre obrigações. Mas quem paga dívidas das quais não se sabe a origem, não só cumpre obrigações como deve explicações. E nessa ausência Vossas Excelências são também um sucesso. Pagamos desde 2008 uma dívida de 46 milhões de euros. Mas expliquemos às pessoas que nesses 46 milhões não está a rede de água nem de saneamento; Expliquemos também que não está Biblioteca; Expliquemos que não estão as Piscinas, o Centro

Lúdico, nenhum Centro Escolar; Expliquemos que não estão as obras estruturantes concluídas e que, na verdade, na verdade, em tanto sucesso não está nenhuma grande obra. Senhor Presidente não é só sucesso é também estilo. Cortar no investimento e ainda assim dizer: - Estamos de parabéns. Porque pagamos uma dívida a que estamos a obrigados. Temos de facto que acabar com esta estratégia comunicacional. E, ter orgulho, até. Um desafio Senhor Presidente é explicar aos oliveirenses a origem desta dívida; Pode sempre pedir ajuda ao Dr. António Rosa porque, pelo que me tenho apercebido, conhece melhor do que ninguém este sucesso. E, por favor, partilhem connosco e com os oliveirenses onde podemos de verdade encontrar esta dívida quando andamos pelo Concelho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, antes de mais, manifestar que o meu coração acaba de se alegrar profundamente com a intervenção do deputado Bruno Aragão. E isso já valeu a minha vinda, a esta Assembleia Municipal, hoje. Obrigado por este momento brilhante. E deixe-me dizer-lhe com verdade - com um sorriso no rosto que não é de ironia é de verdade - que gostei de ver esse esforço que o deputado, aliás é uma capacidade excelente que tem, teve de mudar essa estratégia de comunicação seguindo os apelos que vamos fazendo recorrentemente e que fugiu desta estratégia do quanto pior melhor e fez um discurso pela positiva. Parabéns. É bem-vindo. Espero que continue assim. Este discurso pela positiva, de facto, para mim, está muito bem. Discorreu um conjunto de sucessos, bem sei que com um pouco de ironia não somos ingénuos para pensar que não fosse; Mas, na verdade, um conjunto de sucessos que fazem parte da história de Oliveira de Azeméis e que, seguramente, no futuro, serão muito falados enquanto sucessos, enquanto marca de um período da história de Oliveira de Azeméis. Deixe-me por fim, apenas, acrescentar somente isto, que foi a única questão que falhou na sua intervenção, – na minha modesta opinião: É que esqueceu-se de um último sucesso: que foi o sucesso de há um ano atrás o reconhecimento que os oliveirenses tiveram neste mesmo sucesso. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu vou ser muito rápido. Confesso que já tinha saudades do senhor deputado Bruno Aragão e portanto voltei a gostar de o ouvir. E para lhe dizer que, números são números. Não é? E o senhor deputado não me vai naturalmente desmentir, é que no final de 2013 nós aprovamos e que o prazo médio de pagamento a fornecedores, em dezembro de 2013, eram 102 dias. E também é factual, neste relatório que lhe foi dado a apreciar, que o prazo médio de pagamentos é de 41 dias e portanto reduziu em 61 dias. Isso são factos, não vale a pena desmentir. É verdade que assumimos aqui que eram 102; E, nesta data, neste relatório, são 41.

E é verdade também que a dívida total do município tem vindo a diminuir. E eu posso ter um pensamento ultrapassado mas é o meu, meu - Executivo, que é: A dívida é para pagar; A dívida não é para gerir; As dívidas pagam-se. Eu sei que há quem cultive, até que quem dê aulas a crianças a dizer, que a dívida é um disparate pagar, a dívida é para gerir não é para pagar. Não. Nós, aqui: - A dívida é para pagar. E temos vindo a pagar; E temos vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Feito um esforço. Dirá, o senhor deputado Bruno Aragão: - Não fazem mais do que a obrigação. – Se devem: Têm de pagar. Logicamente, estamos de acordo, a dívida é para pagar e temos vindo a fazê-lo. E temos vindo a fazer uma redução da dívida tal como estava prevista. E temos vindo cada vez mais a afinar e aproximarmos dos números corretos. E depois deixe-me dizer-lhe o seguinte, senhor deputado Bruno Aragão, até porque o senhor é uma pessoa muito bem informada e deve ter também ainda recentemente visto na imprensa económica e noutra imprensa, até é fácil fazer uma pesquisa e rapidamente perceber que o Governo castigou 54 municípios porque não cumprem as contas, porque ultrapassam os limites que estão estabelecidos. Ouça: 54. E depois o senhor deputado também já ouviu falar no Fundo Municipal, no FAM, que é uma coisa tremenda. Onde Oliveira de Azeméis, nunca foi falada, não tem que ir ao FAM. Oliveira de Azeméis fez um plano, foi ao PAEL, e muito bem, deixe-me dizer que foi ao PAEL e muito bem. Porque se Oliveira de Azeméis fosse como o senhor ali diz, tinha que ir ao FAM. E o ir ao FAM, obrigava a levar as taxas máximas em tudo e mais alguma coisa como esses municípios que infelizmente têm que recorrer. Certo? Não sou eu que o digo. Não sou eu que o digo. O Governo retirou, ficou com as verbas em Lisboa no Ministério das Finanças, a 54 municípios; A Oliveira de Azeméis mandou tudo, não nos castigou em nada. Nós estamos a cumprir. Também não custa nada reconhecer independentemente de o senhor deputado ter a sua teoria. Eu concordo com a sua teoria - a dívida é para pagar (ponto final, parágrafo). De reconhecer que as coisas estão a correr bem. E o senhor diz assim: -“Mas é a vossa obrigação.” Ouça: Com certeza; Mas estão a correr bem. Vamos lá reconhecer um bocadinho isso. Porque o senhor não vai dizer que o prazo médio de pagamento a fornecedores era de 102 dias em dezembro de 2013 e que agora são 41 dias. E vamos ver quanto é que vai ser em 31 de dezembro. E portanto, isso é indesmentível. Isso o que é? É a nossa obrigação: Pronto, que seja a nossa obrigação, mas ainda bem que cumprimos com a nossa obrigação. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dizer que sim. Continuaremos com esse registo e abandonaremos, completamente, a outra estratégia comunicacional. E, nesse sentido, dizer que continua a ser um sucesso termos hoje 41 dias de prazo médio de pagamento para o qual, aliás, tivemos de contrariar um empréstimo. Contraímos um empréstimo; Pagamos as dívidas, naturalmente o tempo reduz; Foi para isso que contraímos o empréstimo e que estamos

a pagar juros. E dizer que também naturalmente continua a ser um sucesso que, depois de um plano de saneamento financeiro, depois de um plano de apoio à economia local nós tenhamos orgulho, aí verdadeiramente orgulho, de não termos de recorrer ao Fundo de Apoio Municipal. Naturalmente que é um sucesso depois de um Plano de Saneamento sério e de mais um empréstimo. Mas, nesse sentido e sempre numa lógica de mudar a estratégia comunicacional, continuar a dizer: Por favor, partilhem connosco e com os oliveirenses onde andam afinal, de verdade, estes 46 milhões que andamos á muito tempo a pagar e que constroem o investimento que estamos hoje capazes de fazer. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente é só mais uma informação. Não é nenhuma resposta ao senhor deputado Bruno Aragão, que fique claro, é uma informação á Assembleia Municipal. Há muitos municípios, e desafio os senhores deputados municipais a fazer essa consulta, há muitos municípios que fizeram um Plano de Saneamento Financeiro, foram ao PAEL e agora estão no FAM. Certo? É só uma informação. Esses, então: Isso é que um sucesso, não é? =====

===== A Assembleia apreciou a referida informação. =====

*===== **Ponto cinco:** 3.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programa Orçamental para o ano 2015 – Aprovação; =====
3.2. Aprovação/ autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – 1.a), 1.b) e 2.; =====*

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu vou procurar ser o mais breve possível. Nós temos uma diminuição do nosso orçamento relativamente ao orçamento do ano passado. O orçamento para este ano diminui três milhões novecentos e oito mil e duzentos e setenta euros (3.908.270€). Aliás, andamos em linha, do ponto de vista da redução do orçamento, com as outras câmaras municipais quando às vezes dizem que nós não somos iguais aos outros, que os outros é que são bons. Os outros municípios também baixaram, o orçamento municipal para 2015, relativamente a 2014, por uma razão muito simples que tem a ver com a transição de

Quadros Comunitários de Apoio, ou seja, o fim do QREN e o início do Portugal 2020 ainda sem regras definidas. E portanto, dizer que o nosso orçamento é de trinta e cinco milhões, cento e vinte e nove mil e setecentos e trinta euros (35.129.730€). E portanto estamos perante, um orçamento de responsabilidade, um orçamento de coerência, de rigor e, na nossa opinião, logicamente, com uma aplicação correta daqueles que são os dinheiros públicos. Portanto, nós queremos continuar a diminuir a dívida, queremos também pagar, cada vez mais depressa, aos nossos fornecedores. Mas, deixem-me dizer-vos que, este orçamento é: e ainda hoje na reunião do Conselho Metropolitano no Porto, na parte da manhã, se chegou à conclusão que todos os 17 municípios tiveram enormes dificuldades na construção deste orçamento; Em primeiro lugar por alterações legislativas. E portanto estão aqui as pessoas que trabalham tecnicamente este processo: Dr. Carlos Maia; Dr. Nuno Gomes e o Dr. José Figueiredo Faria. E, esta transição, como eu disse há pouco, entre o QREN e do Portugal 2020 onde hoje não sabemos quais é que são os avisos, quais são as verbas disponíveis, quais são os valores a que nos podemos candidatar e aquilo que podemos naturalmente para ajudar na questão da conta de investimento, colocou muitas dificuldades. Para além de como disse das regras, regras previsionais, hoje fazer este orçamento é diferente de há 10 anos: Portanto, quando nós comparamos e ainda há pouco o Rui Luzes Cabral comparava com coisas de há 10 anos; Há 10 anos as regras orçamentais eram completamente diferentes, não havia Lei de Enquadramento Orçamental, não tinha havido Troika, não havia Lei dos Compromissos e portanto a legislação era completamente diferente e os orçamentos hoje são mais difíceis e mais complicados de fazer. Portanto nós mantemos aqui uma aposta na questão da educação, nas políticas sociais, também na questão do desenvolvimento económico e na criação de emprego. Conforme já foi dito, ainda no Período de Antes da Ordem Dia, mas que também faz sentido falar na questão do orçamento, da descentralização para as juntas de freguesia. Portanto, nós procuramos também aí aumentar as transferências para as juntas de freguesia: Ou seja, estamos a falar de um aumento de 52,55%; Onde atinge mais dos tais, eu vou agora dizer bem: não são 800 milhões; são oitocentos e pouco, não é tão pouco, são oitocentos e trinta e oito basicamente, mas, logicamente que, e é isso que temos de comparar com a verba que estava destinada às Juntas de freguesias que eram os 550 mil euros. Como sabem também, nós para além disso fizemos um conjunto significativo de contratos-programa com as juntas de freguesia, mas o valor que está destinado às juntas de freguesia tem este aumento substancial de mais de 50% e portanto é um sinal também claro de reforço dos meios financeiros para as juntas de freguesia. Depois temos, naturalmente, preocupações naquilo que é a nossa rede viária. Nós temos quase oitocentos quilómetros de rede viária no município espalhados pelas nossas unidades territoriais. E todos, sem exceção, nomeadamente os presidentes de junta aqui presentes, têm necessidades nessa matéria. Como sabem, a rede é muito extensa e, portanto, nós temos um problema que ainda não está definitivamente resolvido naquilo que é o Portugal 2020, nas verbas para as estradas, no last mile: Se há? Se não há? E queremos executar rapidamente a IV-Fase da Via do Nordeste que está ali parada na rotunda do Lindolfo e portanto queremos fazer, quanto mais não seja, o

mais rapidamente possível aquela ligação á estrada que faz depois o acesso Cesar/ Fajões/ Carregosa; Portanto é uma fase que podemos concretiza-la muito rapidamente. Um bocadinho de exemplo daquilo que o senhor Amaro disse sobre as candidaturas que é: se nós tivermos oportunidade de ter fundos comunitários, não vamos desperdiçar. Mas há muitas dúvidas relativamente á questão das estradas. Mas há uma preocupação muito grande: Estamos focados naquilo que é a requalificação urbana, temos uma série de edifícios municipais, e para isso estamos a trabalhar na área dos projetos para que colocados os avisos e sejam abertos em termos operacionais, quer regionais, quer temáticos, nos poderemos candidatar e obter financiamento (esperemos de 85%) para poderemos naturalmente resolver um conjunto de constrangimentos: estamos a falar da Casa Sequeira Monterroso; Estamos a falar da requalificação do Cineteatro Caracas; Estamos a falar do Salão Nobre do Município; Estamos a falar da antiga Biblioteca; o Antigo Centro de Saúde, transformado em Fórum da Juventude; Portanto estamos a falar de uma série de infraestruturas públicas que não podemos, de forma alguma, deixar de aproveitar aquelas que serão as oportunidades do Portugal 2020. Continuaremos a trabalhar naquilo também que é o desenvolvimento económico e social, na criação de emprego, não só na Área de Acolhimento Empresarial Ul / Loureiro onde temos investimentos previstos mas também noutras zonas industriais espalhadas pelo nosso Município. Depois, também, naquilo que são as nossas apostas no setor: da cultura; do desporto; do associativismo; do empreendedorismo; do turismo; da juventude, é muito importante também apostarmos também na juventude. Portanto nós continuamos como disse no início - no orçamento -, num registo de coerência. Portanto não estamos a alterar. Eu puxo a cassete atrás e ao ouvir as críticas, as sugestões, os contributos ao orçamento para 2015, elas não vão ser muito diferentes porque o orçamento mantém coerência e mantém um registo de responsabilidade. E agora aquilo que queremos, naturalmente num contexto que todos esperamos que seja de recuperação da nossa atividade económica e do mercado de trabalho, manter também esta evolução positiva no nosso município. Permitam-me uma palavra: Porque eu acho que nestes momentos ela também é justa apesar de muitas vezes serem mal vistos e mal interpretados e mal avaliados; Que possa fazer também um elogio ao esforço feito pelos trabalhadores do Município, as vezes há uma tendência para fazer uma crítica generalizada aos funcionários públicos, aos funcionários da Câmara, eu deixem-me dizer que, acho que eles também são merecedores. É evidente que uma estrutura como esta tem sempre gente muito boa e depois também tem gente que não cumpre os mínimos. Mas a grande maioria faz um esforço significativo por ser muito boa e ajudam naturalmente a concretizarmos também os nossos objetivos. E portanto, não estando aqui nesta fase inicial a esgrimir os números do orçamento, Senhor Presidente fazia esta intervenção geral mais genérica e se quiser mais politica e naturalmente acompanhar e caso for necessário intervir novamente quando estivermos a falar dos números em concreto. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão e José Ribeiro, do PS; António Pinto Moreira e Jorge Paiva, do CDS/PP e António Rosa e Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Como disse, sempre no esforço de alterar a estratégia comunicacional, continuamos por isso no caminho do sucesso: Orçamentos de sucesso; Execuções de sucesso; PPI (s) de sucesso; Investimentos de sucesso. E continuamos também com a rotatividade do costume: Uns, a dizer que são só sucessos; Outros, a tentarem mostrar que não é bem assim. E se na altura das previsões, nos aconselham a esperar pelas execuções: Nas execuções, sempre inferiores, há já muito esqueceram as previsões; Como se, na verdade, não andasse tudo ligado; Como se uma má previsão originasse uma boa execução, ou o seu contrário. Infelizmente, não. E o sucesso que agora nos apresentam é, novamente, tão coerente, utilizando as suas palavras, como os anteriores e acima de tudo consequência de todos os sucessos que apresentamos no ponto anterior. Mais do mesmo. Sem fundos comunitários, sem as receitas de água e saneamento o orçamento traduz o que dizíamos há já bastante tempo: Somos cada vez mais um município que depende das transferências do estado e dos impostos que cobra e que recebe. Cobramos hoje mais impostos mas nem por isso estamos capazes de os tornar em investimento e fazer deles o retorno que as pessoas merecem e precisam. Somos, nesta região, um dos municípios que mais faz depender as suas receitas dos impostos que cobra e que recebe. E não é uma questão pontual ou de agora; É prática e vem ganhando cada vez mais peso como infelizmente nos mostra este orçamento. Se olharmos para os municípios do distrito, vemos como comparativamente estamos mais próximos dos que cobram mais impostos. Em 2009 esta já era a realidade. E o sucesso dos últimos anos faz com que em 2013 a realidade se mantenha. Apenas 5 concelhos deste distrito cobram mais impostos em percentagem da sua receita total. A nossa capacidade de gerar receita é cada vez menor. E, não, as culpas não são todas do País e da Europa são consequências de um conjunto de opções que se fizeram nos últimos anos. Uma vez mais, este orçamento é o espelho destas opções e rapidamente se resume a estrutura das receitas: Impostos e transferências do Estado a suportar o que estamos incapazes de fazer: encontrar fontes alternativas da receita. Vamos alienando algumas receitas que conseguimos gerar, o que dificulta cada vez mais o investimento municipal que desejaríamos fazer. E se continuamos sem um único metro a mais de rede de água e saneamento desde o início da concessão contamos já com a redução das receitas que eram geradas. Mais um grande sucesso de gestão. E se do lado das receitas é tudo sucesso, ainda que o vosso sucesso signifique neste orçamento menos de 10% de receita gerada pelo município e pelas suas atividades; O lado da despesa, meus senhores, não desmerece: Também aqui o sucesso é semelhante ao dos últimos anos. Podíamos até repetir todas as intervenções feitas nas últimas

assembleias municipais, as da oposição e as de quem tem apoiado este modo de gestão: Uns, a dizerem que é um sucesso e às vezes até de forma tonta a sugerirem que a senhora Merkel deveria olhar para isto: - está registado em ata; Os outros, a dizerem que é confrangedor o investimento e que isso é consequência de uma dívida, essa sim, de verdadeiro sucesso. Como ninguém parece entender, temos de olhar para os números: Aí, nega quem quiser; Mas até nisso uns têm sido mais bem-sucedidos do que os outros. De facto a estrutura da despesa é semelhante e taxativa: Investimento real e concreto, cada vez menos; Uma percentagem confrangedora – como disse – que nos vai atrasando cada vez mais. Se nos compararmos com os concelhos da região, ou do distrito se preferirem, em 2009 Oliveira de Azeméis era o segundo concelho com a menor proporção de investimento, face à sua despesa global. Neste ano, se bem se recordam, começaram os novos horizontes de sucesso. Decorrido todo um mandato, vejamos o sucesso em 2013: Apenas um concelho está em pior situação e apresenta um nível de investimento inferior; Continuamos na cauda da região. Somos dos concelhos que, face à despesa gerada, menos consegue investir: é de facto um sucesso. Mas poderíamos dizer que a questão é de dimensão e de proporção e que temos muitas freguesias e muito território, uma rede viária muito extensa, como habitualmente costumamos ouvir. Digamos então a cada oliveirense que vê a Autarquia recusar uma proposta para reduzir um pouco seja a si e à sua família os níveis de IRS, quanto é que o Município verdadeiramente está capaz de lhe devolver. Qual é o retorno deste investimento de sucesso? Pouco, muito pouco. Oliveira de Azeméis é na região um dos concelhos que menos investe por habitante: E não é de agora; Não é uma nova realidade; É um sucesso vosso já bastante consolidado; Em 2009, o Município de Oliveira de Azeméis investia pouco mais de cem euros (100€) por cada oliveirense, todos os concelhos apresentavam valores superiores, alguns superiores a quinhentos euros (500€) por habitante. Depois de tanto sucesso, em 2013, continuamos a estar na cauda desta região. Apenas um concelho conseguiu níveis inferiores aos cerca de cento e trinta euros (130€) que investimos em cada oliveirense: É o concelho de Aveiro e todos sabem a situação em que se encontra. Praticamente todos os municípios à volta conseguem investir mais nos seus munícipes, conseguem níveis de investimento superiores e atrativos. Por aqui: O sucesso tem sido outro. O orçamento que agora discutimos em nada altera esta realidade. Estamos de facto limitados por uma inexplicável dívida de sucesso, que tem limitado fortemente os investimentos que podemos fazer. Basta ver como colocada duas vezes a questão continua hoje ainda em aberto. Em 2015 esperam-nos mais sucessos, como tenho a certeza que Vossas Excelências farão questão de relembrar. Quanto aos números, ficam para reflexão pessoal. Há muito que deixamos de acreditar que possa, no mínimo, retratar-se mas sobretudo há muito que é claro para nós que este não é o nosso sucesso. E, nesse sentido, naturalmente, votaremos contra mais este sucesso. Muito obrigado. =

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Pinto
Moreira, do CDS/PP. =====*

===== Senhor Presidente da Assembleia e Mesa, na informação que nos é dada, na introdução do Senhor Presidente da Câmara reitera o seu compromisso com o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, do Plano de Ajustamento Financeiro, o controlo da dívida do Município, assim como – refiro – a seletividade da despesa municipal e a preocupação com o desenvolvimento social e económico que continuarão a ser os principais elementos estratégicos do orçamento do Município. Nestes considerandos, não podemos estra mais de acordo. Também será verdade que cumprindo-se um superavit económico de quatro milhões quinhentos e cinquenta mil euros (4.550.000€), que se prevê para 2015, o mesmo irá permitir dar cumprimento aos objetivos fixados no Plano de Saneamento Financeiro e no Plano de Ajuste Financeiro, no âmbito do Programa PAEL e fazer face às responsabilidades financeiras do Município resultante dos empréstimos bancários de médio e longo prazo. Como as dívidas são para se pagar: estes são os números bons, traduzem os compromissos anteriormente assumidos. Continuemos com a análise e as propostas apresentadas: Para 2015 o total das receitas e das despesas será de trinta e cinco milhões cento e vinte nove mil e setecentos e trinta euros (35.129.730€) o que representa menos de cerca de 10% face ao orçamento para 2014. Gerir o ano de 2015, com esta alteração, só será possível por via de adoção de medidas de políticas económico-financeiras sustentadas, rigorosas e exigentes para não colocar em causa o investimento no Município. Ora, aqui entramos no capítulo das incongruências: Quanto às receitas correntes: Prevê-se um aumento de 2% na cobrança. Como é que conseguimos este aumento? Este aumento é conseguido, maioritariamente, indo ao bolso dos contribuintes oliveirenses. Pois se o orçamento é um aumento de setecentos e cinquenta e seis mil e duzentos euros (756.200€) de cobrança de impostos diretos, que passa de nove milhões cento e oitenta e sete mil euros (9.187.000€), para nove milhões e novecentos e quarenta e três mil euros (9.943.000€), que somos nós que o pagamos. Os oliveirenses vão pagar mais; Logo, os oliveirenses vão ficar com menos dinheiro. Senhor Presidente, costuma dizer-se que, o dinheiro mais fácil de ganhar é o que não se gasta. E, aqui, o Município não está a dar um bom exemplo. Senão, vejamos: Pois, o Município prevê aumentar em 480 mil euros a rubrica de despesas correntes; Onde se aplica o princípio enunciado da seletividade da despesa Municipal? Em vez de racionalizar despesas, por exemplo, como se justifica um aumento de 414 mil euros na aquisição de bens e serviços? Já as despesas de capital, terão uma redução de 3,4 milhões: Destacando-se, uma forte diminuição das aquisições de bens de capital, em virtude da redução prevista do financiamento alheio – conforme aqui foi explicado e que tem a ver com o Portugal 2020 e isso nós compreendemos. Conclusão: Um orçamento para 2015 em que se prevê um aumento das despesas corrente se uma brutal diminuição das despesas de capital, isto é retração do investimento em ativos duradouros. O Município mostra mestria em cortar tudo, excetuo nos seus gastos de funcionamento. E isto não é, em nosso entender, uma gestão consciente e responsável. Contrariamente às atividades económicas (as empresas) o Município não se pode internacionalizar (não podem exportar). Estamos portanto num ponto em que só há um caminho: orientação para os resultados e forte contenção financeira. Que na prática- é

verdade – significa: Cortar; Cortar; Cortar. Onde? Começar pelas gorduras, cortar no que não for estritamente imprescindível. Exige coragem. É do nosso futuro que estamos a falar: Quando é que iremos ver realizados alguns dos grandes projetos que fazem o colorido dos nossos sonhos? Por exemplo, se for possível, falemos um pouco sobre a infraestruturização das Zonas Industriais de Nogueira do Cravo/ Pindelo e S. Roque; Quando é que se vai dar início, finalmente, às obras de conclusão da Via do Nordeste entre Cesar e Fajões; O Centro de Coordenador de Transportes; A Via Nascente-Poente, que deveria servir a nova Zona Industrial de Cucujães-Rebordões, libertando-a do seu enclave de pinheiros e mato e a ligar ao centro do mundo através da IC2 e da A25? Não me vou alongar muito mais. Na última Assembleia Municipal, não pude estar presente, devido a compromissos profissionais: Declaro-me solidário com os meus companheiros aqui representados que não deram o seu voto favorável a uma proposta apresentada pelo Partido Socialista para redução de uma taxa municipal. Mas tal foi apresentado com argumentos e a situação económica e financeira do município carecia ainda de um esforço por parte dos oliveirenses, pois, não era ainda o momento oportuno para o alívio fiscal do nosso concelho e não se destinava de maneira alguma para financiar o aumento da despesa corrente em mais de cerca de 410 mil euros. Senhor Presidente os factos são estes: O seu orçamento, 62% é para despesa corrente; Do restante, 14,4% da despesa é serviço da dívida; Sendo que, menos de um quarto (1/4) da despesa total é que resta para o investimento. Se há redução de investimento: Há redução de obra. Porquê se há de aumentar as despesas de funcionamento? Conclusões: Ponto um – Não fomos capazes de aliviar a carga fiscal aos oliveirenses; Ponto dois – Por via de uma previsão de arrecadação de receitas, o Executivo como é que responde? Responde com o aumento da despesa corrente de cerca de 410 mil euros; E responde com uma brutal diminuição das rubricas de investimento em capital. Para quem defender este modelo e para os que passivamente aceitarem que isto é uma boa gestão, que o assumam. Porque gostamos de Oliveira de Azeméis e porque Oliveira de Azeméis merece o melhor de todos nós, em nosso entender, é necessário outro orçamento, outra estratégia de grandes opções do Plano e um quadro Plurianual do Programa Orçamental para 2015. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, enquadro a minha análise e considerações ao orçamento que nos apresentou para o ano de 2015, servindo-me de um curto preambulo de contextualização. O Senhor Presidente - Hermínio Loureiro, submeteu-se, em 2009, ao escrutínio dos oliveirenses candidatando-se a presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; Foi eleito pela maioria dos oliveirenses. Tratou-se de uma mandato que foi limitado por um ambiente hostil, resultante das condicionantes associadas ao pedido de apoio internacional apresentado pelo então primeiro-ministro José Sócrates. Um mandato em que, para além dos compromissos de

natureza financeira assumidos pelo Município no seu Plano de Saneamento Financeiro, a Câmara se viu confrontada com sucessivos cortes nas receitas provenientes do Estado e desafiada com o crescente apelo à sua missão de agente na esfera social. Pese embora este cenário, o Presidente Hermínio Loureiro submeteu-se a novo sufrágio em 2013, consciente que a missão que havia assumido estava incompleta e que os oliveirenses lhe confiariam de novo o seu voto. E assim aconteceu: Obteve a maioria dos votos. Reforço: Num cenário nacional de descontentamento e de voto de protesto. Em maio deste ano, o plano de assistência económica e financeira internacional ao nosso País, chegou ao fim. Hoje, os indicadores vão apontando para uma ligeira, embora ainda não consistente, recuperação da atividade económica nacional e do emprego. Estão na ordem do dia novos desafios aos municípios, nomeadamente ao nível da descentralização de responsabilidades para as câmaras municipais. O Programa Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN) está no final e o novo Programa Portugal 2020 ainda não arrancou em definitivo o que dificulta substancialmente a componente dos investimentos dos municípios. Perante este cenário de enquadramento, é chegada a hora de analisar o orçamento da Câmara Municipal e Oliveira de Azeméis para 2015. A primeira nota para destacar o facto de ser o primeiro orçamento pós Plano de Saneamento Financeiro que traduz uma saída limpa do endividamento excessivo do Município e incorpora já uma tendência e margem de folga de capacidade de endividamento face aos novos limites legais. Em segundo lugar, é evidente e indesmentível traduzindo o rigor que é normal atendendo às regras previsionais da receita, o orçamento municipal para 2015 revela uma redução de perto de quatro milhões de euros (4.000.000€), face ao ano 2013. Valor global do orçamento é, como sabemos, de trinta e cinco milhões de euros (35.000.000€). Isto acontece, apesar de um acréscimo dito normal nas previsões das receitas correntes: Crescem 1,8%. Para esta componente contribui substancialmente o aumento de receitas resultante de impostos diretos – como aqui já foi dito – em particular do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI). A este respeito, não podemos deixar passar em claro, a forma feia, como o PS tem procurado fazer uma leitura distorcida dos números anunciando um aumento de impostos no orçamento para 2015. Para que fique claro – Este orçamento não incorpora qualquer aumento de impostos. Conforme aprovado, na última Assembleia Municipal, as taxas referentes aos impostos municipais mantêm-se inalteradas. Mais, recorde que, as taxas de IMI e da Derrama além de se manterem inalteradas estão num escalão inferior às taxas máximas autorizadas por lei. Estamos satisfeitos por poder afirmar que não houve em Oliveira de Azeméis a tentação de lançar mão de quaisquer artifícios legais para ampliar as receitas provenientes dos bolsos dos oliveirenses. A redução global do orçamento municipal para 2015 resulta em exclusivo da redução das receitas de capital. Esta redução cifra – como já aqui foi referido também - em 36%, ou seja quatro milhões de euros (4.000.000€). É esta a grande razão para um orçamento, para 2015, com uma posição de arranque encolhida para os trinta e cinco milhões de euros (35.000.000€). E esta razão tem um impacto imediato direto no volume de investimento previsto. E esta redução está inevitavelmente associada, ao vazio relativo, ao período de transição entre os Quadros Comunitários. Mas, para aqueles que

são, por opção, insensíveis a esta argumentação, veja-se o que é que acontece na generalidade dos orçamentos municipais, deste país, que registam o mesmo sentido de redução nos valores orçamentais. Atrevo-me a dizer que, neste ano de condições excepcionais, a relevância do conteúdo deste orçamento que hoje votamos, no que ao investimento respeita, será superada pela expectativa relativamente às revisões orçamentais que seguramente terão lugar ao longo do próximo ano, com a incorporação dos investimentos que entretanto irão ser submetidos a financiamento no novo Quadro Comunitário. Este é para nós um orçamento que dá continuidade á aposta na capacitação das empresas locais e na captação de investimento reprodutivo como âncora para a criação de emprego em Oliveira de Azeméis. Este é o orçamento que reforça e explicita que a Câmara Municipal tem no modelo de parceria com as Juntas de Freguesia, através da concretização dos acordos de execução consubstanciando um acréscimo de recursos ao dispor da sua nobre e exigente missão de proximidade para com as pessoas. Este é um orçamento, que não foge à responsabilidade assumida pela concretização de um Plano de Saneamento Financeiro, que capacita o município para fazer face aos desafios de um novo período de investimento facultado pelo Programa Quadro Portugal 2020. Este é um orçamento que dá continuidade a um percurso de valorização da rede educativa municipal. Este é um orçamento que, certamente, não agradará a todos, apesar de ter sido elaborado a pensar em todos os oliveirenses. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Ribeiro, do PS. =====

===== Obrigado, Senhor Presidente. Eu confesso que não tinha nenhuma intervenção preparada, mas tive de tomar algumas notas. E, não fosse eu deputado, fosse munícipe saía desta Assembleia muito preocupado por estarmos aqui já a alguns minutos em alguns pontos a discutir apenas pagamento de dívidas. Ainda não falamos em investimentos; Ainda não falamos em obras; Ainda não falamos em ideias para o concelho; Falamos em pagar dívida, que estamos a pagar dívida, que está a ser um sucesso. Permita-me Senhor Presidente, mas discordar da sua opinião, para mim - as dívidas são para evitar não são para pagar. E o que devíamos ter evitado era chegar aqui. Os senhores não podem atirar as culpas para os profetas da desgraça, porque os senhores tiveram sucessivas maiorias e o Senhor Presidente falou ai de sucessivos orçamentos apresentados pelo senhor vereador. Por isso, não nos podem acusar de não poder ter feito melhor e, desta vez, têm de ilibar os profetas da desgraça. O Senhor Presidente falava em números há bocado e, o António Rosa também falava que estamos a potenciar as transferências para as freguesias, os números são o que são e dizem o que dizem, se não me falham estes meus apontamentos, o que este orçamento prevê é uma redução de um milhão e novecentos e trinta e seis mil (1.936.000) do orçamento passado para um milhão e quatrocentos e oitenta e seis mil (1.486.000) no orçamento presente. Há uma significativa redução no investimento. Isto levou-me por acaso a ver os PPI(s) anteriores. Não sei se o Senhor Presidente

tem noção disso, mas no PPI de 2012 prevíamos para 2015 um investimento de 16 milhões. Mas, pronto, são PPI(s) valem o que valem. Falamos também, não há aumento de impostos. Se não me falham os meus apontamentos e desde já peço desculpa, o que eu notei é que temos um aumento de receitas de IMI de quinhentos mil euros (500.000€) e de IRS de setecentos e cinquenta mil euros (750.000€). Quem faz contas e percebe de taxas sabe que, não é preciso aumentar as taxas, basta que a base tributável aumente que a receita aumenta. E todos sabemos o que é que vai acontecer ao IMI e às isenções que vão ser retiradas. Tinha aqui mais umas notas: E vou ter que tocar no PPI, que ainda não tocamos. Num PPI pobríssimo, mas que tenho a destacar a não inscrição de verbas para a concretização da Zona Industrial da Costa Má e para recuperação dos Paços do Concelho que eu espero que se concretize brevemente a ver se conseguimos ter espaços de trabalho condignos. E tenho que destacar, obviamente, a recuperação da estátua do Milénio. Temos aqui uma grande obra, que certamente irá ser colocada num excepcional espaço de relevo face às verbas que vai levar inscritas desde a sua aquisição até á sua recuperação. Senhor Presidente, a questão de estarmos a cumprir ou a deixar de cumprir, eu acho que não é por aí que temos que ir: Nós estamos a cumprir, porque a Troika nos esta a obrigar, porque fizemos um Plano de Saneamento Financeiro, porque fizemos um PAEL. E, é meu entender, quando falamos que outros municípios fizeram o mesmo e foram aos PSF e aos PAEL(s) e ainda tiveram que ir ao FAM: Paciência; Com o mal dos outros posso eu bem. Falamos em rigor. Bruno, eu não vinha preparado para incentivar o sucesso; mas os apontamento que tinha é que, e o que eu tenho de transmitir, não podemos dizer em rigor e gabarmo-nos de estarmos a pagar uma dívida. Os senhores, não estão ser nada rigorosos, estão a cumprir o que a Troika e o Plano nos obriga e essa obrigação resulta dos erros consecutivos dos mandatos anteriores. Os senhores são os únicos responsáveis, como eu já disse e não nos podem acusar nesse aspeto de sermos os profetas da desgraça. Acho que, em termos de receita é unanime a arrecadação e o aumento das receitas. E é pena que isso não se reflita, seja nas transferências para as juntas, seja no investimento. Falamos aqui já na questão do investimento por habitante, acho que é um dado relevante e preocupante. Se calhar os oliveirenses gostavam de saber que pouco mais de cem euros (100€) que a Câmara está a investir por via dos seus impostos e se calhar vão fazer essas contas no que vai ser retido em termos de IRS e IMI. Eu fico a sensação que em Oliveira de Azeméis, fazemos as coisas pelo telhado, começamos as coisas pelo telhado. Ou seja, enquanto uns gabam-se de pagar dívida; Eu acho que, nós não devíamos pagar dívida, devíamos era evitar a dívida. E os orçamentos servem para isso mesmo: Se não há farinha não podemos fazer bolos; Se não há ovos não fazemos omeletes. É um bocado como falávamos há bocado nas questões dos tribunais: Vangloriamos de conseguir mais valências ou competências para os Tribunais, mas não temos onde a pôr. A mim, parece-me um contrassenso. Somos um Concelho pujante economicamente, os nossos empresários são do melhor que temos mas não temos sítios onde os instalar. Não temos uma agenda. O professor Costa Gomes falava na nossa agenda cultural, uma agenda cultural fabulosa: É verdade; Mas não temos uma casa onde expomos essa cultura. Dá-me a ideia que fazemos a casa pelo telhado. E se calhar é isso

que distingue um bocado o nosso pensamento, pelo menos do PS e dos meus colegas: Achamos que há que ser pujante, investir, mas começar as coisas por baixo e não começar as coisas pelo telhado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente, eu vou procurar ser telegráfico e factual, porque me foram feitas algumas perguntas concretas, não vou entrar na discussão dos números, das teorias orçamentais. Registo que não há aqui ninguém que subscreva que a dívida é para gerir; A dívida é para pagar, estamos todos de acordo. Pego já nestes últimos segundos do senhor deputado José Ribeiro. Foi feita uma avaliação a todo o país dos imóveis: E o imóvel X estava avaliado em dez euros (10€); O mesmo imóvel X, fruto da avaliação que foi feita pela atualização do IMI, passou de dez (10) para cem (100); Avaliação feita pelas Finanças: Que culpa tem o Município do aumento da base tributável? Pergunto eu: O Município tem alguma culpa da avaliação dos imóveis? Não tem culpa nenhuma. E portanto aumenta a base tributável, é verdade. Mas é fruto do aumento da avaliação do IMI. Que é indesmentível. Que é factual. Vamos comparar aquilo que é comparável: E o que nós temos de verbas distribuídas às juntas de freguesia, atribuídas diretamente às juntas de freguesia, no orçamento do ano anterior eram quinhentos e cinquenta mil euros (550.000€); Aquilo que temos no orçamento para 2015, directinho - para as juntas de freguesia - apoio direto – são oitocentos e trinta e oito mil euros (838.000€). E portanto não podemos comparar aquilo que não é comparável. Ou seja, no ano anterior, fruto de compromissos assumidos com as juntas de freguesia, foram feitos protocolos, com todas as freguesias, com as 19 freguesias, protocolos esses, que foram afetos a obras específicas, estão feitos. Não podemos dizer do ponto de vista daquilo que é verdadeiramente comparável: Como é que é possível dizer - que se reduz o apoio às juntas de freguesia? Quando ele aumenta, mas de forma clara e inequívoca, não há dúvidas. Estou a falar de oitocentos e trinta e oito mil euros (838.000€). E, reparem, eu não queria entrar por aí e estar agora aqui a enumerar tudo. E vou só dar um exemplo: O Rui Luzes Cabral, há bocadinho falava nos funcionários; E que não é justo, porque uns têm muito, outros têm pouco. Eu se quisesse entrar por essa argumentação, dizia: Oh - meus senhores, para as juntas de freguesia para além dos oitocentos e trinta e oito somem-lhe mais trezentos e trinta e sete que é os vencimentos dos funcionários da câmara municipal que estão nas juntas de freguesia. Isto não é apoio às juntas de freguesia? Mas eu não estou a dizer isso. Estou a dizer que oitocentos e trinta e oito. E que eram quinhentos e cinquenta. Os senhores estão a dizer que era um milhão e não sei das quantas. Não era nada. Um milhão e tal foi nesse ano, fruto de protocolos assinados com cada um dos senhores presidentes de junta para a obra A) e para a obra B); Apresentados os justificativos a Câmara Municipal, pagou tudo direitinho, só ainda não pagou aqueles que ainda não apresentaram justificativos. De resto, está tudo pago. E portanto, comparemos aquilo que é

efetivamente comparável. Senhor Presidente, deixe-me dizer uma coisa, que é absolutamente notável e que acho que é a primeira vez nos dez últimos anos que nesta Assembleia Municipal, tendo feito por todas as forças políticas intervenções sobre o orçamento, pela primeira vez na história dos últimos dez anos: ninguém falou nas despesas com o pessoal. Fico satisfeito. Ninguém falou nas despesas com pessoal. Elas baixam 5%. Antigamente toda a gente falava nas despesas com pessoal, despesas com pessoal, despesas com pessoal. Ninguém falou. Fico satisfeito por isso ter acontecido. Como ninguém falou dos juros. Porque os juros também baixaram 10% - Não é da gestão senhor vereador Hélder Simões. É fruto da redução da dívida e da conjuntura económica, certo? Portanto, é factual. E baixaram em 10%. E portanto também não dizer que baixou em 10%. Procurando agora responder ao senhor deputado Pinto Moreira: O senhor diz que, por causa dos subsídios correntes e por causa dos subsídios de capital, há diferenças e au aumentos fruto também das regras que tem agora na preparação dos orçamentos. E diz também o senhor deputado Pinto Moreira, que as despesas correntes, por exemplo, nos bens e serviços, aumentaram em quatrocentos e catorze mil euros (414.000€). Isto tem uma explicação. E a explicação, eu vou-lha dar: Mais de duzentos mil euros (200.000€), desses bens e serviços, são afetos à Educação: Componente e apoio à família; Protocolos com as juntas de freguesias, que eu também não contabilizo nos tais oitocentos e tal mil euros que transferimos que é: componente apoio à família; prolongamentos; refeições escolares; E que agora estão neste aumento de bens e serviços. E portanto é nesta conta que isto se repercute. Quanto á prestação de serviços, também é o primeiro orçamento sem Gedaz. E portanto tudo aquilo que são despesas, fruto da internalização e da atividade que até aqui pertencia à Gedaz, passa a pertencer á Câmara e repercute-se também no aumento das prestações de serviço. Quanto à questão do apoio e do desenvolvimento social, senhor deputado Pinto Moreira: Área de Acolhimento Empresarial está previsto no orçamento para 2015 a sua conclusão e o investimento também está devidamente inscrito em 2015; Temos a Via do Nordeste IV Fase – neste primeiro troço, que já lhe disse, de Cesar a Fajões que vai ser feito em 2015. Estamos só à espera de sabermos se podemos ou não podemos candidatar em termos de verbas a fundos comunitários; E naquilo que diz respeito às outras áreas industriais de Nogueira de Cravo/Pindelo, Carregosa, Cesar, nós estamos a fazer o trabalho do ponto de vista do planeamento (está ali o senhor vice-presidente que tem essa responsabilidade) e estamos a terminar esses mesmos planos de pormenor, planos de ordenamento para podemos depois avançar naturalmente, a Costa Má - S. Roque também perguntou, e portanto temos essas verbas também previstas. Do ponto e vista da educação: Ul – terminar o Centro Escolar de Ul. Portanto, um investimento na área da Educação, um novo Centro Escolar. Não ver ser agora exaustivo, há um conjunto de outros investimentos e que tem, também, a ver com essa sua preocupação no apoio às empresas. E há uma outra questão que é factual também no apoio às empresas, que é nós podermos levar 1.5% de taxa de derrama e levamos 1.2%. E bem. Por unanimidade. E portanto é um apoio importante ao investimento, à atração do investimento. E nós continuamos a manter essa estratégia. Quanto ao senhor deputado Bruno Aragão e ao sucesso que ele hoje

tanto repete numa estratégia pensada de comunicação: É verdade senhor deputado Bruno Aragão e aí eu reconheço a minha incapacidade. Eu, e o meu Executivo não tivemos a imaginação nem a criatividade do líder do seu partido, Senhor Presidente da Câmara de Lisboa António Costa, na criação da taxa turística. Não conseguimos; Não fomos criativos. Sabe que há uma taxa, em Lisboa, proposta no orçamento municipal? Deve conhecer? Nós aqui não conseguimos. Não conseguimos essa criatividade, reconhecemos essa incapacidade. E portanto aquilo que diz respeito às nossas taxas: É que no IMI (Imposto Municipal Imóveis) podíamos levar 0,5% e levamos 0,38%. Portanto, não há aumento de impostos; E na Derrama também podíamos levar 1.5% e levamos 1.2% - e bem. Só uma pequeníssima correção, porque foi esquecimento seu de certeza, o senhor deputado falou que este orçamento não tem do lado da receita a receita da água, disse o senhor deputado na sua intervenção, mas esqueceu-se de dizer que do lado da despesa também não está aquilo que pagamos às Águas Douro e Paiva. E se reparar: o valor é muito semelhante, portanto, a diferença não é muita. Só olhou para um lado, tem de olhar para os dois: Porque, efetivamente, não temos a receita da água mas também não pagamos a água em alta às Águas Douro e Paiva: Mas foi seguramente esquecimento. Relativamente á avaliação do exercício orçamental: Eu acho que, a taxa de execução fala por si, não vale a pena estarmos aqui a esgrimir se fizemos muito ou se fizemos pouco. As taxas de execução nadam perto dos 90%, portanto acho que estamos no caminho certo mas, logicamente, é a nossa opinião e respeitamos opiniões divergentes. Muito obrigado, Senhor Presidente. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dizer Senhor Presidente da Câmara que não foi pensado, foi de facto em resposta aquele repto que eu muito apreciei e vou continuar a manter este esforço. E dizer naturalmente que o maior sucesso e estou a ser absolutamente sincero e genuíno, o maior sucesso que Vossas Excelências têm conseguido é fazer passar a ideia que ter um Plano de Saneamento Financeiro em resultado de uma dívida de cinquenta milhões (50.000.000) não tem nem uma ponta da vossa responsabilidade. E portanto vamos, também, para não ser exaustivo, clarificar algumas coisas que acho que são muito importantes: Em 2009 começamos, como disse, um período difícil; Esse período difícil começou, como também disse, por um Plano de Saneamento Financeiro que Vossas Excelências geraram, geraram a dívida; Não conseguiram explicar onde é que está essa dívida - Coloquei a questão duas vezes, posso repeti-la com todo o gosto; A partir desse ano, se Vossas Excelências forem ver as transferências do estado em alguns anos diminuíram, o Município tem tido sempre mais receita para gerir (ponto). É uma questão de verem os orçamentos e as execuções. Até aqui, estamos falados quanto à receita. Esta capacidade para gerir receita depende naturalmente, ou para criar receita, da capacidade do Município. Podemos falar no vazio legal, do Portugal 2020, do fim do QREN. Um dado é factual e é um dado de sucesso, não tenhamos dúvida, a

capacidade de cada Município gerar a sua própria receita e, por isso, o investimento per capita que estamos capazes de fazer é um dado que espelha muito bem esta capacidade. Isto, que estamos a falar de receita, o Senhor Presidente tem toda a razão: No referi o que já não pagamos às Águas Douro e Paiva. E não foi naturalmente um esquecimento, sabia bem que o Senhor Presidente fazia questão e ficaria contente em o poder referir. Tem é que dizer que entre deve haver, entre deve e haver, nós perdemos entre aquilo que deixamos de cobrar e aquilo que teríamos de receita. Mas também clarificar para que não reste nenhuma dúvida: Senhor Presidente – de facto o senhor não tem nada a ver com o aumento da base tributável sobre o IMI, como também não tem nada a ver com a baixa de juros que felizmente para este concelho temos sentido, dos dezasseis milhões (16.000.000) que estavam previstos devemos andar á ronda dos onze milhões agora e o Senhor também não tem rigorosamente nada a ver com isso, até aí estamos de acordo. E com as despesas com o pessoal também não porque, como sabe, resultam de uma Lei do Estado que, enfim, havendo saídas não há entradas correspondentes. E explico porque é que não falamos nas despesas com o pessoal: Porque a sua resposta nos últimos anos é invariavelmente a mesma: - Não; - Cá está, nos reduzimos. E nós: - Claro, naturalmente, têm de reduzir, as pessoas saem e não podem entrar. O que é que o Senhor Presidente sistematicamente nos diz: - Podem, podem. Nós dizemos: - Não; - Há uma Lei que dificulta, têm de ter autorização própria para isso, sobre determinada justificação. Portanto, Senhor Presidente, para ouvir as mesmas explicações, não vale a pena. Mas, como disse, continuaremos sempre neste esforço para continuar a mostrar como estamos, enfim, cientes do sucesso que Vossas Excelências têm procurado implementar neste Concelho. O PS, não disse, de forma feia, nada sobre os impostos. O PS disse uma coisa clara e também pode ser consultada nos documentos. Estou sempre a falar de factos e de números: Nos últimos anos, nós temos mais impostos, independentemente das taxas que são aplicadas, o Município tem conseguido cobrar sempre mais impostos: Foi isso que dissemos, é claro e está nos documentos. Senhor Presidente, para não me alongar mais, tem a oportunidade de dizer que, é importante esclarecer, nesta Assembleia, que: Obras, necessitam de dotação orçamental. Portanto, se não há dotação orçamental para obras: Os senhores podem dizer o que querem dessas obras: - que vamos fazer isto e aquilo e tal. O PPI é muito claro nas obras que se propõe fazer e o nível de investimento naturalmente consentâneo com aquilo que queremos fazer. Para não restarem dúvidas, Senhor Presidente, tive a oportunidade de enviar um e-mail para o e-mail da Assembleia Municipal, com o seus conhecimento, pedindo, naturalmente, neste esforço coletivo, para que possa partilhar com os Membros das Assembleia Municipal os números que aqui apresentei. Estão identificados, tem as fontes onde eu me baseie e suportam os argumentos que temos vindo a apresentar. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== *Eu gostava de dar um esclarecimento, relativamente ao investimento. Já foi aqui várias vezes falado e, portanto, o valor que temos no orçamento para 2015, em termos de investimento, é sete milhões, quatrocentos e sessenta e três, setecentos e noventa (7.463.790) e o ano passado tínhamos inscritos dez milhões quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta (10.453.450) e em 2013 tínhamos nove milhões, oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta (9.088.560) e em 2012 tivemos dez milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta (10.355.330). O dado que eu queria aqui dar ao senhor deputado Bruno Aragão, só para que ele fique com esse dado que é importante e que ele é um estudioso da matéria, é que: Tendo em conta aquelas que foram as dotações de participações financeiras, ou seja o financiamento dos Quadros Comunitários de Apoio, significa que, apesar de termos reduzido o investimento previsto para 2015, e repito: haver uma redução de dez milhões (10.000.000) para sete milhões e meio (7.500.000), números redondos, o esforço do Município aumentou. Porque, o esforço do Município para 2014 foram de dois milhões setecentos e oitenta e nove mil (2.789.000) e o esforço do Município, do nosso orçamento, dos nossos capitais próprios, para 2015 são três milhões cento e setenta e oito mil (3.178.000) portanto há um esforço do nosso Município relativamente a essa matéria. Apesar de haver e eu confirmo, os números são indesmentíveis, essa redução do investimento. Mas o esforço financeiro do Município aumenta, vale o que vale, logicamente, mas é também um número interessante que nos leva refletir. E depois cá estaremos para o ano para perceber se valeu a pena ou não valeu a pena, está bem? Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas e público aqui presente. Não era para dizer nada relativamente ao orçamento mas como isto é um documento de previsões futuras, o futuro só a Deus pertence, lamentavelmente, eu estarei em piores condições porque nem aquilo a que teria direito do orçamento deste ano recebi por forças das circunstâncias que eu, daqui a bocadinho, irei explicar. Ficarei, contudo, grato ao Senhor Presidente da Câmara, porque estamos a falar em futuro, dado que na reunião que tivemos da Câmara e os Presidentes de Junta concertamos posições em que a Câmara decidiu elevar a verba para distribuição às freguesias. Evidente que, se calhar, não é aquilo que nós queremos mas representa já um coeficiente de 40% acima daquilo que teríamos de receber este ano. Eu digo – teríamos, porque eu não recebi nada. De qualquer das maneiras, é um esforço que a Câmara está a fazer que é de enaltecer. E as obras que nos pediram: Indiquei cinco; Cinco obras que são exequíveis, no meu ponto de vista; Espero que a Câmara tente cumprir. Por isso, se todos contribuírem com as determinadas obras, penso que a Câmara poderá cumprir na sua totalidade e globalidade em todo o Concelho. Há outra que já foi aqui referida, por vários intervenientes, inclusive o Senhor Presidente da Câmara, que*

é a Via do Nordeste e que é uma ambição antiga. E não tenho dúvidas que será um meio de comunicação para tornar mais fácil o acesso á nossa sede do Concelho e para escoamento do trânsito, mormente em horas de ponta, que em Fajões é um caos. Tenho dito. Da minha parte, vou viabilizar o orçamento. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== É só para descansar o senhor deputado Bruno Aragão. Confiamos inteiramente naquilo que disse em relação á matéria do estudo que fez. E fez um estudo pormenorizado, até ao ponto de saber que cada oliveirense tem um investimento camarário de cem euros (100€). Segundo aquilo que disse, outros, em outras câmaras, têm um investimento de quinhentos euros (500€). Acho que, se é um estudo rigoroso, a bancada do PSD não precisa que justifique com as fontes. Mas também já que teve essa particularidade de ter feito esse estudo, e perguntou várias vezes onde é que nestes anos foram feitos esses investimentos de qual deriva esta dívida eu gostaria que o senhor deputado também tivesse feito esse estudo, porque como teve fontes para chegar a esse resultado se calhar também encontraria, também exatamente sabia. E, há muito investimento feito, basta olharmos para as nossas freguesias. As nossas freguesias têm muitas IPSS onde foi feito muito investimento. E sabemos qual era o contributo camarário acerca destas participações. E portanto também era uma tentativa que a bancada, nesse caso o senhor Bruno Aragão podia ter feito também e assim ficávamos mais esclarecidos. Está bem? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== É só para dizer que, esse é o esforço que eu estou a fazer, desde que vim para as Assembleias Municipais. Coloquei duas vezes a questão a esta Assembleia. Fica aqui a minha palavra: Se me conseguirem dizer de onde é que vêm aqueles cinquenta e cinco milhões (50.000.000)? Mas, digam com verdade. Porque, naturalmente, depois, vou aprofundar a questão. Se me conseguirem dizer de onde é que vêm; nunca mais coloco essa questão. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado José Ribeiro, do PS. =====

===== Senhor Presidente, também vou ser rápido. Só para esclarecer e pensei que já estava claro, que quando olho para os números e quando faço as minhas contas, que não olho para um papel numa coluna e num outro papel olho noutra coluna. Para dizer ao Senhor Presidente que somei as mesmas três parcelas dos dois orçamentos, se ao Senhor Presidente lhe

interessa apenas falar numa parcela: Eu somei as mesmas três. E só para dizer também que, achei graça, quando os juros da dívida descem: é boa gestão nossa; quando a base tributável aumenta: temos pena. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi dito: =====

===== Ninguém disse nada do sucesso dos juros. Registou que baixou 10%, mais nada. Ninguém disse que foi sucesso nosso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado maioria aprovar o Orçamento, Grandes Opções Plano e Quadro Plurianual de Programa Orçamental para o ano 2015, bem como a autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – 1.a), 1.b) e 2., com a seguinte votação: - Votos a favor: dezassete do PSD, um do Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e um do Presidente da Junta de freguesia de Cesar; - Votos contra: onze do PS e dois do CDS/PP; - Abstenções: seis - Presidentes de Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, Loureiro, S. Roque, Cucujães, União das Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Palmaz/ Travanca e União das Freguesias de Nogueira do Cravo/ Pindelo. =====

*===== **Ponto seis:** Mapa de Pessoal para o ano 2015 – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis; - Que o planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal (Art.º 3º, nº 2, alínea a) do Decreto-Lei nº 209/2009, conjugado com o art.º 28 e 29º do Anexo I da Lei n.º35/2014, de 20.06); - As necessidades previsionais de pessoal para 2015, manifestada pelos Serviços municipais; - Que o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º2 do art.º 29 do referido diploma), propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de

peçoal que se estima ser necessário para 2015, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da aprovação do orçamento municipal para o mesmo ano; e - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, o mapa de peçoal vem sempre a esta Assembleia Municipal, normalmente costuma ser em dezembro, veio à Assembleia Municipal de novembro fruto das novas regras do ponto de vista orçamentais. E portanto, este mapa traduz as necessidades previsionais dos postos de trabalho que é manifestado pelos serviços. Portanto, estamos a falar de uma verba que está afeta aos novos recrutamentos, também, de duzentos e catorze mil euros (214.000€), que estão já em termos orçamentais e portanto estamos a falar dos recrutamentos que transitam da aprovação que fizemos no ano anterior de 2014. Portanto não há nada de novo. As únicas coisas novas que temos, para 2015, diferentes daquilo que já aprovamos no ano passado, tem a ver com, um assistente técnico por mobilidade que era uma funcionária que estava na Turismo Porto e Norte de Portugal e que passou para a Câmara Municipal em mobilidade, porque está na Loja do Turismo Interativa na Praça da Cidade, e também um encarregado operacional por mobilidade intercarreiras neste caso concreto, não é um novo recrutamento, é só um ajustamento na carpintaria da Câmara Municipal pelo desaparecimento do senhor “Leira” e portanto um ajustamento interno de um funcionário que tem essa responsabilidade. Depois também um lugar de chefia na Divisão Economico Financeira, mas isto não dá sequer lugar a despesa porque o lugar já estava ocupado na anterior estrutura orgânica. Basicamente, é isto que temos para o mapa de peçoal, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Boa noite, uma vez mais. Na assembleia última do ano de 2013 o CDS/PP relembrou, nesta Assembleia, o compromisso assumido na sessão de tomada de posse deste órgão afirmando que seria uma oposição responsável e com responsabilidades. E nesse sentido, o CDS/PP afirmou também, que não veríamos com bons olhos medidas que levasse ao aumento de despesa corrente mas, que daria o benefício da dúvida uma vez que estávamos a falar de, supostas, necessidades para o bom desempenho do executivo das suas atividades propostas a

executar durante o ano de 2014. Ora, se no ano passado não tínhamos dados suficientes e falávamos, apenas, de previsões. Agora as coisas alteraram de forma significativa, o que neste momento estamos em condições de poder argumentar. E, a partir daqui, tecemos algumas considerações e interrogações para as quais solicitamos os devidos esclarecimentos: Fala-se no orçamento numa diminuição de 5% com os encargos do quadro de pessoal, comparativamente com o ano de 2014. Não parece o que dizem os dados: Na verdade, estamos a falar de um peso idêntico ao valor real do ano de 2013. Valores aqui apresentados pelo Executivo na Assembleia de 30 de abril de 2014. Os 5% que falam referem-se a estimativas entre 2014 e 2015: Previsões. Logo, não o poderemos considerar como um dado real. Na verdade, tem havido um aumento na despesa corrente, tendo em conta os encargos com o pessoal. Ora vejamos: Em 2012, gastaram-se aproximadamente oito milhões e novecentos mil euros (8.900.000€); Ano 2013, nove milhões oitocentos e oitenta e um mil e oito centos e setenta e sete euros (9.881.877€). Logo, um acréscimo de aproximadamente de um milhão de euros (1.000.000€). Para 2014, e tendo em conta o relatório de acompanhamento, a execução como já referi foi de nove milhões novecentos e oitenta mil euros (9.980.000€); Executado em 2014, em 30 de setembro, sete milhões e quinhentos e quarenta mil euros (7.540.000€) e a previsão dessa mesma estimativa atual de nove milhões e quatrocentos e oitenta mil euros (9.480.000€). Ora, o que está orçamentado para 2015 são nove milhões oitocentos e trinta e sete mil euros (9.837.000€). Logo, menos 5% não faz parte deste relatório. Falta-nos, então, saber em pormenor como vai encerrar o ano de 2014, lembrando ainda que este ano decorreu a incrementação das já tão faladas internalizações. Temos ainda algumas dúvidas quanto ao aumento, ou não, do efetivo do quadro de pessoal. Pois, na Assembleia Municipal do passado dia 30 de dezembro de 2013 foi aprovado o quadro de pessoal para o ano de 2014 aprovado também em reunião de Câmara de 23 dezembro de 2013. Onde, por exemplo, na Unidade Municipal do Desporto, Turismo, Cultura, Juventude e Tempos Livres referia os documentos aprovados cujo efetivo tinha um total de 40 lugares ocupados e foi solicitado à Assembleia Municipal um alargamento para mais 29 lugares. O que foi atendido e aprovado, - como já referi. O que não entendemos é que nos documentos que nos foram agora entregues conste, veja-se: 76 lugares ocupados em 2014 na mesma rubrica. Ora, interrogamos: Não tinham sido aprovados mais 29 novos lugares? Na nossa matemática 40 mais 29 dá um total de 69; Como surgem agora 76 lugares ocupados? E de onde é que surgem os outros 7? Pedem-nos, agora, para aprovar a criação de mais 39 lugares: A que se deve esta necessidade? Estou a falar da mesma rubrica. Fazendo ainda mais umas contas, o que na verdade o executivo está a propor para esta unidade é tão simples quanto estes estados reais, que passe o efetivo de 40 lugares em 2013 para 106 lugares em 2015. Solicitamos esclarecimentos devidos, para podermos tomar uma decisão que seja justa e responsável. Obrigado. =====

===== Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== *Senhor Presidente, estamos a falar de uma matéria muito técnica e deixem-me só dar uma explicação ao senhor deputado Jorge Pereira uma explicação mais genérica e pedia, se o Senhor Presidente autorizar, ao Chefe responsável máximo da Equipa Multidisciplinar – Dr. José Figueiredo Faria, que é tem esta responsabilidade, para poder explicar pormenorizadamente ao senhor deputado Jorge Pereira as questões que colocou. Só dar-lhe uma nota: Quando nós criamos os lugares, do ponto de vista do quadro de pessoal, - e o histórico representa isso mesmo -, não significa sequer abrir os concursos, quanto menos aumentar o pessoal. Significa é que: É uma imposição de ordem legal a abertura desse mapa de pessoal; Se por qualquer circunstância tiver de abrir um concurso de pessoal e se não estiver no mapa de pessoal não o pode fazer. E conforme o senhor deputado pode comprovar, em diversos anos, em anos anteriores estava inscrito no mapa de pessoal e nos novos recrutamentos e isso não se verificou. E portanto não quer dizer que o estar aqui, significa objetivamente aumentar o número de pessoas. Porque fez aí um conjunto de questões técnicas, se o Senhor Presidente autorizar eu dava a palavra ao senhor dr. Figueiredo Faria para ele, poder, tecnicamente, dar essa explicação solicitada para que não subsista nenhuma dúvida e para que possa votar tranquilamente.* =====

===== *O Senhor Presidente Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. José Figueiredo Faria, Diretor-Chefe da Equipa Multidisciplinar Gestão e Administração Geral de Projetos Autárquicos.* =====

===== *Neste mapa de pessoal de 2015, está previsto para novos recrutamentos, portanto postos de trabalho que poderão ser objeto de abertura de procedimento concursal, está previsto quarenta (40) novos postos de trabalho. Sendo que, trinta e sete (37) transitam de 2014. Porquê? Porque o ano passado estava previsto de acordo com o processo de internalização os vinte e nove (29) que derivavam dos acordos de cedência. Portanto as pessoas que eram objeto de internalização da empresa municipal na Câmara fizeram acordos de cedências e esses acordos de cedência foram colocados no mapa de pessoal de 2014 e os procedimentos concursais têm de abertos até ao final deste ano, portanto, têm de ser abertos até ao dia 28 de novembro deste ano, saiu hoje o Aviso no Diário da República para esses procedimentos concursais. Os efeitos práticos: Esses acordos de cedência vão ter de ser prorrogados, porque os titulares desses lugares ainda vão ser objeto de concurso, portanto ainda não estão nos seus postos de trabalho. Portanto transitam trinta e sete (37) - de quê? Vinte e quatro (24) novos recrutamentos a internalizar; um (1) lugar de técnico superior; Oito (8) lugares de assistente operacional; e quatro (4) lugares assistente técnico: Dá trinta e sete (37), sendo que vinte e quatro (24) resultam do processo de internalização da GEDAZ. Vão ser abertos agora, saiu hoje em Diário da República, os lugares para procedimento concursal para esses concursos que resultam das necessidades de pessoal subjacente aos postos de trabalho que estavam na empresa municipal. Tem três (3) novos recrutamentos, além destes trinta e sete (37): Um (1)*

lugar que vai a concurso para a Chefia de Divisão Económico e Financeira: portanto, na anterior estrutura antes da reorganização orgânica que resultou da redução de dirigentes, até a cessação da comissão de serviço da anterior estrutura que vai acabar em fevereiro 2015, temos de por esse lugar a concurso para a nova estrutura. Isso implica em termos de mapa de pessoal constar como novo recrutamento mas, efetivamente, vai haver neutralidade em termos de custo. Poderá vir outra pessoa ou não; Mas, o custo já está no mapa e no custo com o pessoal do ano, apenas vai transitar para um novo concurso, o que resultar a despesa é exatamente igual. Vai ter um (1) assistente técnico, como o Senhor Presidente falou, da mobilidade, que vai ter efeitos no mapa de pessoal. E a questão de mobilidade intercarreiras do encarregado operacional. Depois, quanto à questão falou, olhando para as unidades: No caso da unidade de Turismo, Desporto e etc... haver agora um maior número de pessoal; Isso tem a ver com afetações. Ou seja, o Senhor Presidente por competência própria durante o ano faz afetação de pessoas entre unidades orgânicas. Depois disso reflete-se no mapa de pessoal quando se vai ajustar em outros mapas de pessoal ou seja, tenho pessoas operativas que estavam no setor operacional na parte das Obras por Administração Direta e transitaram determinadas pessoas para a parte de Turismo, ou técnicos, portanto isso tem a ver com as pessoas em termos de afetações que ocorreram em 2014 e agora ficam afetadas na Unidade de 3º Grau, mas isso não implica nova despesa ou entradas que não estavam previstas. Só pode entrar as pessoas que forem incluídas em novos recrutamentos e que haja verba definida e que se encaixe dentro da rubrica de novos recrutamentos. Portanto, não há aqui aumentos. São chamadas: - Mobilidades Internas, dentro do Quadro de Pessoal, entre Unidades Orgânicas, por despacho do Senhor Presidente da Câmara. Em termos globais da despesa, também não se verifica aumento. Conforme depois se pode ver na execução, este ano, o custo com pessoal vai estar na ordem dos dez milhões e trezentos mil (10.300.000). Sendo que, está previsto, de acordo com os custos nove milhões e oitocentos e oitenta e sete. Portanto as despesas com o pessoal vão baixar em princípio, porque a gente também tem metas e com as limitações que estão na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2015, nós não poderemos ter aumento nas despesas com o pessoal. Não obstante ter aqui o efeito, até vamos ter novos recrutamentos e vamos internalizar novas pessoas e vamos ter novos recrutamentos que podem ser lançados e o Município mantém a meta de redução de custos com o pessoal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado maioria aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2015, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezassete do PSD, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: dezassete do PS e duas do CDS/PP. =

*===== **Ponto sete:** Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2015; =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A ata de abertura de seis propostas; 2. O relatório da Comissão de Análise; 3. O mapa de simulação demonstrativo da capacidade de endividamento do município, para efeitos e em cumprimento do art.º 49º, n.º 5 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o art.º 25º, nº 4 da Lei nº 75/2013, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - A aprovação da ata de abertura e relatório de análise; - A adjudicação à CGD, optando-se pela taxa de juro euribor 1 mês + Spread, por ser a proposta que apresenta as condições mais vantajosas; - A dispensa de Audiência prévia, nos termos de artigo 103º n.º 1 alíneas a) e b) do Código do Procedimento Administrativo, dada a urgência para aprovação / autorização na Assembleia Municipal que se fará aprovar e considerando não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta mais favorável. Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização de contração e aprovação das condições nos termos e para os efeitos do art.º 25º, nº 1, alínea f) e nº 4, da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, conjugado com os art.ºs 49º, nº 5, e 50º, nº 2, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Relativamente a esse ponto, é a aprovação do empréstimo de curto prazo. Conforme podem verificar, neste ano, também, apareceram mais candidatos do que aquilo que tem acontecido nos últimos anos. Não sei se isto significa uma melhoria da banca? Mas, aquilo que trazemos, a proposta depois de aprovada em reunião de Câmara, é que seja adjudicado à Caixa Geral Depósitos este empréstimo de curto prazo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2015.* =====

===== ***Ponto oito:** Protocolo de colaboração com vista ao alargamento do âmbito de atuação e alteração da composição da Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos municípios em matéria de Saúde e Ação social consignadas pelo n.º1 e 2 alínea g), h), m) e p) do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - A constituição em 25.10.2010, da Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências, com a missão de desenvolvimento e prossecução de uma política de prevenção, informação,*

sensibilização e formação na área das toxicodependências; - A criação e realização de vários programas/projetos na área da Saúde, nomeadamente Programa EPA; Programa desportivo Viver Melhor; Projeto Cuidar de Quem Cuida, entre outros; - Que se justifica o alargamento do âmbito de atuação e da atual composição da Comissão e a necessidade de redefinição de novas medidas e respostas integradas e complementares no combate aos fatores que comprometem o bom desenvolvimento e o bem-estar biopsicossocial e a qualidade de vida da população. Propõe-se: - Ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com vista ao alargamento do âmbito de atuação e composição da Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências, que passará a designar-se Comissão Municipal para a Promoção da Saúde; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k) do n.º2 do art.º 25º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente está aqui a Senhora Vereadora Gracinda Leal que tem esta responsabilidade e basicamente estamos a alterar o nome mantendo o mesmo âmbito do ponto de vista do trabalho, alargando aqui esse mesmo âmbito, ou seja, passar-se a chamar Comissão Municipal para a Promoção da Saúde, há aqui uma alteração da denominação, o objetivo mantem-se. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração do protocolo de colaboração com vista ao alargamento do âmbito de atuação e alteração da composição da Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências, que passará a designar-se Comissão Municipal para a Promoção da Saúde. =====

*===== **Ponto nove:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização da “Queima das Fitas de 2015” e do “Rapagão – Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ”, eventos integrados no Plano Anual de Atividades da Associação Académica – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Tempos Livres e Desporto, - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens traduz se positivamente na

formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais sã e saudável;
- A importância da implementação do espírito e tradição académica no município; - *A importância que a “Queima das Fitas”, bem como o “Rapagão - Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ”, bem como eventos, assumem na camada jovem;* - *A possibilidade de envolver a comunidade numa festa académica;* *Ao abrigo da alínea u) nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, propõe-se:* - *A aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha, nos termos e condições ali estabelecidas, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas;* - *Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º5225/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;* - *Submeter a Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, normalmente vinham dois protocolos, iam dois protocolos à reunião de Câmara e vinham dois protocolos à Assembleia Municipal relativamente à “Queima das Fitas” e, depois, também, ao “Festival das Tunas”. Portanto, nos concertamos com a Escola Superior de Enfermagem e com a Associação de Estudantes fazer um único protocolo onde estão integrados os dois eventos, neste caso o “Rapagão” e a “Queima das Fitas”. E, portanto, a participação da Câmara Municipal através do protocolo é de cinco mil euros (5.000€).* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização da “Queima das Fitas de 2015” e do “Rapagão – Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ”.* =====

===== **Ponto dez:** *Acordo de cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar 2013/ 2014 – Retificação da transferência de verbas para a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O deliberado em reunião do Executivo de 19/12/2013 e aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2013; - Que em conformidade com o Acordo de Cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré- escolar, o município enviou para a DGEstEDSRN os*

dados necessários à respetiva atualização; - Que de acordo com os dados recolhidos pela Divisão de Educação, o número de alunos que frequentaram o prolongamento nos Jardins de Infância de Pindelo e Pinhão, foram 18; - Estes alunos foram lançados na plataforma da DGEstE como se estivessem a frequentar diferentes prolongamentos, atribuindo um valor total de € 557,82 (€30,99/aluno), quando deveria ter sido atribuído um valor de € 706,21 (sala completa de prolongamento); - Estas verbas já foram pagas pela DGEstE-DSRN ao município, propõe-se: A retificação da verba atribuída à União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, no valor de 148,39/mês, perfazendo um total de € 1.038,73, retificando-se assim a proposta apresentada em 19/12/2013; Que se remeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos. Compromisso de Fundo disponível nº 5203/2014, de acordo com o disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e D.L. nº 127/2012, de 21 de Junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente é corrigir um erro e portanto fazer um ajustamento, não é mais do que isso. Teve que ir à reunião de Câmara e tem necessariamente também de ser aprovado em Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade retificar a transferência de verbas para a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo de verbas para a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====

*===== **Ponto onze:** Contratos de cooperação para a cedência das instalações desportivas a celebrar com os Agrupamentos de Escolas: Soares Basto; Dr. Ferreira da Silva, Loureiro e Ferreira de Castro – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Se pretende responder às necessidades desportivas de lazer e bem-estar dos munícipes que, individualmente, ou de forma coletiva, através da comunidade escolar, aspiram à prática de diversas modalidades desportivas; - O aproveitamento das instalações desportivas existentes no Município, nomeadamente no parque escolar, se enquadra na política integrada e de rentabilização de recursos que subjaz à ação da autarquia e que é concordante com as orientações do Governo; - A utilização regular dos equipamentos desportivos escolares pela comunidade, se de acordo com as normas adequadas, permite preservar e rentabilizar o património; - A crescente importância do desporto e das atividades físicas como fator de

promoção de saúde, de bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, o que vincula e responsabiliza as autarquias locais na oferta de condições que satisfaçam tais expectativas; - A prática desportiva é um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social, contribuindo para a construção de estilos de vida saudáveis, propõe-se: - A aprovação das minutas dos Contratos de Cooperação a celebrar com os Agrupamentos de Escolas Soares Basto; Dr. Ferreira da Silva; Loureiro e Ferreira de Castro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com os compromissos de fundo disponível n.ºs 5217; 5218; 5219 e 5220/ 2014, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho; - A revogação dos protocolos anteriormente celebrados com o mesmo objeto; - Se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos no ponto onze da ordem de trabalhos: nos acordos de cedência das instalações desportivas, e isto decorre da nova legislação, mantêm-se os valores que estavam aprovados no passado, há só uma atualização do ponto de vista de enquadramento da legislação. Portanto, mantemos o mesmo valor, mas temos de alterar os protocolos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração dos contratos de cooperação de cedência de instalações com os Agrupamentos de Escolas: Soares Basto; Dr. Ferreira da Silva, Loureiro e Ferreira de Castro, bem como revogar os protocolos anteriores celebrados com o mesmo objeto. =====

*===== **Ponto doze:** Contratos de cooperação para a cedência das instalações desportivas a celebrar com: Clube Desportivo de Cucujães; Escola Livre de Azeméis; Grupo Cultural e Recreativo de Ossela e Associação Recreativa e Cultural de Loureiro – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Se pretende responder às necessidades desportivas de lazer e bem-estar dos munícipes que, individualmente, ou de forma coletiva, aspiram à prática de diversas modalidades desportivas; - O aproveitamento das instalações desportivas existentes no Município, enquadra-se a na política integrada e de rentabilização de recursos que subjaz à ação da autarquia e que é concordante com as orientações do Governo; - A crescente importância do desporto e das atividades físicas como fator de promoção de saúde, de bem-estar e da qualidade de vida dos

cidadãos, o que vincula e responsabiliza as autarquias locais na oferta de condições que satisfaçam tais expectativas; - A prática desportiva é um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social, contribuindo para a construção de estilos de vida saudáveis, propõe-se: - A aprovação das minutas dos Protocolos a celebrar com o Clube Desportivo de Cucujães; Escola Livre de Azeméis; Grupo Cultural e Recreativo de Ossela e Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea u), n.º1, art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com os compromissos de fundo disponível n.ºs 5221; 5222; 5223 e 5224/ 2014, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho; - A revogação dos protocolos anteriormente celebrados com o mesmo objeto, bem como a deliberação tomada em 31 de janeiro de 2006, no que concerne à Associação Recreativa e Cultural de Loureiro; - Se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar os contratos de cooperação para a cedência das instalações desportivas a celebrar com: Clube Desportivo de Cucujães; Escola Livre de Azeméis; Grupo Cultural e Recreativo de Ossela e Associação Recreativa e Cultural de Loureiro; bem como revogar os protocolos anteriormente celebrados com o mesmo objeto. ===

*===== **Ponto treze:** Protocolos de colaboração financeira celebrados com a Freguesia de Fajões – Revogação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 05 de janeiro de 2010, foi celebrado protocolo de colaboração financeira com a Freguesia de Fajões para concretização das suas atividades, ações e objetivos de investimento, pelo período de um ano, podendo ser renovado; - O mesmo foi objeto de sucessivas renovações, por deliberações do órgão executivo; - Não foram apresentados os documentos necessários que possibilitariam ao seu integral pagamento, propõe-se: A revogação do referido protocolo de colaboração financeira celebrado com a Freguesia de Fajões, no que concerne aos meses e anos constantes do documento que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Se remeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Dar nota do seguinte, esta proposta de revogação tem a ver com a ausência de justificativos por parte da Freguesia de Fajões junto da Câmara Municipal. E portanto significa que estes valores estarem inscritos, do ponto de vista do nosso registo documental orçamental, também nos prejudica no final das contas. Não tendo a Junta de Freguesia de Fajões

possibilidade, neste momento, de apresentar os justificativos para poder receber este dinheiro, nós optamos pela revogação. Aquilo que foi dito, naturalmente, em sede de executivo municipal também já foi aprovado, é que, quando a Junta de Freguesia de Fajões tivesse possibilidade de nos apresentar justificativos, nós cá teremos de trazer outra documentação e aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e de Nuno de Jesus, do PS. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, público e imprensa. Tenho vindo ao longo dos tempos denunciando, nesta Câmara, o que de mau se fazia na minha freguesia. Recordo o dia 28 de dezembro 2010, em que tomei o uso da palavra e olhos nos olhos transmiti, como era meu dever, a esta Assembleia, as minhas preocupações das ilegalidades que pela Junta de Freguesia de Fajões, na altura comandada pelo senhor José da Silva Santos, se faziam. Lamentavelmente um mau presidente da Junta de Freguesia que com dolo, negligência e desrespeito por um órgão deveria ter sido mais eloquente. Pois, á data, já se sabia da gravidade da gestão danosa do mandato do dr. Luís Filipe, em que deixou várias penhoras e, mais grave, quando era, e é, ainda, o seu fiel depositário, na altura, enganando esta Assembleia e a Câmara Municipal abusando do poder que lhe estava instituído. Senhor Presidente, mau grado, na altura, transmitindo as minhas preocupações dentro de um órgão fiscalizador da ação dos seus Membros e do destino do dinheiro público, fui calcorreando sem saber da real gravidade da situação financeira e da gestão que encontrei: (Ainda há muita gente que se ri disto). Penhora de verbas do FFF (Fundo Financiamento Freguesias) em 20%, já ativada desde 2010; Penhora das verbas da Câmara Municipal em 20%; Penhora da renda da Clínica na sua totalidade; Saldo da conta depósitos/ ordem da Caixa Geral Depósitos penhorada em 8.000€); 3 terrenos que vieram à posse da Junta por doação e que muito trabalho deram a quem os pediu, um dos quais onde está o quartel dos Bombeiros Voluntários de Fajões; O trator já retido de circulação, pois em 2011 foi contestado mas fora do prazo; Uma execução das Finanças, por não se ter pago a retenção dos funcionários à Caixa Geral de Aposentações, desde 2011. Já sem cerca de quarenta e quatro mil euros (44.000€) retidos do Fundo Financiamento Freguesias. O que ainda não sabemos? Um contrato de cedência de crédito sem que o ex-presidente José Santos não tivesse contestado, (pobre homem e irresponsável). Senhor Presidente, caros companheiros, sei que estou a ser maçador mas acredito nos valores da justiça, muito embora tenha a minha opinião formada de ser muito lenta e penosa para quem precisa dela. Eu acredito na justiça e terá de ser feita, doa a quem doer. A Freguesia de Fajões está a ser penalizada em virtude de dois irresponsáveis da sua gestão não terem sido responsáveis em defender o que os

outros conquistaram. Tinha razão neste púlpito em 28 de dezembro de 2010. No entanto, chega de lamentações. Não poderei deixar de manifestar aqui e agora a solidariedade institucional, desde o Senhor Presidente da Câmara Dr. Hermínio Loureiro e seus colegas Vereadores, aos senhores e meus colegas Presidentes atuais das Juntas de Freguesia, que compreenderam a proposta ora em discussão e, num gesto humano, disseram sim em sede própria. Tenho de reconhecer isso. E, por fim, um muito obrigado aos Presidentes de Junta de Freguesia de Carregosa e Cesar, respetivamente António Queirós e Augusto Moreira, pelo gesto de entreatajuda ao disponibilizarem os seus tratores para, em articulação, darem uma ajuda à Freguesia de Fajões. Vale a pena ter amigos assim. Quero nesta Assembleia deixar aqui o meu obrigado, em nome da Freguesia de Fajões e que transportem este obrigado aos vossos colegas e Assembleias de Freguesia. Para terminar, deixo aqui um conselho a todos os presidentes de Junta do meu concelho e do país: Que Deus nos livre de irresponsáveis como aqueles que me antecederam. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Só para dizer que este assunto acaba por me ser também muito grato, eu também por lá passei. Lembrar o Senhor Presidente da Câmara que, em 2009, o PS, em sede de executivo alertou para a situação difícil em que já se encontrava a junta de freguesia. Eu gostava de ouvir, aqui, da parte do Senhor Presidente da Câmara, para que ficasse registado, que estas verbas que estavam inscritas em protocolo que vai ser revogado ficam salvaguardadas. Ou seja, a Freguesia de Fajões vai entretanto ter essas verbas. E queria deixar aqui a indicação de que no nosso concelho existem outras Juntas de freguesia com situação também difícil e que merecem que a Câmara também faça algo para as ajudar. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi celebrado em 25 de setembro de 2013, protocolo de delegação de competências com freguesia de UL, que atualmente integra a União de freguesia de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail, ao abrigo do disposto na Lei n.º169/99, de 18 de setembro com a redação dada pela Lei n.º5-A/2001, de 11 de janeiro; - O teor do ofício enviado pela União de Freguesias - E/24682/2014, pelo que solicita a alteração ao referido Protocolo

nos termos e fundamentos nele constantes; - A intenção de alteração da redação das cláusulas 1.ª e 3.ª, quanto ao n.º 2 – iii do citado Protocolo; - Que esta alteração se fundamenta e é celebrada ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa (CFD N.º 4834/2014), bem como relativamente à assunção de compromissos plurianuais, no respeito pelo estabelecido na alínea c) do n.º 1, do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mediante a respetiva prévia autorização pela Assembleia Municipal; Propõe-se: - A aprovação da minuta da Adenda do Protocolo de Delegação de Competências (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com a União de Freguesia de Oliveira de Azeméis; Santiago de Riba-UL, UL Macinhata da Seixa e Madaíl, nos termos e condições ali estabelecidas, - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente a adenda a este protocolo prende-se com um pedido da União das Freguesias, com um protocolo que existia para um alargamento na antiga Freguesia de UL e que por impossibilidade de o fazer porque o proprietário de um terreno voltou com a palavra atrás e, portanto, o alargamento que estava previsto já não foi possível concretizar e a União das Freguesias pede-nos para alterar o objeto, fruto desse pedido temos de fazer esta adenda ao protocolo porque altera as circunstâncias. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de delegação de competências com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail, para a execução de obras de conservação e beneficiação da Rua das Norinhas, Rua do Pego e Rua dos Canastreiros em UL. =====

===== **Ponto quinze:** Contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Real Clube Nogueirense, para melhoramento das instalações e infraestruturas desportivas - Aprovação e assunção de compromissos plurianuais; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23 do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro); - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e

saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Os fins prosseguidos pelo Real Clube Nogueirense, designadamente a promoção desportiva, cultural, recreativa e formação dos seus associados e da população local, em geral, bem como desenvolver a modalidade desportiva Futebol; - Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 4831/2014, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Propõe-se: - Ao abrigo das alíneas o) e u) número 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com as disposições legais do Decreto - Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e a Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), a aprovação da minuta do Contrato programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Real Clube Nogueirense, nos termos e condições ali estabelecidas; - Se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos perante a aprovação de uma minuta de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que tem a ver com as obras que estão a ser feitas no campo do Real Clube Nogueirense, por diversas fases, a requalificação daquela infraestrutura desportiva, estamos a falar na construção de muros de suporte, dos balneários, da retificação do terreno de jogo. E portanto, o que trazemos aqui é um apoio financeiro de cento e trinta e sete mil e quinhentos euros (137.500€), sendo que trinta e sete mil e quinhentos euros (37.500€) são para reforço da verba da construção dos balneários e quarenta e cinco mil euros (45.000€) para a construção do muro de suporte de terras e o restante para a melhoria do campo e terreno de jogo. E portanto é a nossa compartição que foi solicitada na altura pelo Real Clube Nogueirense que apresentou o seu programa de desenvolvimento desportivo e portanto estamos em condições de aprovar em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Real Clube Nogueirense, para melhoramento das instalações e infraestruturas desportivas, bem como a assunção de compromisso plurianual. =====

===== **Ponto dezasseis:** Exercício do direito de preferência quanto à transmissão de ações resultantes da opção de venda da participação no capital social da ERSUC no âmbito do processo de reprivatização da EGF – Apreciação e ratificação da opção de não exercício do direito de preferência; =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O ofício remetido pela Águas de Portugal e a Parpública, no qual notificava o município no sentido de se pronunciar sobre se se pretende exercer o correspondente direito de preferência de aquisição de ações da ERSUC, alienadas por outros municípios ao preço de 10.577€, por ação; - Que se torna necessário o Município tomar posição no sentido de decidir se existe interesse na aquisição das referidas ações; - A informação interna dos serviços (I/78354/2014); Propõe-se: Que o município não exerça o direito de preferência, dado não existir interesse público, uma vez que ficará sempre numa situação minoritária face às circunstâncias e condições do processo, devendo esta posição ser aprovada e apreciada pela Assembleia Municipal nos termos do artigo 25º, n.º1, alínea n) e nº2, alínea b), do anexo I da Lei n.º 75/2013.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto tem a ver com estas questões que estão em cima da mesa, agora, da fusão das águas, de criar grandes empresas das águas no âmbito das Águas de Portugal. Neste estamos a falar de tratamento de resíduos, no âmbito da EGF, no caso concreto da ERSUC. E portanto nós aqui, se não quisermos comprar, também não vamos vender - Ao contrário, exatamente. E portanto vamos manter esta situação. E estamos na expectativa porque, como têm acompanhado a atualidade, naquilo que diz respeito aos lixos e á água, naquelas que são as opções do governo. Há neste momento, providencias cautelares que foram interpostas. Na questão da água, está em cima da mesa também uma situação diferente naquilo que é a gestão em alta e também da gestão dos equipamentos em baixa. No nosso caso concreto das Águas Douro e Paiva passarem a integrar as Águas do Norte alterando-se de formo significativamente aquele que é o contrato assinado com a Câmara Municipal. Mas aqui é basicamente é nós mantermos este princípio e ficarmos também com as ações connosco.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Lourenço, do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Lourenço, do PS.* =====

===== *Obrigado, Senhor Presidente. Uma pequena nota introdutória, até para se perceber melhor este assunto. Para dar conta que o Governo PSD/CDS, como é seu apanágio, decidiu privatizar a Empresa Geral do Fomento a sub-holding do Grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos. Anunciou ainda, este mesmo Governo, que as autarquias são livres de vender ou de reter as suas participações nos sistemas multimunicipais. Entretanto a Associação Nacional de Municípios Portugueses, emitiu um parecer onde reitera o seu desacordo face à*

intenção de alienação da totalidade do capital da EGF ao setor privado e, emite parecer desfavorável ao diploma que consagra o processo de alienação das ações representativas do capital social da Empresa Geral do Fomento apresentado por sua Excelência o Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Energia. No caso em apreço, a ERSUC tem por missão, criando valor, contribuir para o desenvolvimento sustentável da região e do país e para a maximização do bem-estar humano, para além de que a sua atividade implica a disponibilização de um serviço público regular e o controlo permanente do seu custo social. Esta é uma decisão, acima de tudo, política, sobre a forma como encaramos a prestação de serviços públicos, neste caso concreto sobre a recolha e tratamento de lixo. Além do mais, é também uma decisão de gestão, uma vez que tratando-se de uma empresa da esfera do setor público que tem sido bastante lucrativo, mas que sob a tutela deste Governo vai ser alienada a privados nomeadamente os 51,5% que estão na posse da Empresa Geral do Fomento. Nesse sentido importava que o Municípios que detém participações sociais, além de não alinear posições, como o fez, ou vai fazer, a nossa Autarquia, se predispuessem a aumentar a sua participação com o intuito de poderem vir a obter futuros dividendos financeiros, mas acima de tudo de forma a defenderem os interesses os munícipes e poderem condicionar a política da empresa no que concerne às tarifas a cobrar. Se os oliveirenses este ano já viram agravadas as suas faturas de água e saneamento, por via da concessão a privados, muito em breve podem ver as tarifas do lixo aumentas por consequência desta decisão. Isto também, num pequeno aparte: Até porque vai ser, ou poderemos estar na eminência de vermos criado um monopólio, ou seja o adquirente, aquele que está em melhor posição para comprar os 51,5% vai criar um monopólio que é a SUMA. E, curiosamente, ouvimos há pouco o Senhor Presidente na sua intervenção que: “Os monopólios são uma chatice; É muito difícil tratar com os monopólios.” Portanto, isto também é algo que se aplica, neste caso. E o PS, por entender que a Autarquia devia ter efetuado uma análise objetiva sobre a capacidade de adquirirmos mais ações da ERSUC em consonância com outros municípios que permitissem aos mesmos uma palavra a dizer na futura gestão da ERSUC, não votará favoravelmente a mesma optando assim pela abstenção. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu acho que se está aqui a fazer uma confusão tremenda. Nós, não vendemos nada. Nós não vendemos nada, mas também não compramos. Mas, íamos comprar para continuar a ter uma posição absolutamente minoritária, o que é íamos ganhar? É só isso. Agora, a questão dos monopólios: Com certeza, estamos todos do mesmo lado. E que, vamos voltar a ter que discutir isto, na questão da água? Também vamos. Porque, se for por diante, aquilo que é a estratégia da questão da constituição das Águas do Norte, da fusão de tudo que é sistema das Águas Douro e Paiva para cima, que é a única empresa rentável na questão da água do fornecimento em alta: Vamos voltar a discutir esta matéria. Mas, aqui, nós não

decidimos vender nada. Mas também, é verdade, não decidimos comprar nada. Mas, que fique claro, que não se crie a dúvida sobre isso. Porque houve Municípios que decidiram vender. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Senhor Presidente, aqui também podemos considerar que há uma questão ideológica. Todos nós temos visto, - eu não estou a dizer que estaria ou os municípios que estão a seguir uma linha -, mas o que temos visto é um vender constante das nossas joias. E esta é uma empresa que de há três, quatro, cinco anos para cá tem sido altamente lucrativa. E não se entende, muito honestamente, do porquê da alienação desta empresa tendo em conta o valor da mesma ser bastante inferior ao próprio valor da mesma. Nós defendemos um serviço público de qualidade. E aquilo que se prevê é que, uma empresa e caso o paradigma que está de facto em cima da mesa não se altere e se se verificar que os 51.5% sejam adquiridos por uma empresa privada, vai-se criar aqui um monopólio, monopólio esse, de um privado que vai geri a seu belo prazer as taxas de resíduos. E é por isso mesmo que nós gostaríamos de ter visto também a Autarquia e, também, porque não, outras Autarquias da mesma forma como se está a verificar na grande área metropolitana em que para as águas decidiram avançar em conjunto com uma posição de compra da posição maioritária que o Estado detém e serem os Municípios a gerir este processo. Portanto, aqui passa-se o inverso. Aqui, há Municípios que se estão a abstrair desta questão, uns, estão a vender; outros, estão nem nem sim. E o que se vai passar, efetivamente, com esta questão, é que vamos ver uma empresa privada a gerir esta empresa. Portanto, se este era um negócio altamente lucrativo, porque não mante-lo na esfera pública na prestação de um serviço público? Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, registando-se a seguinte votação: - Votos a favor: dezasseis do PSD; três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de freguesia de Cesar; - Abstenções: dezasseis do PS. =====

*===== **Ponto dezassete:** Proposta de redução em 60% do pagamento de Taxa de Ocupação Mensal das Lojas I a X do Mercado Municipal – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A solicitação, em reuniões havidas no decorrer do 1º semestre de 2014 com os representantes das lojas I a X do Mercado Municipal, no sentido de haver uma redução na mensalidade atualmente em vigor, no valor de 203,24 €, aquando o período de renovação das concessões, tendo em conta as dificuldades económicas que atravessam; - O abrandamento da atividade económica que o País está a enfrentar; - Que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara,

através de deliberação fundamentada conceder isenções totais relativamente às taxas e outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela (art.º 6.º n.º 1 do RTLORM); Considerando ainda que: - Atendendo ao argumento de minoria de razão, se a Assembleia Municipal por proposta da Câmara pode o mais, nos termos e para os efeitos do art.º 6.º n.º 1 (isenção totalmente) também pode o menos, isto é isenção parcialmente. Propõe-se: A redução do pagamento da taxa mensal das lojas I a X do Mercado Municipal em 60% nos termos e para os efeitos do art.º 6.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós temos previsto um restyling, uma renovação, o próprio Mercado Municipal precisa de se modernizar. Temos também a noção clara do abrandamento da atividade económica e da dificuldade de gerar receita a quem está no exercício nestas funções, nomeadamente no Mercado Municipal vendendo estes bens. E portanto decidimos propor uma redução de 60% na taxa de ocupação mensal das lojas de I a X do Mercado Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a redução do pagamento da taxa mensal das lojas I a X do Mercado Municipal em 60% nos termos e para os efeitos do art.º 6.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças e outras receitas municipais.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Proposta de suspensão (e substituição) do valor da variável ml/mês na fórmula de cálculo da Taxa de Ocupação do Espaço Público do regulamento anterior – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Oliveira de Azeméis está em vigor desde 14/05/2013; - se confirma a necessidade (e manutenção) de algumas travessias, aéreas ou subterrâneas, de infraestruturas com tubos ou cabos entre terrenos particulares, mas sobre ou sob o espaço público, que carecem do respetivo licenciamento municipal; - o valor da taxa devida pelo licenciamento de ocupação do espaço público com tubos e cabos (infraestruturas “particulares” aéreas e subterrâneas), relativamente à variável “por metro linear e por mês (ml/mês)”, prevista no regulamento referido, se traduz para o ano 2014, num agravamento exponencial face às taxas cobradas nos anos anteriores; - já no ano de 2010 foi tomada a decisão de suspensão das taxas aplicáveis no regulamento (tabela de taxas) em vigor à*

data, por situação semelhante; - estão a desenvolver-se trabalhos de elaboração do Código Regulamentar Municipal, no âmbito do qual será reavaliado e redefinido o licenciamento destas infraestruturas particulares, bem como o cálculo da respetiva taxa; - a atual conjuntura económica e social desmoraliza estes agravamentos nas taxas a cobrar pelo município, propõe-se que: 1- se proponha à Assembleia Municipal a aprovação da suspensão do valor da variável ml/mês na fórmula de cálculo da taxa de ocupação do espaço público do Regulamento de Ocupação do Espaço Público em vigor, ripristinando-o pela taxa em vigor no ano de 2009 constante do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, publicado por Edital n.º 354/2006 - AP em 27 de Julho de 2006, atualizado à presente data; 2- com a aprovação desta proposta em reunião de Câmara, se concretize esta decisão de imediato, uma vez que há a necessidade urgente de emissão das guias para regularização dos licenciamentos do presente ano; 3- se submeta a ratificação da Assembleia Municipal, a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós quando aprovamos as taxas e fazemo-lo naturalmente de boa-fé, depois de um trabalho técnico apurado, mas por vezes quando chegamos á aplicação das mesmas, percebemos que elas não foram boas soluções nem boas decisões. Este era um caso. Onde o objetivo da aplicação da taxa era completamente desvirtuada pelo valor a aplicar ao munícipe. Portanto aquilo que nós aqui trazemos é a suspensão deste valor que o valor variável do metro linear/ mês na fórmula de cálculo para a taxa ocupação espaço publico. Eu julgo que na proposta ia um exemplo dos valores, da disparidade de valores que isto provocava. E, portanto, nós propomos a suspensão e a substituição deste valor. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar/ ratificar a proposta apresentada, bem como convalidar os atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam. =====

*===== **Ponto dezanove:** Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios Terras de Santa Maria – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O ofício enviado no passado dia 22/10/2014 pela AMTSM (Associação de Municípios Terras de

Santa Maria), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - A necessidade de conclusão das obras do PERM, EIM e, para esse efeito, a necessidade de aquisição ou expropriação dos terrenos identificados na declaração de utilidade pública, bem como a necessidade de constituição de servidões administrativas sobre terrenos de particulares envolventes à zona de intervenção do PERM, não detendo o PERM, EIM essa competência; - Que é preciso que a AMTSM altere os seus estatutos, designadamente o art.º 25º, aditando um novo nº, neste caso o nº 6, a prever esta competência, para a delegar na empresa intermunicipal, para a concretização da sua atividade e da construção do seu parque empresarial; - Que a alteração dos estatutos da AMTSM pressupõe a aprovação da mesma nos órgãos municipais dos municípios que a compõem, propõe-se: - Que a Câmara Municipal aprove nos termos dos artigos 108º e 109º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, alterar o art.º 25º dos Estatutos da Associação de Municípios da Terras de Santa Maria, abreviadamente designada por AMTSM, publicados no Diário da República, III Série, nº 150, de 28 de junho de 2004, com o aditamento de um nº 6 ao artigo 25º dos estatutos da AMTSM com o seguinte teor: "6. Compete, ainda, ao Conselho Diretivo propor a Declaração de Utilidade Pública para os efeitos de expropriação a constituição de servidões administrativas". - Que a alteração depois de aprovada na respetiva Câmara Municipal seja aprovada pela Assembleia Municipal nos termos do artigo 108º, da Lei atrás mencionada." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Esta alteração dos Estatutos da Associação de Municípios Terras de Santa Maria tem a ver, basicamente, com a necessidade naquilo que diz respeito ao PERM. O PERM é aquilo que é chamado o Parque Empresarial, ali em Pigeiros, para resolver o problema das sucatas do Entre Douro e Vouga, da Recuperação dos Materiais. E portanto nós precisamos de alterar estes Estatutos e têm que vir também à Assembleia Municipal. Portanto já foram alterados em Reunião de Câmara, mas têm de passar também pela Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte:** Proposta de sinalização horizontal – Marcação de linha amarela na Rua de Faria de Baixo, Freguesia de Cucujães – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito

do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, na sequência da visita ao local verificou-se a necessidade de reforçar a proibição de estacionamento na Rua Faria de Baixo em Cucujães, tendo-se verificado a existência de veículos estacionados no lado sul-norte e que ocupam a faixa de rodagem nesse sentido. Propõe-se: a) A marcação de linha contínua de cor amarela – M12, nos termos do nº 1 do Artigo 62º do D. Regulamentar 22-A/98 de 1 de outubro, na Rua de Faria de Baixo, sentido sul-norte. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

==== Tem a ver com solicitações que nos são feitas, neste caso, da Junta de Freguesia de Cucujães na colocação de uma linha amarela, para melhorar o fluxo e a regulação do trânsito nesta zona. =====

==== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

==== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

==== **Ponto vinte e um:** Proposta de sinalização vertical e horizontal para passagem de peões sobre-elevada na Rua de Samil, Freguesia de S. Roque – Aprovação; =====

==== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 – Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.1, alínea ee); 2 – A necessidade de assegurar a acalmia de tráfego e garantir a redução de velocidade na Rua de Samil, na freguesia de S. Roque. Propõe-se: a) A marcação de sinalização horizontal nas rampas da passagem de peões sobre-elevada com tinta retrorrefletora de acordo com a figura 1 do parecer técnico I/78216/2014; b) Marcação de passagem para peões, na parte plana da passagem sobre-elevada, nos termos do Artigo 61º do D. Regulamentar 22-A/98 de 1 de outubro; De acordo com a figura 2 do parecer técnico I/78216/2014; c) Colocação de dois sinais A2a (lomba) colocados a 50 m do início da passagem sobre-elevada, com painel adicional modelo 1 a com a inscrição “50m”; d) Colocação de dois sinais H6 indicando velocidade máxima 30Km/h; e) Colocação de dois sinais H37 (30Km/h); f) Colocação de dois sinais H/ (passagem de peões); Na implementação da

sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de uma proposta de sinalização vertical e horizontal para passagem de peões sobre-elevada na Freguesia de S. Roque. Temos também o pedido da Junta de Freguesia, a informação técnica. E, portanto, estamos em condições de poder aprovar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque =====

===== Boa noite a todos. Trata-se com certeza da passadeira elevada, ou lomba, mais escrutinada, mais famosa do concelho nestes últimos tempos. E criou-me dificuldades. E criou-me chatices. Eu não gosto de ver lombas. Não gosto. Não gosto, porque acho que são corpos estranhos metidos nas nossas estradas que já têm tantas dificuldades e tantos impedimentos e a gente ainda vai acrescentar dificuldades: Não gosto. Mas, tive de me render às evidências. Numa situação daquelas em que, foi tentado sinalização de perigo, foi tentado encolher a via, nada resultou. Se, dependia de nós acabar com um ponto negro num local: quando ouço as ambulâncias penso logo que vão para ali; Se dependia de nós, nós - Junta e Câmara: Porque há um ponto negro na IC2, temos de andar a pedir e a solidarizarmo-nos para falar: Portando não depende nós. Neste ponto, dependia de nós. Se dependia de nós porque é que não resolvo? E tivemos de resolver. E tivemos que resolver de emergência mesmo. Não resolvemos à revelia. Estivemos sempre enquadrados pelos serviços técnicos da Câmara. Portanto fiquei muito magoado quando fomos acusados de estar a fazer obras à revelia. E fomos acusados por gente que devia ter mais a noção que nos devia ajudar e não devia criar mais dificuldades. Portanto, achei um ato hostil - palavra de honra, achei um ato hostil que rejeito com veemência este documento Eu sei que, fui eu o responsável, a Junta é responsável por aquela passadeira elevada. Não correu tudo bem. Não correu não senhor. Mas quando nós estávamos com dificuldades, foi quando surgiram atropelos que nos indignaram. Senhor Presidente: Não esperava isto. E, sinceramente, eu vinha muito zangado, muito magoado. Quero anunciar que ela está prontinha, está devidamente sinalizada, coincidiu ser hoje, está devidamente sinalizada, portanto, não a vamos pintar. Agradeço que a Câmara, depois colabore, no mínimo, com a pintura. Que eu penso, não digo que vai acabar, minimamente, vai reduzir em grande escala os

acidentes naquele local que era realmente um ponto negro que nós tínhamos. E, se dependia de nós? Nós resolvemos. Desculpe lá, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. Não participou na votação deste ponto o Senho José Francisco Oliveira, tendo apresentado a seguinte declaração: “Venho por este meio informar V. Exa. de que eu, José Francisco Brandão Oliveira, membro da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, pela Bancada do PSD, me irei ausentar no ponto 21 da ordem de trabalhos, por motivos pessoais.” =====

*===== **Ponto vinte e dois:** Proposta de criação de quatro lugares de estacionamento na Rua do Alto das Casas, Freguesia de Macieira de Sarnes – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); -Que, a alínea b) do número 1, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir lugares para estacionamento gratuito, para fins específicos, no horário que para o efeito venha a estabelecer-se, e, nos termos do nº 3 do mesmo artigo, a Câmara Municipal pode definir lugares para estacionamento, cargas e descargas de mercadorias e outros, cuja utilização fica reservada aos mesmos. - Que, na sequência do acordo efetuado entre a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e os proprietários do terreno situado na Rua do Alto das Casas (terreno que fica entre a Rua do Alto das Casas, a Rua da Pedra Verde e a Travessa da Pedra Verde), que consiste na cedência ao domínio público do referido terreno. Propõe-se: A atribuição de quatro lugares de estacionamento privativo, para os proprietários que cederam o terreno em causa, com isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 4º do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis. Os lugares deverão ser identificados através de dois sinais verticais H1a (Estacionamento autorizado), com placa adicional, uma modelo M11a com a inscrição “Privativo” e uma placa adicional modelo M3a (painéis indicadores do início ou fim do local regulamentado), estes lugares deverão situar-se na Rua do Alto das Casas, no sentido nascente poente. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Estamos a falar de um pedido, de uma pretensão da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, que tem a ver com umas permutas de um terreno e a criação de quatro (4) lugares de estacionamento, tendo em conta a cedência para o domínio público de parte um terreno para a Junta de Freguesia poder embelezar toda esta zona na entrada de Macieira de Sarnes.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto vinte e três:** Proposta de postura de trânsito na Freguesia de Cesar – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - A necessidade de melhorar e disciplinar a circulação de veículos motorizados no sentido de contribuir para encontrar soluções de mobilidade, regulamentar com critérios uniformes, a circulação, o estacionamento e as operações de cargas e descargas de mercadorias, atendendo aos objetivos de eficiência económica do comércio e dos serviços, mas também, tendo em consideração a circulação pedonal e a fluidez do trânsito. - A vontade da Junta de Freguesia de Cesar de proceder a algumas alterações à sinalização e à circulação viária na freguesia de Cesar com vista ao melhor ordenamento do trânsito. Propõe-se: - A aprovação da Postura Municipal de Cesar, com os seguintes documentos que ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas: 1. Proposta de Regulamento da Postura Municipal de Cesar; 2. Planta PCr01; A presente postura é elaborada ao abrigo do disposto no artigo 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, da alínea k) do nº1 do artigo 33º conjugada com a alínea g) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e no Código da Estrada, aprovado pela Lei 72/2013 de 3 de setembro e posteriores alterações.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta proposta já passou por todo crivo, já foi aprovada e portanto está em condições, agora, de em sede de Assembleia Municipal ela ser aprovada para que depois possa ser implementada na Freguesia de Cesar.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Locação operacional de duas viaturas de nove lugares homologadas para transporte de crianças, sem opção de compra – Assunção de compromissos plurianuais – Autorização;* =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que o Município de Oliveira de Azeméis possui 2 (duas) viaturas de 9 (nove) lugares homologadas para transporte de crianças e transporte especial, e que, uma delas, devido a um acidente, se encontra imobilizada sem viabilidade de reparação e a outra deixa de, legalmente, poder fazer o transporte de crianças (até 16 anos) a partir do mês de dezembro; - que, por se tornar necessário colmatar estas lacunas foi, através da RQI n.º 1586, manifestada a necessidade de se proceder à locação de 2 (duas) viaturas de 9 (nove) lugares homologadas para transporte de crianças, sem opção de compra, pelo período de 36 (trinta e seis) meses; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de EUR 40.238,06 (quarenta mil, duzentos e trinta e oito euros e seis cêntimos), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2014 (dezembro) prevê-se uma verba de EUR 1.117,72 (mil, cento e dezassete euros e setenta e dois cêntimos), para o ano de 2015 (janeiro a dezembro) prevê-se uma verba de EUR 13.412,69 (treze mil, quatrocentos e doze euros e sessenta e nove cêntimos); para o ano de 2016 (janeiro a dezembro) prevê-se uma verba de EUR 13.412,69 (treze mil, quatrocentos e doze euros e sessenta e nove cêntimos) e para o ano de 2017 (janeiro a novembro) prevê-se uma verba de EUR 12.294,96 (doze mil, duzentos e noventa e quatro euros e noventa e seis cêntimos). Aos valores mencionados acresce, no caso aplicável, o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2014 encontra-se cabimentado na rubrica 020206, pela Proposta de Cabimento n.º 1609, possuindo o enquadramento económico-financeiro (EPEF) n.º 1876; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se à aprovação do Órgão Executivo a abertura de procedimento para “Locação de 2 viaturas de 9 lugares homologadas para transporte de crianças, sem opção de compra”. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º,

da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trazemos esta proposta de locação de duas viaturas de nove lugares homologadas para transporte de crianças e a respetiva assunção de compromissos plurianuais. O que aqui está em causa é: Nós temos duas viaturas: Uma está imobilizada, teve um acidente e não é recuperável a carrinha; E a outra está em fim de vida, fruto das novas exigências legais e técnicas ela vai estar impedida, março de 2015, de fazer o transporte de crianças. E, portanto, a solução encontrada é o aluguer operacional. Há várias possibilidades, há vários instrumentos mas aquele que é mais fácil e que nos parece mais interessante para a Câmara Municipal é proceder a este aluguer operacional. A justificação e a explicação que foi dada pormenorizadamente na reunião de Câmara foi a questão da média de quilómetros, da manutenção, dos pneus, das revisões serem todas feitas na fábrica e nos quilómetros certos e da responsabilidade da locadora em termos de aluguer operacional. E depois, também, fruto da legislação que temos, porque se comprássemos pura e simplesmente uma viatura teria de ter outro tipo de autorizações. E portanto nós também estamos aqui, de alguma forma, a procurar rapidamente resolver um problema e não ter depois dificuldades na execução deste serviço. E também ficou depois provado as vantagens para a Câmara Municipal com esta opção. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais para a locação operacional de duas viaturas de nove lugares homologadas para transporte de crianças, sem opção de compra. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Aquisição de serviços para gestão dos espaços florestais e respetiva assessoria técnica – Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, conforme disposto, respetivamente, na alínea j) e m), do n.º 2, do artigo 23º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições no domínio da “proteção civil” e “promoção do desenvolvimento”; - Que a proteção do

ambiente é uma atribuição geral dos municípios, sendo que importa zelar para que a sua ação, seja compatibilizada com a salvaguarda e utilização sustentável do património natural; - As responsabilidades dos próprios municípios na proteção dos valores naturais, designadamente por intermédio da sua gestão territorial; - O disposto na Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que estabelece a transferência de atribuições para os municípios (do continente), em matéria de constituição e funcionamento dos Gabinetes Técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta. Aliás no artigo 2º, do citado diploma legal, refere-se a transferência para os municípios das seguintes atribuições: a) Acompanhamento das políticas de fomento florestal; b) Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta; c) Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos; d) Apoio à comissão municipal de defesa da floresta; e) Elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, a apresentar à comissão municipal de defesa da floresta; f) Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis; g) Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI); h) Apoio técnico a construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta; i) Acompanhamento dos trabalhos de gestão de combustíveis de acordo com o artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro); - O constante da Lei de Bases da política florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto), nomeadamente: - alínea e) do artigo 4º, relativo aos objetivos da política florestal, “promover a gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo”; - n.º 1 do artigo 10.º, relativo à “Conservação e proteção”, o qual define que compete ao Estado definir as ações adequadas à proteção das florestas contra agentes bióticos e abióticos, à conservação dos recursos genéticos e à proteção dos ecossistemas frágeis, raros ou ameaçados e promover a sua divulgação e concretização. Para a prossecução das ações definidas no número anterior, importa: incentivar a participação ativa das comunidades rurais das associações representativas dos produtores e das autarquias no apoio a ações de prevenção, deteção e combate aos incêndios florestais (alínea e), do n.º 2 do artigo 10.º); - Que o Princípio da subsidiariedade, implica uma distribuição de atribuições e competências que confie as decisões e as ações ao nível da administração mais próximo das populações, salvo quando os objetivos visados sejam melhor realizados a nível superior, materializando-se assim, conforme mais apropriado, nos subprincípios da descentralização, da desconcentração ou da centralização (consignado na alínea h) do n.º 10, do Cap. I, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2001, de 11 de outubro); - Que os objetivos e princípios consignados: a) Na Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade; b) Na Estratégia Nacional para as Florestas; c) No Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação; exigem uma estreita cooperação institucional entre a administração central, regional e local; As competências consignadas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

(SNDFCI), e de acordo com o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), nomeadamente ações de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infraestruturização, e ainda gestão do programa de sapadores florestais; - O disposto no citado Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro); - O constante do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o qual inclui três cadernos: Diagnóstico (Informação de base) – Caderno I; Plano de ação – Caderno II; Plano operacional municipal (POM) – Caderno III (Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março – DR n.º 62, Série II-B); - O previsto nas Diretivas Operacionais Nacionais, nomeadamente no Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro e no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais. – Que nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 1600, torna-se necessário proceder à contratação de serviços para: a) intervenção em espaços municipais rurais, pelo período de 30 (trinta) meses, pretendendo-se o seu início em meados/finais de fevereiro 2015; b) gestão de combustível florestal, no âmbito das competências previstas no Dispositivo Integrado das Operações de Proteção Socorro e no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, pelo período de 27 (vinte e sete) meses, pretendendo-se o seu início em abril de 2015 (tendo em conta que o contrato existente se encontra em execução até ao final do mês de março); c) apoio/aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal, pelo período de 30 (trinta) meses, pretendendo-se o seu início em meados/finais de fevereiro de 2015; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao objeto, ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/IVA) e ainda a duração do mesmo (superior a 20 dias, uma vez que o período de vigência da prestação de serviços é de 27 e 30 meses), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações em causa. Neste âmbito, a circular da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) – CIR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014 proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014, as autarquias locais não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA). – Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requerente) para a celebração do referido contrato é de EUR 310.741,59 (trezentos e dez mil, setecentos e

quarenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos) que corresponde ao valor de EUR 168.432,00 (cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois euros), para os serviços de intervenção em espaços municipais rurais (30 meses), de EUR 127.525,59 (cento e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos), para os serviços para a gestão de combustível florestal (27 meses) e de EUR 14.784,00 (catorze mil, setecentos e oitenta e quatro euros), para os serviços para apoio/aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal (30 meses). Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor (6% - equipa intervenção e sapadores florestais e 23% - assessoria técnica); - Que se prevê que a verba seja distribuída do seguinte modo:

Serviços para	ano			Valor global (S/IVA)
	2015	2016	2017	
- intervenção em espaços municipais rurais (30 meses)	58.951,20€	67.372,80€	42.108,00€	168.432,00€
- gestão de combustível florestal assegurando todos os recursos humanos (equipa sapadores florestais) e técnicos (veículo e equipamentos) – (27 meses)	42.508,53€	56.678,04€	28.339,02€	127.525,59€
- apoio/aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal (30 meses)	5.174,40€	5.913,60€	3.696,00€	14.784,00€
Valores globais (S/IVA)	106.634,13€	129.964,44€	74.143,02€	310.741,59€

- Que o procedimento já incorpora na constituição do preço base a redução remuneratória aplicada nos contratos celebrados no presente ano económico respeitantes a objetos idênticos, nos termos do estatuído na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro; - O valor encontra-se cabimentado na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 1691, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro nº 17/15; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. – Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20. Do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de “Aquisição de serviços

para Gestão dos Espaços Florestais e respetiva Assessoria Técnica”. Por tratar-se de um compromisso plurianual propõe-se ainda que o órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; - submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado co o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 179/99, de 08 de junho.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O que aqui trazemos é um pedido de parecer prévio e compromissos plurianuais com as brigadas, naquilo que diz respeito aos serviços que nos prestam nos espaços florestais e a respetiva assessoria técnica. Portanto está tudo enquadrado no mesmo e como tem verbas e compromissos para o próximo ano e seguintes, portanto estamos a falar de valores para 2015, 2016 e 2017. Portanto há aqui uma divisão, sendo que: Em 2015 - cento e seis mil euros (106.000€); Em 2016 - cento e vinte e nove mil euros (129.000€); Em 2017 – setenta e quatro mil cento e quarenta e três euros (74.143€). E portanto, como sabe, a legislação quando há divisão por anos obriga a que seja aprovado em sede de Assembleia Municipal. É um compromisso plurianual e por isso aqui o trazemos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais, bem como a repartição de encargos em mais do que um ano económico para aquisição de serviços para gestão dos espaços florestais e respetiva assessoria técnica.* =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do senhor Aires Ferreira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Aires Ferreira, residente em Faria de Cima, Freguesia de Cucujães* =====

===== *Obrigado Senhor Presidente, por ter permitido a minha intervenção. Porque, por muito custo meu, acho que já tenho insistido insistentemente e pedido: porque pelos vistos não vale a pena pedir, porque parece que o Senhor Presidente só tem ouvidos para ...; mas para as*

necessidades das pessoas, que querem trabalhar e que pagam os seus impostos, por vezes parece que, se calhar, não sei, não corre muito bem. Por isso mesmo, eu não venho pedir, venho insistir na requalificação da Rua Albertino Pereira da Silva. Porque: nem luz pública; nem água potável; do alcatrão, já nem falo; e outras coisas mais; Eu só venho pedir o alcatrão para poder trabalhar, porque não está fácil ganhara dinheiro, Senhor Presidente. Não está fácil. E eu este ano fiz quatro pagamentos especiais por conta. E tenho trabalhado muito. Será que não tenho ao mínimo das condições - não tenho direito a isso? Sei que é verdade, a rua mede 400 metros de comprido e só tem três casas. Pelos vistos, só tem duas, segundo eles dizem: só tem duas; Eu conto três e três famílias que vivem lá, mas eles dizem que só tem duas. E não há dinheiro, pronto. Mas eu tenho de ter dinheiro para pagar os impostos. Por isso é que disse na última reunião que isto era discriminação total e dois pesos e duas medidas. Isto é inadmissível e inaceitável. No meu entender, no meu entender, também não quer dizer que eu esteja errado, isto é o que eu noto, é o que eu acho, até concordo quando alguns senhores de Cucujães dizem que há muito a fazer por Cucujães. Concordo plenamente. Eu não vejo. Eu não vejo como, onde é que se está a fazer, onde é que estão as necessidades das pessoas? Não vejo as necessidades das pessoas a serem atendidas. Realmente, é assim que se faz muito por Cucujães? Eu sei que o concelho de Oliveira de Azeméis tem 19 freguesias, mas eu acho que se calhar só tem 18. Será que a minha rua também está incluída naqueles metros que o Senhor Presidente, durante a reunião, falou? Até gostava de saber. Se calhar nem está incluído. Ou, até de preferência, até podíamos pertencer a S. João da Madeira, se calhar até era melhor. Senhor Presidente, por amor de deus, eu quero continuar a trabalhar, é o mínimo das condições, será que não vou ter direito a isso? Será que vou passar a minha vida nisto? Não me vou alongar mais porque já é tarde e como eu disse: Sou um homem de trabalho e ainda tenho o gado para tratar; Sou transportador de animais e corro o país de uma ponta à outra, de Famalicão a Santarém, Alcácer do Sal e tec, e também o concelho de Oliveira de Azeméis onde faço muitos negócios. E tenho algumas pessoas que, não deveria dizer mas vou dizer, me perguntaram nas últimas eleições: Senhor Aires, o que é que você acha? Eu não vou dizer aquilo que achei, porque eu tenho muita boa mensagem a passar. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Resta-me agradecer a todos e um bom fim de semana. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 10 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====